

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
ASSESSORIA DE PESQUISA E POS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

EDMARCIOUS CARVALHO NOVAES

**AS MULTITERRITORIALIDADES DA CONDIÇÃO JUVENIL A PARTIR
DA MARCA DO ACAUTELAMENTO**

GOVERNADOR VALADARES – MG
2016

N 935

Novaes, Edmarcius Carvalho

As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento./
Edmarcius Carvalho Novaes. UNIVALE: Mestrado em Gestão Integrada do Território,
2016.

140 f.: il.; color.; graf.; 30 cm.

Dissertação Mestrado em Gestão Integrada do Território. UNIVALE – Universidade
do Vale do Rio Doce, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato

1 Juventude. 2 Medida Socioeducativa 3. Território - Acautelamento I. Título.
Pedagogia - Cárcere Título II. Profa. Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato.

CDD 362.7

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
ASSESSORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

EDMARCIOUS CARVALHO NOVAES

**AS MULTITERRITORIALIDADES DA CONDIÇÃO JUVENIL A PARTIR
DA MARCA DO ACAUTELAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *stricto sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território, com orientação da Professora Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato.

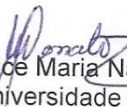
GOVERNADOR VALADARES – MG
2016


UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

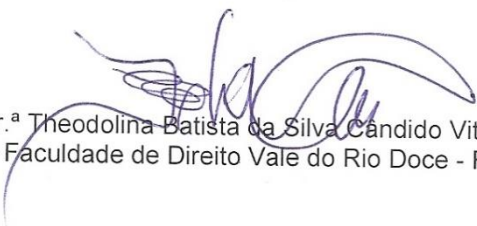
EDMARCUS CARVALHO NOVAES

**“AS MULTITERRITORIALIDADES DA CONDIÇÃO JUVENIL A PARTIR DA
MARCA DO ACAUTELAMENTO”**

Dissertação aprovada em 24 de agosto
de 2016, pela banca examinadora com
a seguinte composição:


Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato
Orientadora – Universidade Vale do Rio Doce


Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Bretas Vilarino
Examinadora – Universidade Vale do Rio Doce


Prof.^a Dr.^a Theodolina Batista da Silva Cândido Vitorio
Examinadora – Faculdade de Direito Vale do Rio Doce - FADIVALE

AGRADECIMENTOS

Chegar ao término de uma fase acadêmica da vida exige muito, sobretudo, abertura para aprendizados que modificam nossa forma de ser e estar no mundo, de lê-lo e de agir. São transformações que atravessamos no convívio com diversas pessoas, cada qual, marcando-nos com sua presença e ações. Neste sentido e neste momento, é preciso agradecer àqueles que me apoiaram nesse constante *devir*.

Agradeço à minha mãe, Marlene Quirino, por ser meu abrigo, sempre apoiando em minhas escolhas acadêmicas/profissionais e me fazendo acreditar que é possível.

Agradeço, de igual forma, aos meus irmãos Eduardo e Edmara, minha cunhada Dayana, e meu sobrinho Arthur, assim como os demais familiares.

Agradeço ao Leonardo Germano pelo carinho e companheirismo nesta trajetória!

Agradeço à minha orientadora, Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato, pelo acolhimento em momentos de angústias, pela abertura no amar, no sorrir e ao se fazer presente também como amiga, apoiando-me e mostrando-me os caminhos a seguir. Nunca me esquecerei do seu maior ensinamento: *“O verdadeiro educador é aquele que valida o conhecimento que há no outro”*. Você, para mim, mais do que ensinamento, é exemplo. Levo com prazer suas marcas!

Agradeço à Ana Cristina Marques Lemos, um presente para a vida que ganhei durante o mestrado. Obrigado por cada momento vivido, nas aulas, nos estudos, nos momentos de alegrias – encontros, viagens, congressos – e de aflição, sempre presente. Amizade para uma vida inteira!

Agradeço aos colegas de turma de Mestrado (Cristiane Diniz, Hélio Vinícius, Jefferson Calili, Amariulson Oliveira), e todos os que cruzaram minha trajetória nas disciplinas, deixando suas marcas.

Agradeço aos demais professores do Mestrado, que deram suas contribuições nessa trajetória: Haruf Salmem, Patrícia Genovez, Sueli Siqueira, Mauro Augusto, Maria

Cecília Pinto Diniz (in memoriam), Rita Santos, Rosângelo Rodrigues, Reginaldo Plácido.

Agradeço, em especial, aos professores Mauro Augusto dos Santos e Licínia Maria Corrêa (UFMG), pelas contribuições dadas no ato da qualificação.

Agradeço à disponibilidade de participarem da minha banca, professoras Dra. Maria Terezinha Bretas Vilarino e Dra. Teodolina Batista da Silva Cândido Vitória; presenças que me são caras pela afetuosidade nas relações que temos.

Agradeço às meninas da APPG (Assessoria de Pesquisa e Pós-Graduação), sempre comprometidas e atenciosas durante todo o curso. Vocês são valiosas!

Agradeço à Universidade Vale do Rio Doce pela abertura que me proporcionou na docência, sendo acolhido no Curso de Pedagogia, onde nestes anos tenho me constituído profissionalmente na arte de educar. Neste espaço, agradeço também aos meus colegas docentes/educadores, que tanto me inspiram e me ensinam em cada momento de troca, e aos meus alunos – que me fazem acreditar diariamente na educação como mudança de ser-sendo no mundo!

Agradeço à Renata Greco pela amizade, conselhos, ensinamentos e (com) sorrisos, bem como pelo apoio na realização das entrevistas com os sujeitos desta pesquisa – extensivo à aluna Adriana da Silva Peres e todos os alunos extensionistas do Projeto de Pesquisa e Extensão JED - que colaboraram nas transcrições da pesquisa de campo, inclusive aos colegas professores que participaram do projeto: Sandra Dias, Nádia Jorge, Lissandra Lopes, Jordana Rocha.

Agradeço ao Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, em Governador Valadares, especialmente aos diretores Kamilla Delfino e John Willian, por possibilitarem a realização desta pesquisa.

Agradeço aos sujeitos da pesquisa, que se dispuseram a participar do projeto e das entrevistas realizadas, trazendo-me a possibilidade de compreender, dentro de minhas limitações, as formas como estes leem seus mundos e neles atuam.

Por fim, e mais importante, agradeço a Deus por ter realizado mais este sonho. Desde que eu o vislumbrei, foi ele quem me sustentou, abrindo as portas e colocando seus anjos no meu caminho. Sua graça é muito maior do que mereço e do que eu possa tentar explicar. Vivi este, e viverei ainda outros, sob sua proteção!

*"Começo a conhecer-me. Não existo.
Sou o intervalo entre o que desejo ser
e o que os outros me fizeram,
Ou metade desse intervalo,
porque também há vida...
Sou isso, enfim..."*

(Álvaro de Campos - 1944)

RESUMO

Esta dissertação analisa como a condição juvenil, marcada com o acautelamento, possibilita o surgimento de novas e múltiplas territorialidades. A pesquisa tem caráter interdisciplinar, ao dialogar concepções da sociologia da juventude com os estudos territoriais e as contribuições teórico-empíricas propostas por Bernard Lahire. Discute-se a condição juvenil, analisando de forma individual as transformações vivenciadas pelos jovens do Centro Socioeducativo de Governador Valadares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-empírico, que culminou com a realização de entrevistas com oito jovens acautelados e participantes da primeira edição do projeto de pesquisa e extensão da Universidade Vale do Rio Doce, intitulado “*Juventude, Educação e Direito: uma ação de intervenção em um centro socioeducativo*”, no segundo semestre de 2015. Os processos de constituições sociais e individuais de suas multiterritorialidades na qualidade de *ser jovem*, são compreendidos com a organização de seus patrimônios individuais de dispositivos, em distintos espaços-tempos vividos e simbólicos de vivências. Argumenta-se que tais jovens possuem novas e múltiplas territorialidades na singularidade de suas histórias.

Palavras-chave: Multiterritorialidades. Juventudes. Privação de liberdade.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the youth condition, characterized by a custodial measure, enables the development of new and multiple territorialities. This is an interdisciplinary research, given that discusses youth sociology with territorial studies and the theoretical/empirical contributions proposed by Bernard Lahire. The juvenile condition is discussed by an individual analysis of the transformations experienced by young in a Socio-Educational Centre of Governador Valadares. This is a qualitative research, with a theoretical and empirical connotation, culminating in interviews with eight young people in custodial measure who participated in the first edition of the University Vale do Rio Doce's research and extension project called "Youth, Education and Law: an intervention action in a socio-educational center" - second half of 2015. The processes of social and individual institutions of their youth multiple territorialities are comprehended with the organization of their individual assets of devices, in different vivid and symbolic space-times of experiences. It is argued that these young people have new and multiple territorialities in the singularity of their life stories.

Keywords: Multiple territorialities. Youths. Custodial measure.

LISTA DE SIGLAS

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

CSESFA – Centro Socioeducativo São Francisco de Assis

CIA – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

JED – Juventude, Educação e Direito (Projeto de pesquisa e extensão)

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PNJ – Política Nacional de Juventude

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUASE – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO: MOVIMENTOS DA PESQUISA | 15 |
| 1.1 | A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E A DESCONSTRUÇÃO DE PENSAMENTOS LINEARES | 19 |
| 1.2 | O PERCURSO METODOLÓGICO: DA ANÁLISE INDIVIDUAL BASEADA EM BERNARD LAHIER AOS SUJEITOS DA PESQUISA | 26 |
| 1.3 | O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO | 33 |
| 2 | DA CONDIÇÃO JUVENIL E A ABORDAGEM TERRITORIAL | 43 |
| 2.1 | JUVENTUDÉS: AFINAL, DE QUEM FALAMOS? | 44 |
| 2.2 | UM OLHAR INTERDISCIPLINAR: AS MULTITERRITORIALIDADES DO SER JOVEM | 52 |
| 3 | DO TERRITÓRIO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E A RESSOCIALIZAÇÃO JUVENIL | 60 |
| 3.1 | O ENCARCERAMENTO COMO TERRITÓRIO VIVIDO..... | 62 |
| 3.2 | O ACAUTELAMENTO COMO TERRITÓRIO SIMBÓLICO..... | 73 |
| 4 | DAS VIVÊNCIAS SOCIAIS QUE MARCAM A CONDIÇÃO JUVENIL A PARTIR DO ACAUTELAMENTO: NOVAS E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES | 84 |
| 4.1 | EXIGÊNCIAS METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO POR DISPOSITIVOS..... | 84 |
| 4.2 | ESTUDOS DE CASOS..... | 89 |
| | BESOURINHO..... | 90 |
| | “Eu comprei uma motoca pra mim” | 90 |
| | “Meu sonho é ser jogador” | 91 |
| | “Tenho que pagar meu ato que cometi” | 91 |
| | “Ninguém tem amigo nesse mundo” | 92 |
| | “A pessoa só aprende quebrando a cara” | 92 |
| | COLEIRO..... | 93 |
| | “Meu pai e minha mãe foram assassinados quando eu tinha 7 anos de idade” | 94 |
| | “Tem muitos agentes aí que tem escama de nós” | 95 |
| | “Aqui dentro a gente tem que ficar na pedra mesmo” | 96 |
| | “Não tive infância não. Minha infância foi vendendo droga, moço” | 97 |
| | CORRUIAO..... | 98 |
| | “A gente perde quase a vida da gente aqui dentro” | 98 |
| | “Eu nunca tive as coisas” | 99 |
| | “Já vi agente dando garrafada na cara de menino aí” | 100 |
| | “Não gosto de ir na aula” | 100 |
| | “Eu vejo minha vida boa” | 101 |
| | CURIÓ..... | 101 |
| | “Agora eu sei que as coisas não são resolvidas como eu resolvi” | 102 |
| | “Eu pensei que não ia dar em nada” | 103 |
| | “Achei interessante o amor que a pessoa tem pela coisa que ela faz” | 104 |
| | GAVIOTA | 105 |
| | "A primeira vez foi na escola" | 105 |
| | "Nesse lugar é tudo de ruim" | 106 |

| | |
|--|------------|
| "Aqui tem um viado aqui"..... | 107 |
| "Quero realizar o sonho da minha mãe"..... | 108 |
| "Nada na vida a gente consegue sem estudo"..... | 108 |
| | |
| GUARDA MARINHO..... | 108 |
| "Eu acho que to nessa vida pelo falecimento do meu pai"..... | 109 |
| "Agora eu tenho noção de vida"..... | 109 |
| "Pras pessoas lá fora é bom a gente tá preso aqui"..... | 110 |
| "Eu vou fazer faculdade ainda, oh, ceis vai ver"..... | 111 |
| "Eu to conhecendo Deus"..... | 111 |
| | |
| LARANJINHA..... | 112 |
| "Carregar o peso de matar uma pessoa não é fácil não"..... | 112 |
| "Ninguém dorme com o olho do outro aqui não"..... | 112 |
| "Aqui tem um desgraçado de um gay aí"..... | 113 |
| "Serviu para tomar vergonha na cara"..... | 114 |
| | |
| ZAGATEIRO..... | 115 |
| "Minha mãe morreu e meu pai não gosta d´eu não"..... | 115 |
| "Gosto até hoje"..... | 116 |
| "A gente vê que a gente tem valor"..... | 116 |
| "Tem uns professor ruim, tem uns professor bão também"..... | 117 |
| "Melhor tá aqui que tá lá e tá morto"..... | 118 |
| | |
| 4.3 RETORNOS E AVANÇOS | 119 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 126 |
| 6 BIBLIOGRAFIA..... | 130 |

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
EDMARCUS CARVALHO NOVAES**

Matrícula Nº 63.883

Aos vinte quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis (24/08/2016), às 15h (quinze horas), na sala 13 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada "AS MULTITERRITORIALIDADES DA CONDIÇÃO JUVENIL A PARTIR DA MARCA DO ACAUTELAMENTO", Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura, elaborada pelo aluno **Edmarcius Carvalho Novaes**. A comissão julgadora foi composta pelas professoras Doutoras Maria Terezinha Bretas Vilarino – UNIVALE, Theodolina Batista da Silva Cândido Vítório – FADIVALE e Eunice Maria Nazareth Nonato (Orientadora) – UNIVALE. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando Edmarcius Carvalho Novaes para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação aprovada fazendo as seguintes observações: O trabalho é relevante por seu ineditismo e por se apresentar como novo paradigma no campo dos estudos da sociologia da juventude. A banca recomenda dar ênfase às sugestões no texto e encaminhá-lo para publicação.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 24 de agosto de 2016.

Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Bretas Vilarino
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Theodolina Batista da Silva Cândido Vítório
Examinadora

PRÓLOGO:

Analisar como o acautelamento marca a condição juvenil, privada de liberdade no Centro Socioeducativo de Governador Valadares, constituindo novas e múltiplas territorialidades, em razão dos espaços-tempos vividos e simbólicos, demanda uma abordagem individual sobre esses sujeitos ora pesquisados¹. Assim, no início desta dissertação sobre suas experiências *de ser jovem*, oportunizo-lhes a fala, por entender que, à medida que se constroem social e individual, estes jovens devem protagonizar seus mundos (e o meu, neste momento em que os pesquiso) a partir de seus múltiplos olhares sobre si mesmos:

“Assalto (...) eu mesmo que cometi (...) eu fui na pilha do pessoal. Nunca tinha tomado remédio. Eu peguei e tomei remédio e fiquei desnorreado, peguei o revolver e falei ‘eu vou roubar hoje’ (...) Aí a polícia pegou eu (...)” (Coleiro)

“Vim por homicídio que eu cometi. (...) Eu sei que as coisas não são resolvidas dessa maneira que eu resolvi, que tem outras formas de resolver esses tipos de coisas (...) a consequência faz eu pensar nisso e arrependi. (...) foi homicídio porque deu tiro no meu pai, ameaçou matar eu e meus irmãos, aí eu matei ele. Quando eu fiz eu tinha 16 anos” (Curió)

“O primeiro foi tentativa de homicídio. Eu mesmo que cometi. Foi desavença. O menino tava querendo bater na minha namorada. Pegou e a gente arrumou bagunça. Eu peguei e fui dá tiro nele e fui preso e vim pra cá. Eu tinha 14 pra 15 anos. O menino não morreu não. (...) a segunda foi 157, furto. A mulher tava saindo do banco e aí eu fui e peguei o dinheiro dela. Eu tava armado. Eu tinha 17 anos” (Guarda-Marinheiro).

“Quando eu comecei a me envolver eu fui preso (...) eu vendia (...) eu tinha uma graninha pela ordem. Eu vendia e ganhava muito. (...) dava por dia na quebrada uns 2000 reais. Eu vendia só pra mim mas tinha que repor (...) mas eu gastava fácil. O que vinha fácil, vai fácil. Eu comprei uma motoca pra mim, eu comprei roupa que eu tava precisando”. (Besourinho)

“(...) mas eu gosto de ir na escola porque além da nossa cadeia passar mais rápido a gente aprende as coisas, aprende muitas coisas boas da escola. (Coleiro)

“(...) O que eu não gosto é de ficar preso, no alojamento. Fora disso, não tem nada. A comida eu não gosto, mas tem que gostar, porque tá preso e não tem o que fazer” (Besourinho)

“(...) Na escola tem os professor ruim e os professor bom. Isso é deles mesmo. São ruim de comportamento. Tem uns que não gostam de ficar perto da gente. Da aula pra gente e sai de cara fechada” (Zagateiro)

“Antes eu era detido e saía, pagava serviço comunitário. A diferença é que quando eu tava no mundão, tava agarrado com nada não. Sou de menor, só vou lá e assino. Aí minha tia falava comigo “tá bom então, quando você descer vai ver que dá”. Aí eu peguei e cai aqui e falei “é agora deu” (Coleiro)

“(...) Porque antes eu não pensava em nada, saía fazendo as coisas errada, tava agarrado com nada, de ir preso. Agora já amadureci mais, com a mente mais cheia, querendo ficar tranquilo. Minha mãe agora mesmo fala que eu já mudei demais, se Deus quiser, quando eu sair vou mudar mesmo” (Corrupião)

¹ A explicação dos pseudônimos utilizados encontra-se no tópico 1.2 desta dissertação.

"(...) Minha mãe me visitando lá naquele lugar eu não quero não. Lá muito pesado (...) Quando sair daqui eu corro risco sim, já fui e já dei tiro nos outros, mas se eu sair dessa vida eles me deixam sossegado, mas marcado não to não" (Gaivota)

"Agora eu tenho noção da vida, ninguém manda em mim mais não, entrando na minha mente mandando eu fazer as coisas. Eles pra lá e eu pra cá agora. Eu quero viver minha vida com minha família, mais nada" (Guarda-Marinho)

"Serviu pra mim ter um objetivo pra quando sair daqui, e também serviu pra mim tomar vergonha na cara. Antes não queria saber de nada, não queria saber de estudar, chegava tarde em casa, só queria saber de festa. (...) Eu tinha noção de que se eu cometesse o ato eu viria para aqui. Mas eu não importava muito não, porque se alguém for fazer alguma coisa ele não vai olhar isso não (...)" (Laranjinha)

"(...)De interessante? Eu estudo. Eu preso to estudando, tem gente que não tá preso e não pode nem estudar". (Besourinho)

"(...) a liberdade é boa demais, e tem gente que não dá valor nela não, como eu mesmo antes de cometer o ato eu não tava agarrado com a vida. O que desse era isso mesmo". (Laranjinha)

"Serve pra gente ver que ficar preso não serve não. Tem que aproveitar a vida, a gente é novo ainda. Esse tempo que perdi aqui dentro, lá fora eu podia ter comprado um carro pra mim, uma casa, e perdi aqui dentro, preso, sofrendo. (...) é um livramento de Deus, porque tava nesse mundo vendendo droga, você sabe que nesse mundo tem muita gente querendo fazer algo mal com você e você não sabe, então pra mim é um livramento de Deus, que ele deve ter algo na minha vida" (Zagateiro)

"A primeira coisa que eu vou fazer é agradecer a Deus, ir na igreja, e depois vou terminar meus estudos, minha tia falou pra eu terminar meus estudos, ve se eu arurmo um emprego bom pra mim, depois que eu tiver de boa, eu penso em ter uma família, uma esposa, um filho próprio" (Coleiro)

"Meu desejo é arrumar um trabalho, juntar um dinheiro digno mesmo e comprar uma casa pra minha mãe. (...) Tenho noção de que trabalhando vou ganhar menos de quando eu vendia droga, porque com droga você corre risco toda hora com policia chegar você e ser preso, aí se você for de maior você já desce pra cadeia, perde quase metade da sua vida, aí quando é honesto não tem ninguém pra te atrapalhar, ganha seu dinheiro honesto (...)" (Corrupião)

"Meu maior desejo, no dia que eu sair daqui, eu entrar dentro da igreja e agradecer muito a Deus, procurar um estudo pra mim, num lugar bão, que eu vou reforçar e vou tá lá na faculdades, cês vão ver. Pode guardar. Ô, lembra meu nome. Se eu mudar minha aparência, cês não esquece meu nome não. (...)Eu tenho que agradecer a Deus, à ele porque tá fazendo tudo de bom pra mim agora. Depois que eu conheci Deus é bom demais, cara. Eu nunca percebi isso não. Deus é bom demais. Nunca percebi um trem tão bom que tá acontecendo na minha vida como agora. Depois que eu me entreguei pra Deus minha vida tá mais aliviada, eu sentindo uma pessoa mais nova. Antes eu era meio assim, hoje não, eu converso com qualquer pessoa tranquilo, sem timidez. É bom demais, conhecer Deus. Meu irmão é da igreja e tá me incentivando (...)" (Guarda-Marinho)

"Meu maior desejo é dar um abraço na minha família e ficar mais tempo com minha família. Voltar a conviver com minha família" (Besourinho)

"Realizar o sonho da minha mãe. O sonho que querer eu vou realizar. Tenho que perguntar pra ela. Eu penso que se eu terminar meus estudos, eu quero ser, nossa, já até esqueci o que eu quero ser. Eu quero ser um empresário. Empresa de móveis, porque eu gosto de mexer com móveis, mobiliar minha casa. Tenho noção de carpinteiro. Já mexi com isso, colocando fechadura de portas" (Gaivota)

*“Meu projeto de vida, o que eu pretendo ser, é ter uma vida nova, com saúde, porque saúde é o que importa, o cara tendo saúde, forte. Penso em casar, ir na igreja. Antes eu ia na igreja quando era bem mais novo, abandonei porque comecei a mexer com tráfico (...) Quando eu sair e ir pra igreja vai ajudar porque vai trazer coisas boas pra mim e pra minha família”
(Besourinho)*

“Ter minha família, ter um filho, minha mulher, minha própria casa. Abandonar esse trem de vida errada” (Zagateiro)

O trabalho se inicia de forma a dar asas aos pássaros, que são os convidados a participar deste trabalho, no intuito de ser uma leitura prazerosa e que possibilite ao leitor uma realidade marcada por suas territorialidades, que ecoam processos de vulnerabilidades diversas.

(...)

*Solto a voz nas estradas, já não quero parar
Meu caminho é de pedra, como posso sonhar
Sonho feito de brisa, vento vem terminar
Vou fechar o meu pranto, vou querer me matar*

*Vou seguindo pela vida me esquecendo de você
Eu não quero mais a morte, tenho muito o que viver
Vou querer amar de novo e se não der não vou sofrer
Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver*

(Travessia – Milton Nascimento)

1 INTRODUÇÃO: MOVIMENTOS DA PESQUISA

Nesta introdução, apresento meus lugares de fala durante a realização do Curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território e de sua conclusão, com a produção da presente dissertação, bem como durante minhas reflexões, inquietudes e aprendizagens que marcaram esta etapa de travessias em minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

Para tanto, inspiro-me na proposta teórica-empírica da abordagem individual em Lahire (1997, 2004, 2005), e ao tratar de relatos e percepções de cunho subjetivo, utilizarei a primeira pessoa do singular. Em momentos de diálogos com os sujeitos da pesquisa e os autores que compõem o aporte teórico, utilizarei a terceira pessoa do singular e/ou plural.

Parto da compreensão de “lugares de fala”, como a necessidade de organização das relações de enunciação do pensar e do falar (QUINALHA, 2015), onde neste trabalho, didaticamente e na qualidade de discente, não há nenhuma pretensão de legitimar a minha fala sobre o objeto de estudo escolhido como limite de pesquisas. Pelo contrário, proponho com este trabalho valorizar a fala e a escuta do outro (no caso, dos jovens acautelados), entendendo que tal escuta visa orientar ações educativas, políticas e de afirmação de direitos humanos do campo ora estudado. Neste sentido, meus “lugares de fala”, na qualidade de acadêmico, pesquisador e também de docente, se materializam sob a necessidade de cumplicidade de falas e olhares e na confiança à mim concedida pelos sujeitos da pesquisa ora apresentada, sempre respeitando as variedades dos diversos olhares sociais e epistemológicos que existem sob o mesmo objeto.

O presente tema de pesquisa: as multiterritorialidades da condição juvenil a partir das marcas do acautelamento – surgiu à mim, ainda no período em que cursava as disciplinas obrigatórias do Mestrado, com um convite feito pela minha professora-orientadora, por entender que este objeto de pesquisa já se manifestava, de certa forma, na minha trajetória pessoal e profissional, uma vez que esta é marcada pelo exercício da docência em uma perspectiva inclusiva e social, bem como pela militância e execução de políticas públicas na perspectiva de defesa e garantia de direitos sociais e humanos².

² Atuo desde março de 2015 como Diretor Regional do Vale do Rio Doce da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho de Minas Gerais. Anteriormente, de 2011 a 2015 atuei como

Ao propor minha participação no projeto de pesquisa e extensão, “*Juventude, Educação e Direito (JED)*”, que pretendia capitanear, e que à época se iniciava, a professora Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato desvelou à mim um novo desafio: compreender as relações sociais existentes em centros socioeducativos, a partir de leituras no campo educacional e do direito, propondo que, dentro de minhas limitações e formação em desenvolvimento, pudesse dar conta de refletir sobre algumas mazelas existentes, e contribuir academicamente, ao estudar tais relações e possíveis problemas, transformando-os em soluções e/ou em temáticas a serem abordadas neste e em outros trabalhos decorrentes do projeto JED.

Ainda, a oportunidade de atuar simultaneamente aos créditos do Mestrado como docente no Curso de Pedagogia da própria instituição, diretamente com as disciplinas que dialogam com o aporte teórico da Pedagogia Social, de Políticas Públicas em Educação, de Ciências Humanas, dentre outras, trouxe-me inúmeras possibilidades de pesquisas e produções (algumas realizadas durante o Curso e apresentadas em diversos seminários, congressos e simpósios nacionais e no exterior), que contribuíram na produção deste trabalho e na definição de seu objeto, problema, objetivos e abordagens teórico-metodológicas.

A pesquisa sobre a condição juvenil daqueles que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade em decorrência da prática de atos infracionais e do cumprimento das determinações previstas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ganhou ainda mais relevância ao ser realizada num contexto extensionista, a partir de oficinas temáticas realizadas com jovens acautelados no Centro Socioeducativo São Francisco de São Assis (CSESFA), em Governador Valadares, no segundo semestre do ano de 2015. As oficinas objetivavam contribuir para que tais jovens, bem como seus professores, os agentes socioeducativos e equipe técnica adquirissem conhecimentos de temáticas correlatas à educação, aos direitos humanos, e as questões sociais que envolvem as juventudes (NONATO, 2014).

Ressalto que utilizo neste trabalho a terminologia flexionada no plural “juventudes”, coadunando com o aporte teórico proposto por Dayrell (2003) e Pais (1997), que entendem que as juventudes possuem múltiplas especificidades e,

conselheiro, vice-presidente e presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Governador Valadares; e de 2013 a 2015 como conselheiro e vice-presidente do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos Humanos da mesma cidade.

portanto, na qualidade de categoria social, não podem ser vistas como um único grupo³ (NONATO, 2014).

Além de se materializar a partir de uma intervenção socioeducativa, este trabalho se justifica por ter um objeto de pesquisa que permite o diálogo interdisciplinar com as análises produzidas, feito com o aporte teórico dos estudos territoriais: gênese do programa *stricto sensu*, ao qual essa dissertação se vincula, já que permite uma desconstrução de pensamentos lineares sobre a temática.

Neste sentido, este trabalho possui como problematização a necessidade de compreender como a experiência do acautelamento marca a condição juvenil. Para tanto, ao dialogar com autores de perspectivas epistemológicas distintas, tem o objetivo geral de entender como a condição juvenil é marcada pelo acautelamento, o que, em esferas individuais, se dá por múltiplas e distintas formas, as quais compõem nos estudos territoriais as multiterritorialidades do ser jovem privado de liberdade.

Os objetivos específicos deste trabalho são: discutir a condição juvenil a partir dos estudos de juventudes e dos estudos territoriais; analisar o território da privação de liberdade e a proposta do acautelamento como possibilidade de ressocialização do jovem; conhecer como a condição juvenil dos sujeitos da pesquisa é marcada pelas experiências do acautelamento, a partir da perspectiva da esfera individual proposta por Bernard Lahire (2004, 2005).

O trabalho é organizado em quatro capítulos, além das considerações finais, bibliografias e anexos que os acompanham.

O primeiro capítulo, introdutório, organizei em três momentos: a) a análise deste caráter interdisciplinar do objeto de pesquisa, ao dialogar com a abordagem territorial; b) o desenvolvimento do percurso metodológico a partir das contribuições teórico-metodológicas propostas por Lahire (2004, 2005): a grade de pesquisa, organização e apresentação didática dos resultados a partir dos patrimônios individuais de dispositivos dos sujeitos da pesquisa; c) apresentação em linhas gerais do projeto de pesquisa e extensão ao qual este trabalho se vincula.

No segundo capítulo, faço uma análise da condição juvenil a partir dos estudos da Sociologia da Juventude, de Pais (1997) e Dayrell (2003, 2007), entrelaçados com proposta da análise da esfera individual de Bernard Lahire (1997, 2004, 2005), em diálogo interdisciplinar com os estudos territoriais na perspectiva culturalista, em

³ A discussão aprofundada encontra-se no próximo capítulo.

Haesbaert (2004, 2010, 2013) Dematteis (2008) e Saquet & Souza (2009). Aponto para a existência das multiterritorialidades do ser jovem acautelado como uma construção social e a partir das narrativas de suas histórias em uma esfera individual.

Já no terceiro capítulo, abordo os territórios da privação de liberdade como possibilidades de ressocialização juvenil, entendendo que tais territórios de acautelamento são, ao mesmo tempo, vividos e simbólicos (HAESBAERT, 2004, 2010). À medida que se configura território vivido, teço críticas ao atual modelo do sistema de acautelamento de jovens autores de atos infracionais, a partir da manutenção de uma lógica histórica (LOPES, 2006; SADER, 2008; DIAS, 2013) que os mantém como categoria social (BORDIEU, 1983a), marcados como delinquentes, excêntricos e rebeldes (ABRAMO, 1994; ARROYO, 2010), a partir de uma percepção macrossociológica bourdiana, com questões de gênero, étnico-raciais, baixa escolarização, não acesso ao mundo do trabalho, vivência em contexto de tráfico e acesso ao uso de drogas. Já como território simbólico, aponto a necessidade da experiência de ressocialização oportunizar a constituição da condição social das juventudes (DAYRELL, 2007), a partir do protagonismo juvenil na esfera individual, em suas variações inter e intraindividuais. (LAHIRE, 1997, 2004, 2005).

No quarto capítulo, utilizo o dispositivo metodológico organizado por Lahier (2004), ao apresentar os resultados da pesquisa de campo com a elaboração dos patrimônios individuais de dispositivos de cada jovem: narrativa das histórias singulares dos sujeitos da pesquisa com pontos de análises, a partir da grades de matrizes socializadoras (relações vivenciadas com a família, as drogas e o tráfico, o acautelamento, as sexualidades, o trabalho e a escola) que marcam a singularidade de *ser jovem*.

A relevância deste trabalho é perceber como a condição juvenil é construída pelos jovens acautelados no Centro Socioeducativo de Governador Valadares que foram entrevistados, uma vez que há uma carência de produção acadêmica sobre aquele território de privação de liberdade. Sua justificativa se dá ao considerar dados (WAISELFISZ, 2015), que apontam Governador Valadares como o terceiro município do Estado de Minas Gerais com o maior número de cometimentos de atos infracionais, sendo necessária a análise deste fenômeno e de como seus autores o vivenciam.

Por fim, ressalto que este trabalho se vincula à área de concentração dos estudos territoriais, notadamente na linha de pesquisa “território, migrações e cultura”,

das quais, a área temática “território, juventude e violência” se articula com os sujeitos da pesquisa e suas vivências diante do acautelamento.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E A DESCONSTRUÇÃO DE PENSAMENTOS LINEARES

A definição do objeto de pesquisa, a partir da vivência das oficinas executadas pelo projeto JED, se apresentou como um grande dilema. Inicialmente, pensava em discutir os possíveis projetos de futuro⁴ dos jovens acautelados, visando perceber como a experiência do acautelamento e o processo de ensino-aprendizagem (pela frequência obrigatória na Escola Estadual existente no CSESFA) determinariam a construção de tais projetos de futuro.

No entanto, a qualificação foi um momento importante para, dentre outras sugestões, contribuir na definição do objeto de análise: a proposta que nos inquietava tinha como objetivo entender uma dada condição/situação juvenil⁵ diante da ocorrência do acautelamento. A divisão didática das relações sociais a partir da categoria “espaço-tempo” realizada à época⁶, através das entrevistas com os sujeitos da pesquisa⁷, contribuíram para este olhar pelos avaliadores componentes da qualificação, e na melhor definição do objeto ora analisado.

Ao se construir o objeto de pesquisa deste trabalho, o segundo desafio foi produzir uma análise de fato interdisciplinar, proposta do Programa de Mestrado, fugindo às construções lineares das minhas formações anteriores em Direito e no campo docente. Neste sentido, a qualificação também contribuiu ao sugerir que o foco dado não fosse sobre as políticas públicas de medidas socioeducativas (uma análise sociojurídica das legislações a respeito), nem sobre a problematização por meio do

⁴ Na primeira proposta, a categoria “projeto de futuro”, na perspectiva de Velho (1987), era compreendida como comum à cada aluno, pois cada um tem determinado projeto a partir de escolhas racionais, onde, conscientemente, e por meio de avaliações e definições da realidade, tem uma orientação para a própria vida. Individual, é construído a partir do campo educativo onde esse aluno está inserido, isto é, por meio de seu contexto histórico-cultural, território no qual desenvolvem suas experiências.

⁵ As discussões teóricas sobre a distinção entre “condição” e “situação” juvenil encontram-se de forma aprofundada no item 2 – “Da condição juvenil e a abordagem dos estudos territoriais”.

⁶ Esta organização didática da relação espaço-tempo é melhor apresentada no próximo tópico, onde se explica a escolha didática em analisar as vivências dos jovens acautelados e entrevistados, em suas esferas individuais.

⁷ O roteiro de entrevistas com os sujeitos da pesquisa (no anexo 1), foi estruturado para fins didáticos, nas relações vivenciadas em espaço-tempos simbólicos: antes, durante e pós (expectativas de vida) acautelamento.

aporte teórico da Pedagogia Social, sobre as práticas de intervenções socioeducativas do próprio projeto JED.

Ao utilizar a abordagem dos estudos territoriais para análise, o objeto de estudo se constituiu interdisciplinar. Isto se deu porque este estudo comporta a análise do objeto para além da mera concepção de espaço geográfico do território, partindo para a discussão das relações de poder vivenciadas e socialmente construídas de forma concreta ou simbólica, bem como apontando a existência e o reconhecimento das novas e múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2004; DEMATTEIS, 2008), a partir da experiência do acautelamento, que interferem na constituição individual (LAHIRE, 1997, 2004, 2005) dos sujeitos da pesquisa nesta condição de *ser jovem*.

A proposta da interdisciplinaridade se manifesta como uma necessidade teórico-metodológica dos nossos dias. Trata-se de uma abordagem que oportuniza novos olhares para o pesquisador sobre a natureza, o sujeito, o conhecimento e a realidade, onde, na concepção de Hall (1999), aponta para a abertura necessária à subjetividade humana, que carece de novas formas de percepção e leituras da realidade. Segundo o autor, o homem moderno deixou sua identidade estática e suas concepções autocêntricas, e com o decorrer das relações e do tempo se abriu para a flexibilidade humana, que comporta práticas com finalidades epistemológicas sobre as diversas formas de ser e de estar no mundo.

A partir dos anos 1970, esta nova concepção da interdisciplinaridade se fortaleceu em uma epistemologia do pensamento ocidental (LENOIR, 2001; FOURREZ, 2001; SOMMERMAN, 2006), dedicando-se à contemporaneidade e a compreensão de como ela se relaciona com a Ciência, na tentativa de superar sua fragmentação em saberes existentes por meio de disciplinas, propondo repensá-la como conhecimento, produção, organização e disponibilização.

Assim, o conhecimento interdisciplinar pode ser concebido como um novo conhecimento, que segundo Furlanetto (1998), se forma a partir das bordas, e não do centro. Na qualidade de um conhecimento de fronteira, se dá através das permeabilidades existentes entre territórios estanques e separados por disciplinas científicas, mas que ao se encontrarem, permitem a existência de novas relações.

Para tanto, uma nova subjetividade se fez necessária, dando conta de uma análise epistemológica interdisciplinar que transcenda o centro dos territórios existentes, além de tornar possível a convivência necessária em tais fronteiras, já que possuem um “outro” olhar do intelecto próprio da modernidade.

No entanto, ainda é comum o saber se construir com um caráter disciplinar, o que significa que, em casos concretos, é a partir das generalizações sistematizadas por princípios científicos que se procuram soluções dos problemas. Propostas de abordagens interdisciplinares visam justamente o contrário: compreender as singularidades de cada situação para a produção de novos saberes através das demandas sociais. Para tanto, atualização, flexibilidade e transitoriedade entre os campos do saber se fazem necessários.

Além disto, segundo Furlanetto (2011, p. 53), tais características do olhar interdisciplinar devem ser interiorizadas pelos pesquisadores, para que ao analisarem as maneiras de ser e estar no mundo, encontrem dimensões até então ocultas em si e deem conta das “fronteiras de conhecimento” existentes entre saberes, podendo flexibilizá-las e aprendê-las. Quanto isto ocorre, há um desencadeamento processual de expansão da consciência: o real pode se expressar com seus movimentos complexos e múltiplos, sem fazer com que os limites dos campos do saber específicos deixem de existir. Pelo contrário, a interdisciplinaridade possibilita que tais campos específicos sejam revistos e compartilhados, como produtos de fronteiras na busca pelo conhecimento.

A desconstrução de pensamentos lineares é um dos verdadeiros desafios globais, já que ao se posicionar perante perspectivas teórico-metodológicas, possibilitam a compreensão dos sujeitos imersos em suas práticas, experiências e nos sentidos os quais se constituem. É neste sentido que os estudos territoriais se apresentam interdisciplinares a partir de conhecimentos diversos, e de diversos campos dos saberes que se propõem debater sobre o território e as territorialidades.

Em uma análise propedêutica, é possível compreender que os estudos territoriais decorrem de uma mudança epistemológica, dentro do contexto histórico em que se constituíam e reconstituíam as disciplinas e ciências afins, segundo reflexões conceituais sobre o espaço geográfico e o território, notadamente a partir da década de 1970 e de um movimento de renovação da Geografia – antes era centrada em estudos de espaços geográficos (SANTOS, 2009; MASSEY, 2009; MORAES, 1986) – para uma geografia agora focada em estudos marxistas, com fundamentação no materialismo histórico e na dialética, na fenomenologia e no existencialismo (SAQUET & SOUZA, 2009; DEMATTEIS, 2008; HAESBAERT, 2009), substanciando toda uma geografia crítica e histórico-cultural.

Segundo SAQUET (2010), é possível conceber o território em duas perspectivas: a primeira, na geografia crítica, onde o espaço e o território se apresentam de forma intrínseca, na medida em que se expressam como produtos de processos histórico-sociais, mas que ao mesmo tempo estão em uma condição para desenvolvimento constante. Já a segunda, em uma perspectiva da geografia cultural, a qual aponta os estudos territoriais como possibilidade de explicação das realidades sociais, influenciadas por elementos histórico-culturais, produção de grupos responsáveis por apropriar e construir determinados espaços geográficos, objetivando compreender quais são as dinâmicas locais existentes, dando projeção aos sentimentos, às intuições, aos ideais, anseios, experiências para todos os símbolos comuns da vida, que é cotidiana e que possui seus elementos formadores de territorialidades – com suporte em relações de poder que se pautam em ideologias, discursos, posicionamentos políticos, pedagógicos, etc.

Ainda nesta segunda concepção dos estudos territoriais, tendo como objeto o território e não os espaços geográficos, Dematteis (2008) preleciona o território como produto social, como lugar onde se dão as relações e nas interações entre diferentes lugares e pessoas. Produto de uma construção social, coletiva e multidimensional, o território é permeado por desigualdades combinadas às características naturais e específicas de cada lugar. Portanto, necessita-se considerar fatores como o tempo histórico, as relações multiescalares, as mudanças, a dominação e as tramas sociais.

De igual forma, o mesmo autor salienta a necessidade de se considerar as territorialidades, quando da busca pela melhoria da qualidade do ambiente e da sociedade, por meio da produção cultural e do desenvolvimento econômico. As territorialidades, neste sentido, podem ser compreendidas como as relações dinâmicas que existem entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições e o poder) e os elementos materiais, imateriais, vivos e inertes, provenientes do território onde se habita, se produz e se vive.

Nesta perspectiva, para Dematteis (2008), as territorialidades podem se dar em duas formas: passiva – com a submissão e obediência, a partir de um controle, que visa excluir sujeitos e recursos –, ou ativa: quando se tem a conquista da autonomia, luta e resistência, objetivando-se construir estratégias capazes de promover a inclusão social.

Destarte, aponto neste trabalho os estudos territoriais como sendo aqueles que se propõem a compreender o território como produto histórico e relacional, que

demanda movimentos com duração, sequência, cronologia e periodização, a partir de interações sociais definidas que envolvem e que são envolvidas ao mesmo tempo, com processos naturais e sociais. De igual forma, objetivo compreender o território como um produto da relação espaço/tempo, onde ao se apropriar de um espaço, o homem o territorializa, temporalizando-o.

O objeto de análise deste trabalho – a condição juvenil privada de liberdade – é marcado por relações de poder. Na perspectiva da geografia cultural, que ora adoto, tal objeto é visto assente às suas relações, por um lado, com a dominação do Estado (através de seus agentes públicos, ao executar seu papel em defesa da ordem e da garantia dos direitos legais das crianças e dos adolescentes, mesmo que num contexto de infração legal), e por outro lado, diante da perspectiva dos jovens acautelados, em suas relações individuais e próprias das dinâmicas socioespaciais durante o cumprimento da medida socioeducativa. Ambas formas de relações de poder interferem na sua constituição de ser jovem acautelado, que necessita sobreviver às regras existentes em cada tempo e espaço vivenciados em decorrência do acautelamento.

Tal escolha epistemológica se fundamenta em Haesbaert (2006), que interpreta conceitualmente o território em uma perspectiva de poder político e espaço para uma identificação cultural, entendendo-o como um produto socioespacial de relações individuais, concretas e simbólicas, com a articulação dos interesses políticos e econômicos em decorrência de um sistema que o centraliza. De igual forma, tem uma conotação de domínio político e de uma apropriação simbólica, que se vincula às identidades destes atores sociais, ou seja, as múltiplas territorialidades existentes e determinadas pelos grupos sociais aos quais pertencem e que ocupam no espaço.

Na concepção do referido autor (2006), o homem nasce com o território e vice-versa. Quando os homens tomam consciência do espaço onde se encontram, a partir de perspectivas subjetivas, passando a se apropriar objetivamente deste espaço, constroem e são construídos por este território de forma individual. Assim, esse processo é sempre concomitante: se apropria (dando um sentido simbólico) e se domina (sentido político-econômico) um espaço socialmente partilhado, e não simplesmente construído.

Já a territorialidade, para o autor, é o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais, com o intuito de se apropriar ou de manter certo domínio, de diversas formas, sobre uma determinada parcela do espaço geográfico.

Elas se caracterizam como a marca do mundo globalizado e fragmentado, o que detona a necessidade de se considerar as esferas individuais (LAHIER, 2004, 2005, 2015) na análise destas diversas formas de ser e estar no mundo.

O autor também apresenta a categoria multiterritorialidade alicerçada em estudos dos territórios. Para Haesbaert (2004), o objetivo é compreender a existência da multiterritorialidade como uma flexibilidade do mundo moderno, caracterizada como o usufruto “de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja da sua conexão em rede por vários pontos do mundo” (p. 6786), por alguns grupos que normalmente são considerados como privilegiados – o viés sociopolítico. Os sujeitos da presente pesquisa, na condição de jovens em acatamento, estabelecem tais redes a partir das relações vivenciadas anteriormente à privação de liberdade, o que contribui na constituição de suas multiterritorialidades.

Aliás, para o autor esta possibilidade não é inédita, ao se considerar que o processo de territorialização “parte do nível individual ou de pequenos grupos”, uma vez que se tem que “toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios”, o que permite dizer que, “(...) em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade””. (HAESBAERT, 2004, p. 344).

De qualquer forma, a multiterritorialidade se caracteriza quantitativamente quando permite o acesso maior a uma diversidade de territórios; e, qualitativamente, quando possibilita aos indivíduos a intervenção e a vivência concomitantes em diferentes territórios. Analisar a territorialidade a partir de território como espaço dominado e/ou apropriado é considerar sua multidimensionalidade por meio da concepção da multiterritorialidade. É a partir do reconhecimento das territorialidades que marcam uma dada sociedade que se pode pensar na garantia de igualdade entre os sujeitos, de forma universal e que reconhece a multiculturalidade com as diferenças humanas de ser/estar no mundo, garantidas juridicamente e respeitadas socialmente.

Assim, têm-se que território não é sinônimo do espaço (HAESBAERT, 1997), já que além de uma conotação material com a multiterritorialidade, o território também tem uma conotação ainda mais simbólica, isto é, marcada pelo poder de dominação e apropriação daquilo que é “vivido”, o que, segundo a concepção de Lahire (2004,

2005), carrega consigo um valor de uso para cada indivíduo em suas relações inter e intraindividuais⁸.

Para tanto, Lahire (1997; 2004; 2005) faz a distinção das variações na abordagem individual, em que as relações interindividuais se dão onde cada sujeito convive com diversas pessoas com perspectivas e pensamentos diferentes; e as relações intraindividuais, se referindo aos contextos das práticas, atividades e interações que também são distintas de pessoa para pessoa.

Sobre esse processo simbólico, Haesbaert ressalta que “o território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem”, isto é, “sendo também, portanto, uma forma de apropriação”, e de igual forma, “uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar”, qual seja: a “apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Neste sentido, a compreensão da condição juvenil acautelada, marcada por multiterritorialidades existentes a partir da ocorrência da privação de liberdade, deve ser entendida como um tempo de vida, uma condição social e um tipo de representação, onde os jovens são percebidos como sujeitos sociais de direitos, pertencentes a uma história e contexto social (DAYRELL, 2007; ABRAMO, 2005; PERALVA, 1997), articulados com a noção da esfera individual desses sujeitos, pois, embora tenham semelhanças do ponto de vista socioeconômico, existem uma série de diferenças secundárias que estão ligadas à composição, às práticas e às dinâmicas de suas famílias, o que faz com que eles passem por experiências socializadoras diferenciadas e incorporem um patrimônio de disposições distintos (LAHIER, 1997, 2004).

Portanto, compreender que a condição juvenil se dá através das relações sociais onde este se encontra, podendo agir no/sobre seu mundo, na abordagem teórica-metodológica dos estudos territoriais significa abordar a existência de territorialidades, uma vez que as dinâmicas locais (de cada território) existem e dão

⁸ Lahire (1997; 2004; 2005) faz a distinção das variações na abordagem individual, em relações interindividuais (onde cada sujeito convive com diversas pessoas, e que não são totalmente iguais para outras pessoas) e intraindividuais (refere-se aos contextos das práticas, atividades, e interações, que também são distintas de pessoa para pessoa).

projeção aos sentimentos, intuições, ideais, anseios e experiências para todos os símbolos comuns da vida, que é cotidiana e que possui elementos formadores de territorialidades (HAESBAERT, 2004).

No próximo tópico, apresento o percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa: a técnica de coleta dos dados, a organização didática dos resultados e um panorama dos sujeitos entrevistados.

1.2 O PERCURSO METODOLÓGICO: DA ANÁLISE INDIVIDUAL BASEADA EM BERNARD LAHIER AOS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa que originou este trabalho decorre do Projeto JED, sob a responsabilidade da Professora Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato, que possui que sua aprovação no Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que delimita o seu assunto como *corpus* de um estudo teórico-empírico. Segundo Rey (2011), a pesquisa qualitativa se dá pela busca da subjetividade, “cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto” (2011, p. 51).

Assim, por ser uma pesquisa cuja natureza epistemológica se enquadra na área de ciências humanas, entende-se a importância dos aspectos subjetivos, ao considerar os sujeitos envolvidos (pesquisador, orientadora, entrevistados e demais) como interativos, motivados e intencionais. Gil (2002) salienta que uma pesquisa com este cunho favorece aberturas para conhecer características, percepções e opiniões de sujeitos e de grupos, uma vez que permite a uma familiarização com os problemas analisados para que se possa expô-los e construir hipóteses de investigação.

O caráter teórico, eminentemente conceitual, se deu pela revisão bibliográfica, que segundo Minayo (1994), é “uma atitude e uma prática teórica”. De igual forma, porque se percebeu como uma “constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, uma vez que realiza atividades com o objetivo de aproximar-se sucessivamente da realidade que apresenta “uma carga histórica”, com reflexos das diferentes posições em relação à realidade (1994, p. 23).

Já seu caráter empírico, se desenvolveu a partir do estudo de caso (BECKER, 1997) realizado no Centro Socioeducativo em Governador Valadares, para compreender como a condição juvenil daqueles jovens é marcada pelo

acautelamento. Por estudo de caso, entende-se como tentativa de “chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo”. (BECKER, 1997, p. 118). Mesmo sendo abrangente, esta tentativa é mais receptiva às descobertas inesperáveis, no entanto, sem esquecer que “um caso é, no fim das contas, apenas um caso” (1997, p. 129).

Na qualidade de instrumental metodológico, utilizo a proposta de dispositivo metodológico que foi apresentada em uma pesquisa realizada por Bernard Lahire, na obra: “*Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*” (2004). Nesta, a noção de disposição é tida como sinônimo de recorrências, repetições relativas, séries ou classes de acontecimentos e de práticas, ou seja, propõe-se analisar na esfera individual dos sujeitos da pesquisa, os comportamentos e as maneiras de crer/agir em diferentes microcontextos.

O autor trabalha a perspectiva do ator social na esfera individual, a partir dos processos de socialização, o que possibilita construir um patrimônio de disposições por intermédio de crenças e ações nos contextos vividos. Neste sentido, Nogueira (2013) aponta que Lahire, por um lado, dialoga com Bordieu em suas críticas às perspectivas subjetivistas (que entendem o ator social capaz de ter decisões, de forma racional e livre), e objetivistas (reduz a ação do ser humano à estruturas pré-estabelecidas). No entanto, o autor aponta que Lahire se diferencia de Bordieu, justamente por propor um olhar mais detalhado da diversidade de vivências de um dado ator social, assim como de suas disposições (plurais e contraditórias, em muitos momentos) e dos contextos em que age.

Nesta metodologia, é preciso que se faça anotações etnográficas, apontando as formas de contato e a preparação para o desenvolvimento das entrevistas. Isto exigiu toda uma estruturação na relação entre os pesquisadores do JED e os sujeitos das pesquisas, para que se pudesse ter um estudo de suas multiterritorialidades por meio das realidades vivenciadas.

O próximo passo, segundo a metodologia de Lahire (2004), é a construção das grades de entrevista. É a partir delas que se tem a possibilidade de captar os efeitos causados nos sujeitos da pesquisa pelas matrizes socializadoras. A grade de entrevista se caracteriza por apresentar um caráter biográfico dos sujeitos da pesquisa, que na concepção de Lahire permite ao pesquisador ter mais facilidade ao ampliar o número de indicadores das matrizes socializadoras de sua pesquisa, com base em variações de interindividuos e intraindivíduos.

Neste sentido, na grade de entrevista que organizei para realização das entrevistas com os sujeitos da minha pesquisa, os dados a serem perguntados foram dispostos por momentos de vivências: antes e durante o acautelamento, e as expectativas de futuro, após o acautelamento. O estudo é elaborado através de seis matrizes de dispositivos. Tal estrutura foi inspirada na pesquisa de Lahire (nela, o autor contou com outra organização, já que o objetivo e sujeitos de sua pesquisa eram de outros territórios⁹), se deu por entender que a análise pela relação espaço-tempo (ELIAS, 1989; SANTOS, 1991) possibilitaria a identificação de novas e múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2004) do ser jovem, a partir das singularidades das histórias de vida de cada entrevistado, com a marca do acautelamento.

Fundamentando a organização da grade de entrevistas em Elias (1989), temos a indissociabilidade entre o homem e seu tempo-espaço. Segundo o autor, é preciso que se estude conjuntamente o tempo e o espaço, uma vez eles estão imbricados, já que “são símbolos conceituais de certos tipos de atividades e instituições sociais que permitem aos homens orientarem-se diante de posições ou distâncias entre estas posições que acontecimentos de todo tipo tomam...” (ELIAS, 1989, p. 111).

Portanto, se para compreender o tempo no contexto onde em que é produzido, faz-se considerar o espaço vivido e analisar a condição juvenil que passa por tais categorias na configuração das vivências que constituem estes sujeitos e suas (multi)territorialidades.

Ressalta-se que Lahire inspira-se na tese de Norbert Elias (1989) para refutar a ideia de que existem duas realidades separadas: uma social e uma individual. Na visão do autor, Elias teria dado um exemplo, “do que poderia ser uma sociologia à escala individual da constituição das primeiras disposições”, ao afirmar que para se apreender o comportamento de um dado indivíduo, é necessário a reconstrução dos desejos que ele tenta satisfazer.

Ressalta-se que Lahire (2004; 2015), apesar de utilizar-se das perspectivas de Elias e Bordieu, tece críticas à concepção macrossociológica dos autores. Afirma (2004b) que os dois “pensavam os indivíduos como seres totalmente sociais, que são inteiramente socializados e cuja economia psíquica é fundamentalmente social”. No

⁹ Lahire (2004) em seu dispositivo metodológico, realizou “uma série de seis entrevistas com os mesmos oito pesquisados sobre suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir e agir em diferentes domínios de práticas (ou esferas de atividade) ou em microcontextos (no interior desses domínios de práticas diferentes”. Suas matrizes socializadoras “foram temas relacionados à escola, ao trabalho, à família, à sociabilidade, ao lazer e às práticas culturais e, por fim, ao corpo” (2004, p. 32).

entanto, para o autor, Elias sempre fez uma abordagem superficial do termo sujeito social, e Bordieu a teorizou a partir da produção do *habitus*. Outra diferença de concepções antropológicas que Lahire (2004b) aponta, é que a abordagem elisiana “apresenta como centro de sua sociologia a ideia de relações de interdependência entre os indivíduos que formam então configurações sociais específicas e se constroem por meio dessas relações de interdependência”, e que a abordagem bordieusiana definiu “os indivíduos sobretudo pelo volume e estrutura do seu capital (essencialmente o econômico e o cultural)”.

Assim, em Lahire, que realiza as análises empíricas, pode-se perceber que “o social só existiria incorporado em indivíduos concretos e os indivíduos por sua vez, só existiriam como seres socialmente constituídos” (NOGUEIRA, 2013, p. 17).

A construção destas matrizes socializadoras propostas por Lahire é importante, pois elas “retêm no corpo de cada indivíduo o produto das experiências passadas”, seja das estruturas cognitivas, psíquicas, mentais, de esquemas, de disposições, dos comportamentos e de ações/reações pessoais (LAHIRE, 2005, p. 13).

Neste sentido, as matrizes socializadoras que analiso¹⁰ são as relações com: a família (antes, durante e para além do acautelamento, a partir das ausências e presenças); as drogas e o tráfico (possibilidades de vivências e relação com o ato infracional cometido ou de cuja autoria é acusado); o acautelamento (quais significados a privação de liberdade apresenta, os contextos de disputa de poder com a equipe socioeducativa, possíveis ocorrências de maus tratos, e a relação com outros adolescentes); a vivência das sexualidades (a diversidade e seus reflexos nas relações interindivíduos); o trabalho (antes do acautelamento e perspectivas para o futuro); e a escola (antes, durante e depois).

Por não se tratar de um simples levantamento de dados, a realização destas oficinas foi importante para que a metodologia proporcionasse um contato anterior e uma construção de afinidades com os sujeitos da pesquisa, utilizando debates, dinâmicas e atividades da proposta extensionista.

No entanto, a observação das vivências sociais no território estudado começou desde o primeiro contato para se conhecer o CSESFA e estabelecer o calendário de

¹⁰ Ressalto que a divisão didática da parte metodológica aplicada a partir da inspiração em Lahire, a ser apresentada no tópico “4.3 – Retorno e avanços”, se deu em razão da possibilidade de o leitor, compreender, de forma aprofundada, os requisitos de tal metodologia e de que forma eles são vislumbrados nesta pesquisa.

execução das oficinas. A observação foi uma prática da pesquisa-ação que teve continuidade ao executarmos as oficinas e, posteriormente, ao realizar as entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Essa observação de campo trouxe a possibilidade de coletar dados não-verbais. Para tanto, também foi adotada a prática de registros de observações pessoais em diário de campo, tais como os meus sentimentos e percepções durante todos os momentos da pesquisa.

Após o percurso de escolhas epistemológicas e metodológicas, os sujeitos da pesquisa foram entrevistados e suas histórias foram analisadas. Para entender as singularidades¹¹ entrevistadas, foi possível realizar um levantamento macrossociológico de oito jovens que encontravam-se acautelados, quando da realização das entrevistas, e que participaram das oficinas nos meses de outubro e novembro de 2015¹².

Todos os entrevistados são maiores de 18 anos e concordaram com a realização da entrevista, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE¹³. No caso de menores de 18 anos, a autorização foi dada pela direção da instituição. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas¹⁴.

Para se garantir o sigilo da pesquisa em relação às identidades dos jovens, estes foram identificados aleatoriamente em minhas produções¹⁵ com os seguintes nomes de 8 pássaros: “Besourinho”, “Laranjinha”, “Guarda-Marinho”, “Zaragateiro”, “Coleiro”, “Curió”, “Corrupião”, “Gaivota”. Essa analogia é baseada em uma reflexão do filósofo Mario Sérgio Cortella:¹⁶

Há quem diga: “Eu queria ser livre como um pássaro”; lamento profundamente, pois pássaros não são livres, pássaros não podem não voar,

¹¹ Lahire (2005, p. 33) afirma que não é contra a realização de abordagens macrossociológicas e estatísticas. Apenas que a sociologia à escala individual não “se alimenta das constatações e das análises da sociologia estatisticamente fundada”, uma vez que é “revelado a heterogeneidade intraindividual (...)” e é apreendido “claramente a pluralidade das disposições individuais em grandes números”.

¹² Participaram das oficinas do projeto JED o total de 20 jovens que estavam prestes a obterem a liberdade. Na realização das entrevistas, um mês após o término das oficinas, encontramos e entrevistamos dez jovens. Para fins de teste da grade de entrevista, utilizei o material da entrevista de dois outros jovens.

¹³ O modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE no anexo I.

¹⁴ A transcrição foi realizada pelo pesquisador e alunos bolsistas de iniciação científica do Projeto JED.

¹⁵ Utilizei originalmente essa forma de nomeação na minha produção de trabalho de conclusão de curso de especialização de Gênero e Diversidade na Escola, pela Universidade Federal de Minas Gerais (NOVAES, 2016), onde analisei dados sobre a educação na diversidade sexual e a juventude privada de liberdade, também como produção decorrente da participação no JED.

¹⁶Disponível em < <http://blog.ciatech.com.br/2011/10/31/a-etica-e-a-producao-de-conhecimento-hoje/>>. Acessado em 19.02.2016

pássaros não podem escolher para onde voam, pássaros são pássaros. Se você quiser ser livre, você tem de ser livre como um humano. Pensemos em algo que pode parecer extremamente horrível: como disse Jean-Paul Sartre, nós somos condenados a ser livres (2011)

Portanto, a metodologia adotada encontra-se baseada em Lahire (2004, 2005) e prioriza as experiências socializantes, ao reconstruir as disposições a partir dos múltiplos indícios empíricos, podendo verificar variações ou disposições nas crenças e ações dos sujeitos pesquisados, bem como questionar as análises macrossociológicas dos contextos do território de privação de liberdade estudado por essa pesquisa, a partir da natureza das relações interpessoais encontradas.

No próximo tópico, apresento a proposta do projeto de pesquisa e extensão JED, além dos relatos e percepções sobre a vivência das oficinas realizadas.

TABELA I – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

| JOVENS | IDADE NO ATO INFRACIONAL | IDADE QUANDO DA ENTREVISTA | ATO INFRACIONAL COMETIDO | EXPERIENCIA COM ACAUTELAMENTO | CIDADE DE ORIGEM |
|----------------|---------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| COLEIRO | 16 | 17 | Assalto a mão armada | PRIMEIRA | GOVERNADOR VALADARES – MG |
| CORRUPIÃO | 17 | 18 | Assalto à mão armada | PRIMEIRA | GOVERNADOR VALADARES – MG |
| CURIÓ | 16 | 17 | Homicídio qualificado | PRIMEIRA | GOVERNADOR VALADARES – MG |
| GAIVOTA | 16 | 18 | Assalto à mão armada | SEGUNDA | GOVERNADOR VALADARES – MG |
| GUARDA-MARINHO | 17 | 18 | Tentativa de Homicídio | SEGUNDA | GOVERNADOR VALADARES – MG |
| LARANJINHA | 17 | 18 | Latrocínio | PRIMEIRA | FEIRA DE SANTANA – BA |
| BESOURINHO | 15 | 16 | Assalto a mão armada | PRIMEIRA | GOVERNADOR VALADARES – MG |
| ZAGATEIRO | 16 | 17 | Assalto à mão armada | PRIMEIRA | GOVERNADOR VALADARES – MG |

1.3 O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO

O projeto de pesquisa e extensão “Juventude, Educação e Direito” contou com a participação de um grupo de professores pesquisadores, alunos do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território e alunos bolsistas de iniciação científica de cursos de graduação em Pedagogia, Psicologia, Direito.

Para sua realização, a parceria com a direção do Centro Socioeducativo foi fundamental, uma vez que a direção mobilizou os profissionais para a realização das oficinas temáticas com o grupo de 20 jovens selecionados – os quais estavam na iminência de obtenção da liberdade – além de toda a parte logística para a realização das oficinas em suas dependências, durante cinco dias, no período vespertino.

A discussão preparatória dos acadêmicos participantes do projeto pautou-se nos teóricos Dayrell (2007), Abramo (2005), Peralva (1997) e outros que discutem a sociologia da juventude e a abertura do ser humano para a aprendizagem na qualidade de sujeitos de direitos, com o objetivo de balizar as discussões e organizar as práticas socioeducativas a serem realizadas.

Logo após, no dia 06 de outubro de 2015, realizamos uma visita técnica e guiada ao CSESFA para conhecer o local onde aconteceriam as oficinas com jovens. Neste primeiro momento, que serviu para elaboração das temáticas a serem discutidas e para a definição das datas das oficinas (dias 3, 4, 5, 6 e 9 de novembro de 2015), foi possível conhecer o território em que vivem os sujeitos da pesquisa (HAESBAERT, 2004).

Lembro-me de minhas primeiras impressões: um forte sistema de segurança, desde a identificação ao adentrar na instituição (recolhimento da carteira de identidade, aparelhos telefônicos) e durante todo o trânsito interno, que sempre ocorreu acompanhado por algum agente socioeducativo. Um forte sentimento de angústia por perceber que a estrutura arquitetônica da instituição não possibilita muito contato com a parte externa – pois os alojamentos (divididos em blocos, com espaços razoáveis entre eles) possuem janelas com filetes que permitem à quem está acautelado ver o que ocorre no lado externo, mas não possibilita o contrário.

Outra memória que tenho é de gritos e vozes, os quais não consegui identificar de onde surgiam, mas que se direcionavam à um ou outro jovem que transitava pelo pátio, acompanhado por um agente – até mais de um, em alguns casos.

A sensação mais emblemática, no entanto, foi após realizarmos os acordos procedimentais com a direção do CSESFA, onde nos foi permitido o acesso em um dos blocos, e ao passar pelo corredor, observamos várias portas de latão reforçado nos alojamentos, com um pequeno vão na direção dos olhos. Além do forte odor que me marcou naquele local, em razão da sujeira decorrente do tempo (paredes encardidas, algumas úmidas), pude presenciar jovens, que ali estavam, demonstrarem interesse em saber o que se passava e quem era aquelas pessoas que “os visitavam”.

Alguns, que não consegui identificar em meio a tantos rostos marcados pelas experiências, em conversas rápidas, expuseram anseios de liberdade e o que gostam de fazer durante o cumprimento da medida. Outros mostraram as miçangas que produzem nos alojamentos “para passar o tempo”. Pairavam muitas dúvidas de ordem prática e que dominaram o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa: como eles dormiam, onde banhavam-se, como é a rotina ali dentro, do que se alimentavam e quais as regras de sobrevivência existem entre eles.

No dia seguinte, em reunião, a equipe do projeto compartilhou as impressões sobre o local, a equipe técnica e os jovens, dando início na organização das oficinas¹⁷. Foram dias de muitas expectativas e reuniões preparatórias sobre o que aconteceria. O envolvimento dos participantes nessa primeira fase preparatória foi importantíssimo para que a proposta do projeto JED fosse vivenciada pelos acadêmicos de forma relevante.

A proposta se concretizou, pois o momento de programação aconteceu de forma organizada, com estudos sobre a população que se investigava e embasamento teórico, com o uso de reflexões críticas sobre realidade, procurando definir ações que possibilitassem transformações pessoais e coletivas dos sujeitos da pesquisa, com clareza dos problemas levantados e tendo o novo conhecimento adquirido pelas diversas formas oportunizadas contribuído para a organização/elaboração da prática, sempre marcada pela execução de um projeto de caráter coletivo.

Passado o tempo programado, as oficinas começaram. Ressalta-se que os módulos foram pensados em formato de oficinas de trabalho, uma por módulo. Em cada momento, diversas práticas eram adotadas (música, teatralização, dinâmicas de

¹⁷ A organização das oficinas contou com a participação de uma analista executiva e pedagoga que atua no CSESFA, que contribuía analisando se as propostas iam ao encontro das demandas dos jovens e como tais oficinas poderiam repercutir naquele território.

grupo) com o intuito de facilitar o diálogo e estabelecer uma sintonia com os jovens. No término de cada módulo, eram distribuídos lanches diferenciados¹⁸ para todos os participantes das oficinas (jovens, acadêmicos, equipe técnica do CSESFA).

Os módulos foram organizados com a seguinte formatação:

1º Módulo: Identidades

A proposta foi problematizar a constituição das identidades individuais e coletivas, para que os jovens acautelados se percebessem como sujeitos.

No princípio, os jovens selecionados estavam um pouco retraídos com o que acontecia, conversando apenas entre si, com o uso de sinais. A utilização de sinais marca uma forma de comunicação própria dentre os jovens acautelados, uma vez que a mesma se difere da Libras – Língua Brasileira de Sinais (NOVAES, 2010), tendo uma sistematização e organização linguística diferenciadas e próprias daqueles que vivenciam aquele espaço. A territorialidade dos jovens acautelados possui outro código linguístico, o qual pode ser objeto de outras pesquisas científicas, para fins de registro acadêmico e compreensão de seu uso, além da importância social nas relações de poder que decorrem da vivência naquele território (HAESBAERT, 2004).

Percebendo o receio inicial por parte dos sujeitos, a equipe, munida com expectativa e ansiedade para começar o trabalho, foi conquistando o espaço aos poucos, inclusive utilizando músicas – que também marcaram toda a execução das oficinas¹⁹ – conseguiu o envolvimento dos jovens nas atividades propostas.

A abertura contou também com uma apresentação teatral realizada por um dos alunos envolvidos no projeto JED, que deu vida a um personagem chamado “Zé

¹⁸ A distribuição de lanches distintos a cada módulo foi uma decisão dos componentes do projeto JED, na tentativa de oportunizar o acesso à uma alimentação não habitual no acautelamento. Surpreendunos o depoimento de um dos sujeitos da pesquisa, que no término das oficinas, diante da indagação sobre o que mais gostaram nos momentos vivenciados, afirmou que fora os lanches, pois a equipe, de acordo com suas palavras, se preocupava com eles, até com o que não comiam. Um ato de agradecimento e que tocou toda a equipe, pois aponta para necessidades e carências materiais que existem durante o acautelamento. A alimentação adequada durante o período de acautelamento é uma possibilidade de pesquisa.

¹⁹ Alguns acadêmicos do projeto com aptidões musicais contribuíram com a execução de diversas músicas durante a realização das oficinas. No momento em que eram instrumentalizadas, as letras eram expostas por equipamento de multimídia e depois problematizadas com os sujeitos da pesquisa com o intuito reflexivo. A musicalidade é outro artefato da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004) dos jovens acautelados, que percebem nessa forma de expressão a possibilidade de vivenciar o período da privação de liberdade de forma menos dolorosa.

Maluco”²⁰, que entre momentos de lucidez e de crises psicológicas, por meio do drama, conseguiu fazer inferências às lembranças da infância, revisitando brincadeiras, relações familiares e até os percalços que marcam as escolhas erradas na trajetória humana.

Através da utilização da arte e da música²¹, problematizamos a constituição da identidade (individual ou coletiva) como resultado das relações sociais (ELIAS, 1994), que estabelecemos em diferentes tempos e espaços vivenciados, e da abertura existente para ressignificação, própria do nosso tempo (Hall, 2006), através de boas escolhas.

Os relatos dos jovens participantes demonstraram a possibilidade de sensibilizá-los à reflexão sobre quem se tornaram, das relações vivenciadas e sobretudo da possibilidade de viverem suas juventudes de outra forma. A possibilidade de vê-los contando suas histórias, seus motivos, oportunizando-lhes um lugar de fala, em uma tentativa de diálogo – sem a necessidade de querer saber quais os atos infracionais cometidos – de certa forma contribuiu para o envolvimento da equipe do projeto JED com a realidade que eles construíram em suas trajetórias.

O próximo passo seria fortalecer esse vínculo, contribuindo no processo de reflexão sobre suas (multi)territorialidades de jovem e acautelado. Para tanto, o grupo de pesquisadores e bolsistas utilizou ferramentas de comunicação espontânea²² para dialogar a respeito das impressões do primeiro dia de oficinas e para (re)pensar as propostas seguintes.

²⁰ O próprio acadêmico com formação teatral criou a personagem a partir de uma experiência com uma pessoa em situação de rua que se cobre com garrafas descartáveis amarradas ao corpo e que a medida que algo lhe chama a atenção, passa a escrever em um papel e a guardar suas escritas dentro de garrafas pets. Ao indagar qual a relação entre a história de “Zé Maluco” com as discussões identitárias, a personagem disse que em cada garrafa ele escrevia as coisas que ele vivenciou, as coisas que ainda iria vivenciar, e as que ele queria que acontece de bom com os outros. No final do módulo, as três garrafas com essas perguntas foram deixadas no centro da sala, para que todos os jovens pudessem escrever o que quisessem e no final das oficinas abríamos as garrafas. O material foi recolhido e é utilizado em outras pesquisas do projeto JED.

²¹ Na primeira oficina, após a teatralização, utilizamos a música “Bola de meia, bola de gude”, de Milton Nascimento, para remetermos os jovens às suas infâncias e como eles as percebem agora que são jovens, num exercício autorreflexivo sobre quem somos e como nos relacionamos com essa percepção.

²² Os componentes do projeto JED utilizaram o aplicativo Whatsapp, onde criaram um grupo de discussão para além da resolução de questões práticas, como a troca de olhares e o debate de (novas) propostas.

2º Módulo: A construção e desconstrução de regras

A segunda oficina problematizou as regras estabelecidas durante a vivência no CSESFA, com o objetivo de levá-los a refletir sobre o surgimento e as motivações para que eles as seguissem – independentemente se consideradas positivas ou negativas.

Para tanto, duas atividades foram realizadas: a primeira com a exibição de um vídeo de análise comportamental²³, a partir da experiência de macacos, que serviu de ilustração e problematização de como as regras surgem socialmente e perduram, muitas vezes de forma desconhecida entre seus seguidores. Foi indagado aos jovens sobre as regras que vivenciavam antes do acautelamento, em seus ambientes familiares e sociais, levando a uma reflexão sobre os reais motivos para que cumprissem aquelas regras – em alguns relatos, próprias do contexto do tráfico – e da necessidade de ressignificar as relações estabelecidas.

Noutro momento, a segunda dinâmica propôs, utilizando um modelo de regras de trânsito de uma forma lúdica (toda a sala estava com sinalizações de trânsito), entender a importância de obedecer as regras sociais, e da necessidade de efetuar determinadas escolhas, onde os jovens optavam por qual trajeto vão percorrer. Durante o caminho traçado em sala, algumas placas eram sinalizadas com verbetes como “maldade”, “liberdade”, “crime”, “obediência”, e etc.

A necessidade de regras para a manutenção da ordem social pelos jovens, em diversos tempos e espaços da sociedade, serviu para a reflexão sobre a própria condição juvenil, entendendo-a como a constituição de um sujeito social (DAYRELL, 2004) que deve ser capaz de protagonizar os vários momentos de sua existência, independentemente de seu contexto socioeconômico.

Esta reflexão se fez (e se faz oportuna) na oficina para refletir sobre a percepção social da juventude. Abramo (1997) aponta que a juventude é pensada como um “processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades”, que, no entanto, deve se ajustar “aos papéis adultos”, e, quando isto não ocorre, as ‘falhas’ e os ‘ajustes’ necessários se tornam uma “preocupação social”. (1997, p. 80). Isto significa, segundo a autora, que a juventude é percebida pela sociedade, em muitos momentos, como um “(...) problema’: como objeto de falha, disfunção ou anomia no

²³ O vídeo disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=_8zA18LkPR4>.

processo de integração social”, o que, em uma perspectiva macro, pode ser compreendido “como tema de risco para a própria continuidade social”. (ABRAMO, 1997, p. 80).

Diante das atividades propostas, os relatos dos jovens apontaram para a necessidade de obedecer as regras de convívio em sociedade, pois, aqueles que as transgredirem, (existentes na sociedade como um todo ou somente naquele território de privação de liberdade) devem ser responsabilizados. Neste sentido, também foi oportunizada a fala sobre as regras que existem naquele espaço, que serviriam para a uma convivência pacífica entre eles.

3º Módulo: A educação como empoderamento

O momento foi propício para valorizar o processo de ensino aprendizagem como possibilidade de empoderamento, levando-os à compreender que a escola, e os saberes nela construídos, são importantes para (res)significar a existência e as relações sociais.

No entanto, durante toda a execução do módulo, foi possível perceber que a relação dos jovens acautelados com a escola não é percebida por estes como um processo de ensino aprendizagem com formação crítica e reflexiva, capaz de oportunizar um protagonismo autônomo como sujeitos sociais (FREIRE, 2006). É latente nas falas dos sujeitos da pesquisa que a educação não é um artefato cultural que os mobiliza a refletir sobre sua condição juvenil, muito menos que os motive a problematizar a ordem social existente e as classes populares as quais eles originam e vivenciam, fruto de uma desigualdade socioeconômica e de uma lógica capitalista (MARX, 1999). Isto justifica a defasagem de idade/série²⁴ que os jovens acautelados apresentam. Para eles, os padrões escolares atendem à uma lógica que

²⁴ A defasagem idade-série atinge em torno de 8,5 milhões de alunos brasileiros da Educação Básica, no mínimo em dois anos, atingindo o pico no período do 6º ao 9º ano, incidindo em torno de 23,6% em todo o Brasil (ARAUJO E QUARESMA, 2014, p.33). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP; 2010) apontam as desigualdades socioeconômicas regionais do Brasil: 21%, no Sudeste; 23,8%, no Sul; 28,5%, no Centro-Oeste; 40,7%, no Norte e 40,4%, na região Nordeste. Ainda releva que a incidência é maior entre os alunos mais pobres, de áreas rurais e que se declaram negros. Iniciativas para a superação deste cenário existem, como a constituição de alianças da sociedade civil, ONGs, gestores públicos e iniciativa privada através do Movimento Todos pela Educação, que propõe uma Educação Básica de qualidade para todos os cidadãos brasileiros até 2022, e o estabelecimento do Plano Nacional de Educação, que defende uma educação mais justa, igualitária, e que contemple as especificidades e problemas de cunho social, cultural e político. (ARAUJO E QUARESMA, 2014, p.38).

não os representa, mas sim algo próprio das classes dominantes, que não os empodera, muito menos, oportuniza um lugar de fala.

Para trabalhar esta questão, o grupo do projeto JED utilizou de depoimento pessoal e música. Primeiramente, foi relatado por uma professora que integra o projeto JED sobre a importância da educação em sua trajetória, uma vez que, apesar das dificuldades que vivenciou quando ainda jovem, ao engravidar e ter diante de si o dilema de ser responsável pelos seus atos e pela sobrevivência de seu filho, encontrou nos estudos a possibilidade de continuidade, tendo como consequência sua valorização pessoal e profissional que a permitiu ser uma professora universitária e gestora no ensino superior.

A musicalização novamente contribui para estimular uma reflexão sobre a educação como possibilidade de mudanças. A partir das músicas apresentadas²⁵, os jovens puderam escolher trechos que os sensibilizaram e compartilhar isso com o grupo.

Foi o momento de perceber como os sujeitos da pesquisa conseguiam refletir sobre suas trajetórias e experiências, não tão exitosas com o processo educativo e de alimentar o interesse pela retomada aos estudos. Um dos jovens, ao escolher o trecho “eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes”, afirmou que “*pode mudar de ideia, de opinião*”; outro, com a música “Tempo perdido”, afirmou: “*o tempo que estamos passando no Centro Socioeducativo não está sendo (sic) perdido, tudo é aprendido*”.

4º Módulo: “*Quem eu era e quem em sou na medida?*”

A quarta oficina teve por objetivo levá-los a refletir sobre a própria trajetória de vida. A proposta era mexer com as memórias da infância e das relações familiares, para que vislumbrassem a condição juvenil que possuem como uma possibilidade de “vir a ser”, mas que também já são no tempo presente, ou seja, para que se percebessem como alguém que dá conta dos resultados de suas relações sociais vivenciadas: as alegrias, os acertos e erros, e as tristezas em suas trajetórias.

²⁵ Foram executadas as músicas: “Tente outra vez”, Raul Seixas, 1975; “Metamorfose”, Raul Seixas, 1973; “Tempos perdidos”, Legião Urbana, 2001

O embasamento teórico utilizado, segundo Peralva (1997) e Dayrell (2003), considera que o jovem deve ser visto como um ser ativo e capaz de exprimir sua subjetividade de diversas formas. Em razão de suas diferentes formas de ser e estar no mundo (territorialidades), o jovem deve ser protagonista do seu próprio tempo-espaço, porém, em uma leitura positiva que supere a perspectiva de passividade juvenil e que o torne produtor de sua cultura.

Nesse sentido, foi na musicalidade que os jovens acautelados surpreenderam toda a equipe neste módulo, quando iniciaram as atividades com uma apresentação de dança de rua. Para além da demonstração de entrega para a troca por parte dos jovens, evidenciaram-se os resultados das oficinas anteriores: a compreensão da constituição de identidades juvenis, marcadas por bens culturais que demarcam lugares e que denunciam as opressões resultantes das desigualdades que nivelam suas trajetórias ao se encontrarem no cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade.

As multiterritorialidades (Haesbaert, 2004), em uma perspectiva macrossociológica, estavam expostas: jovens acautelados, oriundos de periferias e com outras concepções artísticas, mas com a mesma possibilidade de se verem 'no tabuleiro do xadrez da vida' e na luta pela vitória da sobrevivência em meio à ausências físicas, materiais, sentimentais, educativas e sociais. O mundo da cultura é, como afirma Dayrell (2003), para estes jovens "mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que esses jovens se construam sujeitos", perante suas vivências em espaços-tempos distintos e marcados por carências, e, naquele momento, pela experiência e pelas marcas do acautelamento.

Tais carências foram verbalizadas, sobretudo, a partir da realização da dinâmica do dia: em uma mesa com diversos objetos que remetem a infância (brinquedos, camisa de times de futebol, jogos). Cada jovem deveria selecionar um objeto e explicar porque o material escolhido o lembrava sua infância. Carências afetivas, ausências de figuras paternas e/ou maternas, a brutalidade nas relações, o convívio prematuro com bebidas alcoólicas e a presença naturalizada de entorpecentes, foram expostos. "Tente outra vez" fechou o encontro com a proposta de fazê-los refletir sobre quem eram e quem são naquele espaço-tempo vividos e quais são as marcas que os constituem como jovens naquele momento de acautelamento, porém, com possibilidades de vislumbrarem futuro.

5º Módulo: “Qual seu talento?”

A oficina propôs o exercício de pensar no futuro, levando-os à perceber seus talentos, qualidades e a necessidade de fazer (novas) boas escolhas. Essa última etapa dos módulos foi concluída com a visita dos jovens acautelados aos espaços da Universidade Vale do Rio Doce, onde puderam conhecer os laboratórios de prática de diversos cursos, das ciências e dos esportes. Ainda conheceram o estúdio de televisão que a Fundação Mantenedora da Universidade possui e que serve de prática dos alunos da área da comunicação. Foi gravado um programa com os jovens, onde puderam conversar sobre os talentos que possuíam e como eles poderiam se concretizar no futuro. Alguns escolheram a prática do futebol, outros, os estudos relacionados às ciências exatas e comunicação.

No final, deslumbrados com aquela oportunidade inédita de conhecer um espaço universitário, a experiência demonstrou que para estes jovens, o futuro não era pensado por meio da educação formal e da possibilidade de ingresso no ensino superior. Este território não é uma realidade dos acautelados, nem está presente em seus sonhos e expectativas, não é visto como um espaço de possibilidades que deve ser conquistado para a construção de projetos de futuro. As atividades foram finalizadas com uma última confraternização, por meio de registros fotográficos e a abertura institucional para os jovens acautelados.

*Um dia me disseram
 Que as nuvens
 Não eram de algodão
 Um dia me disseram
 Que os ventos
 Às vezes erram a direção
 E tudo ficou tão claro
 Um intervalo na escuridão
 Uma estrela de brilho raro
 Um disparo para um coração...
 A vida imita o vídeo
 Garotos inventam
 Um novo inglês
 Vivendo num país sedento
 Um momento de embriaguez...*

*Somos quem podemos ser...
 Sonhos que podemos ter...*

*Um dia me disseram
 Quem eram os donos da situação
 Sem querer eles me deram
 As chaves que abrem essa prisão
 E tudo ficou tão claro
 O que era raro, ficou comum
 Como um dia depois do outro
 Como um dia, um dia comum...
 A vida imita o vídeo
 Garotos inventam um novo inglês
 Vivendo num país sedento
 Um momento de embriaguez...*

*Somos quem podemos ser...
 Sonhos que podemos ter...*

*Um dia me disseram que as nuvens
 Não eram de algodão
 Um dia me disseram que os ventos
 Às vezes erram a direção
 Quem ocupa o trono, tem culpa
 Quem oculta o crime, também
 Quem duvida da vida, tem culpa
 Quem evita a dúvida, também tem...*

*Somos quem podemos ser...
 Sonhos que podemos ter...*

(Somos Quem Podemos Ser - Engenheiros do Hawaii)

2 DA CONDIÇÃO JUVENIL²⁶ E A ABORDAGEM TERRITORIAL

Neste capítulo, com o intuito de atingir o primeiro objetivo específico deste trabalho, que é discutir a condição juvenil utilizando os estudos sociológicos e territoriais, apresento uma revisão bibliográfica sobre este tema, partindo do diálogo epistemológico entre as concepções de Dayrell (2003) e Lahire (1997, 2004, 2005), que serão entrelaçados com as discussões territoriais feitas por Dematteis (2008) e Haesbaert (2004, 2010, 2013), de modo a permitir uma compreensão da aplicabilidade deste aporte teórico, em especial, o conceito de “multiterritorialidades”, ao analisar a condição juvenil nas dimensões macrossociológicas e individuais, diante da experiência do acautelamento.

Tal proposta de conhecimento surge da percepção de considerar a juventude como condição social e um tipo de representação que se constitui num determinado momento (DAYRELL, 2003), articulada também com a noção de sujeito social aberto a um mundo e a sua história, cuja característica de sua singularidade deve ser considerada a partir das disposições individuais de crenças e ações (LAHIRE, 1997, 2004, 2005). Esta constituição juvenil se apresenta diversa, assim como as formas de ser e estar no mundo. Ao se tentar perceber como tais condições são constituídas (por diversos recortes epistemológicos), têm-se um levantamento que permite compreender suas multiterritorialidades (DEMATTEIS, 2008; HAESBAERT, 2004, 2010, 2013; SAQUET E SOUZA, 2009).

Nos tópicos deste capítulo, farei uma análise sobre as concepções de juventudes, por meio das políticas públicas existentes, de teorias biológicas/sociais diante de uma perspectiva macrossociológica e na esfera individual, atrelando-as a proposta interdisciplinar dos estudos territoriais, em um diálogo sobre a existência de multiterritorialidades do *ser jovem*.

²⁶ Neste trabalho, adoto a terminologia “condição juvenil” e não “situação juvenil”, em razão do aporte teórico de Dayrell (2007), para quem, o primeiro, “do latim *conditio*, refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida e perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação”. Nesse sentido, o autor aponta a existência de duas dimensões quando se utiliza essa terminologia, a saber: “(...) modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc”. Portanto, este trabalho objetiva “tanto a dimensão simbólica quanto os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, nos quais a produção social da juventude se desenvolve” (DAYRELL 2007, p. 1108)

Por fim, apresento alguns relatos dos sujeitos desta pesquisa, que demonstram as diversas vivências individuais e percepções sobre o que significa ser jovem e estar acautelado.

2.1 JUVENTUDES: AFINAL, DE QUEM FALAMOS?

Segundo dados do IPEA (LOBATO e LABREA, 2013, p. 34), no ano de 2013 a população brasileira possuía em sua composição um total de 26,9% de jovens, os quais representavam uma categoria social predominantemente urbana (84,7% deste total). Em um sentido étnico-racial, essa mesma distribuição era composta em 53,7% por negros e outros 44,7% por brancos.

No campo teórico e político brasileiro, as discussões sobre as juventudes encontram-se em efervescência. Spósito, ainda no ano de 2002, afirmava que a temática tinha alcançado maior visibilidade no Brasil “como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores” (2002, p.17). Após mais de uma década, é possível perceber que a discussão sobre as juventudes ganhou visibilidade no cenário nacional e já faz parte da agenda de políticas públicas.

No campo legal, o Estatuto da Juventude, sancionado pela Lei Federal nº. 12.852/2013, instituiu a Política Nacional da Juventude – PNJ. Ao fazer isto, o ordenamento jurídico brasileiro passou a contar com um arcabouço de direitos destinados aos jovens, utilizando princípios²⁷ e diretrizes²⁸ para pensar políticas

²⁷ Enquanto princípios programáticos para a execução das políticas públicas de juventude e do próprio Estatuto da Juventude (2013), tem-se a necessidade de promover a autonomia e a emancipação dos jovens, no sentido de ter em sua trajetória a inclusão, liberdade e participação na sociedade; valorizar e promover sua participação social e política, de forma direta e por meio de representantes; promover sua criatividade e participação no desenvolvimento do País; reconhecer que o jovem é um sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; promover seu bem-estar, sua experimentação e desenvolvimento integral enquanto jovem; garantir o respeito à sua identidade e à sua diversidade, individual e coletiva; promover uma vida segura para a juventude, com a garantia de uma cultura de paz, de solidariedade e de não discriminação; bem como valorizar o diálogo e o convívio do jovem com as demais gerações (art. 2º).

²⁸ São diretrizes para as políticas públicas, segundo o Estatuto da Juventude: a observância da intersetorialidade das políticas estruturais, dos programas e ações sociais, a partir da ampla participação juvenil, tanto na formulação, como na implementação e avaliação. Os programas devem priorizar seu desenvolvimento integral e sua participação ativa, em espaços decisórios. Dentre outras diretrizes, ressalta-se uma relativa aos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, onde aponta a necessidade de políticas de educação e de trabalho, com caráter estimulador para reinserção social e laboral. De igual forma, a necessidade de se criar oportunidades de estudo e trabalho para aqueles que estão cumprindo regime semiaberto (art. 3º).

públicas juvenis, além de instituir o SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude²⁹, atrelado a existência de Conselhos de Juventudes por todo o país³⁰.

Em relação aos direitos, o Estatuto da Juventude, em seus artigos 4º ao 38, dedica onze seções com as seguintes garantias: direito à cidadania, participação social e política, representação juvenil, educação, profissionalização, trabalho e renda, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação e liberdade de expressão, desporto, lazer, território, mobilidade, sustentabilidade e ao meio ambiente, segurança pública e acesso à justiça. Ressalta-se que no rol expresso dos direitos expostos, em nenhum momento é assegurado algum específico aos jovens acutelados, o que aponta a ausência legal de políticas públicas para juventudes em acutelamentos que reconheçam suas especificidades em razão das multiterritorialidades próprias desta condição.

É este instrumento que expressa a percepção legal das juventudes em uma abordagem biológica para o poder público: faixa etária de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove anos), com a ressalva prevista no ECA em relação a sua aplicabilidade para os jovens de 15 (quinze) até os 18 (dezoito) anos.

Nesta perspectiva de juventudes com recorte biológico, encontramos Silva & Silva (2011), no campo teórico, os quais entendem que a PNJ precisa desenvolver a partir de uma dada divisão etária: “jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos” (p. 664).

Os autores ainda apontam desafios para a execução da PNJ, já que dentre outras coisas, é necessário “melhorar a estruturação da Política Nacional, compatibilizando os diversos grupos etários estabelecidos pela PNJ, com faixas de

²⁹ O SINAJUVE é instituído pela PNJ, em seus artigos 39 a 44, com atribuições à União (formular e coordenar a execução da Política Nacional de Juventude; coordenar e manter o Sinajuve; convocar conferências; prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios para desenvolverem sistemas de juventude; qualificação e garantir a ação em rede; dentre outras), para os Estados (elaboração de planos estaduais de juventude, em conformidade com o Plano Nacional; co-financiamento, criação e manutenção de programas, ações e projetos para execução de políticas públicas de juventude; realização de conferências estaduais; dentre outros), bem como para os Municípios (elaboração de planos municipais de juventude, criação e execução de programas, ações e projetos; realização de conferências municipais; e co-financiamento, dentre outras).

³⁰ A PNJ também a cria Conselhos de Juventude (artigos 45 e 46), nos três âmbitos governamentais, como órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar sobre a temática e de garantir o exercício dos direitos dos jovens. Ressalta-se que, sem prejudicar as atribuições destes Conselhos, o Estatuto, em seu artigo 47, ratifica a atribuição dos conselhos de direitos de criança e do adolescente a responsabilidade sobre a deliberação e controle das ações, em todos os níveis, em relação aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos.

atendimento adotadas pelos programas dos órgãos públicos”. Isso acontece porque é preciso “obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas”. Para tanto, é urgente o investimento em novos programas para “atender, de forma efetiva, a necessidades ainda não suficientemente contempladas”, alertando-se “para a urgência do uso de inovações pedagógicas articuladas com a área da saúde, da cultura e da assistência no enfrentamento da drogadição”. (SILVA & SILVA, 2011, p. 670).

Ainda na perspectiva legal, destaca-se que o Estado de Minas Gerais, já em 2009 instituíra a Política Estadual de Juventude³¹, também trazendo a classificação com o período de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos e com princípios e diretrizes similares aos que norteiam as políticas em nível nacional³².

Já no campo teórico, ao problematizar a categoria social das juventudes, as perspectivas variam desde a concepção etária até uma percepção de construção social das juventudes (DAYRELL, 2003), o que possibilita o reconhecimento da existência de multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004), a partir do diálogo com os estudos territoriais, ao abordar as diversas formas de ser e estar no mundo, diante das vivências em distintos espaços-tempos.

A classificação etária tem sua predileção histórica sobre a percepção da sociedade como um todo, em relação às juventudes. Há registros de que na antiguidade, “a *infantia* termina aos sete anos quando começa a *pueritia*. A mesma escansão delimita, entre 14 e 21 anos, a *adolescencia*. É então que a juventude começa”. (CROUZET-PAVANA, 1996, p. 192).

Na França do século XIX, esta classificação etária dividia-se da seguinte forma: “1) primeira infância (da concepção ao fim do aleitamento); 2) as crianças; 3) a) os jovens, b) as jovens; 4) os recém-casados; 5) os pais e mães de família; 6) os viúvos e as viúvas; 7) os velhos; 8) os falecidos” (VARAGNAC, 1968, p. 18-19).

Já nos estudos brasileiros, a classificação etária dos jovens guarda as marcas da sociedade escravocrata, tendo reflexos na contemporaneidade. Moraes & Pescarolo (2008) remetem-nos ao período do Brasil Colônia, onde “as relações

³¹ A Política Estadual de Juventude de Minas Gerais foi instituída pela Lei Estadual nº 18136, de 14 de maio de 2009.

³² No entanto, assim como a legislação federal, não há nesta legislação estadual nenhum indicativo a respeito de políticas públicas para as juventudes em privação de liberdade.

violentas compunham o cotidiano das relações sociais” (p. 21), cuja tradição conservadora à época sustentou-se “no sadismo do mando disfarçado em ‘princípio de Autoridade’ ou na ‘defesa da Ordem’” (MORAES & PESCAROLO, 2008, p. 21). Tais relações perversas traziam sofrimento, sobretudo, aos jovens e negros, que socializados naquela sociedade, foram transformados, como diz Freyre (1973), no

“sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários - tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública (...)”. (Freyre, 1973 [1933], p. 52).

Este cenário pouco se difere da atualidade, onde muitos jovens não são mais reféns de senhores de engenho, mas encontram-se em uma lógica da industrialização e da necessidade de uma formação profissional, desde os primeiros ciclos educativos, para contemplar uma especialização da mão-de-obra que atenda à lógica do sistema capitalista, o que lhes acarreta territorialidades de dominação e de submissão (DEMATTEIS, 2008), por vezes excludentes e que os vulnerabilizam.

Nesta análise da atualidade, tem-se a classificação das juventudes, para fins socioeconômicos, sobretudo em âmbito global, de acordo com a concepção da UNESCO (WAISELFISZ, 2004), que as entende como um ciclo que corresponde dos 15 (quinze) aos 29 (vinte e nove) anos, concebido como transitório.

Teoricamente, Pais (1997), ao realizar um Estado da Arte sobre as representações acerca das classificações do que seriam as juventudes, propõe duas grandes linhas de análise.

A primeira considera as juventudes como um grupo social homogêneo e caracterizado por viver uma determinada fase da vida, podendo ser classificado num grupo etário. Nessa mesma linha de raciocínio, Melucci & Fabbrini (1992) propõe a análise da sequência temporal do curso da vida para entender as juventudes através da maturação biológica, responsável por proporcionar potencialidades. Assim, o início das juventudes surge com a capacidade de procriação das mudanças corporais e psicológicas que estão atreladas à necessidade de diminuir a proteção familiar e de assumir responsabilidades e independência financeira.

Segundo Kehl (2004), atualmente há um prolongamento de caráter progressivo e abrangente da vivência da juventude nesta cronologia, na qualidade de limites, ou

seja, adultos jovens permanecem vinculados aos núcleos familiares e, ao mesmo tempo, consideram-se incapazes de escolher seu futuro. Segundo a autora, isto se dá em razão da categoria social vivenciar a lógica capitalista da sociedade contemporânea, com as práticas de mercado de consumo excessivo e estético, que passam a considerar o jovem como “cidadão porque virou consumidor em potencial”. Assim, “[...] ser jovem virou *slogan*, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa”. (KEHL, 2004, p. 91-92).

Apesar de não conceber as juventudes pelo prisma biológico, Esteves & Abramovay (2007) apontam os efeitos da globalização em sua construção. Segundo os autores, existem “características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais”, o que significa a inexistência de “uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturais juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si” (p. 25), mas que vivem e se constituem em uma contemporaneidade marcada pelos efeitos do sistema capitalista.

Braslavsky (1986) analisava a questão das juventudes, relacionando-as à autonomia econômica. É a partir desta possibilidade que, para a autora, que a juventude é deixada e abre suas portas para fase adulta. Esta abordagem coaduna com o estudo de Bordieu (1983a), o qual entende que as juventudes são marcadas pela transitoriedade de uma certa “irresponsabilidade provisória”: o período do início da faixa etária da adolescência até a independência econômica da família. Mas é Bordieu (1983a) quem também aponta que as divisões entre idades são arbitrárias. Para o autor, a temática é “objeto de disputas em todas as sociedades” (p. 112), criando a necessidade de compreendê-la em outro aspecto que não o meramente biológico.

Neste sentido, temos a segunda linha destacada por Pais (1997), que considera uma existência difusa das juventudes que não podem ser vistas como um único grupo em razão das diferenças socioeconômicas, das oportunidades que lhe são disponibilizadas e do capital cultural que possuem. Em razão disto, o autor propõe a utilização da terminologia no plural, ou seja, “juventudes”, ressaltando as múltiplas especificidades existentes nesta categoria social³³.

³³ Dayrell (2003) também trabalha nesta perspectiva de compreensão da existência plural de juventudes – proposta que pauta a escrita deste trabalho.

Neste sentido, ao dialogar com os estudos territoriais, é possível compreender a existência de multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004; DEMATTEIS, 2008) da condição juvenil como dimensão macrossociológica simbólica, uma vez que não desconsidera os aspectos materiais e históricos desta categoria, na qualidade de produção social (MARGULLIS & URRESTI, 1996).

Esta análise simbólica de multiterritorialidades das juventudes³⁴ perpassa os processos sociais que as envolvem, uma vez ser “necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças” (MINAYO, 1999, p.12). Neste sentido, têm-se que “as condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para entender, não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos”. É, portanto, entender que “(...) a história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores” (*idem*, p.12).

Considerar a construção social das juventudes é percebê-las em seu contexto histórico-social, uma vez que os jovens são “imagem e semelhança da sociedade em que vivem e das instituições que frequentam” (MORAES & PESCAROLO, 2008, p. 19). Os jovens, segundo estes autores, precisam ser orientados pela sociedade que fazem parte em relação àquilo “que é entendido como seus valores, sejam eles positivos ou negativos (*idem*, p. 19). Assim, os jovens resultam da socialização em que estão inseridos, e em razão disto, os valores dos responsáveis são os seus, uma vez que estes respondem por sua construção como ser social, ao frequentar as instituições sociais que lhes identificam e dão significado de existência: família, escola, trabalho, etc.

Já Dayrell (2003), alerta para a importância de perceber as juventudes pela “diversidade de modos de ser jovem existentes”, uma vez que cada vivência traz consigo “especificidades que marcam a vida de cada um”, ou seja, “constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”, justamente porque essa travessia é influenciada “pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (2003, p. 42).

Ressalto que este processo de construção como sujeitos sociais das juventudes pode ser visto em uma leitura positiva. Em diálogo com Charlot (2000), a

³⁴ As discussões sobre as multiterritorialidades da condição juvenil serão mais aprofundadas no próximo tópico.

partir das relações nas quais se envolve, o sujeito apresenta-se ativo, podendo agir no e sobre ele, a ponto de produzi-lo e se produzir, já que é próprio da existência, na qualidade de sujeito, ter seus desejos e mover-se por eles, sendo, ao mesmo tempo, um sujeito social – que pode ser percebido com um histórico familiar, a partir de um dado lugar social em suas relações sociais – além de um sujeito singular, já que é capaz de desenvolver sua própria história e de dar sentido a sua existência no mundo, interpretando-a de forma autônoma e singular, a partir das relações estabelecidas.

De uma só vez, o ser humano é igual a todos de sua espécie, uma vez que é visto por meio de seus grupos sociais, quem condicional sua possibilidade de ser e estar no mundo lhe condicionam, mas diferente de todos, já que também é constituído por singularidades (CHARLOT, 2000).

Nesta rede de relações, papéis e significações sobre si e sobre o(s) outro(s), o ser humano se constroi. Ele não é dado, pelo contrário, sua condição humana “é vista como um processo, um constante de tornar-se no qual o ser desenvolve como sujeito à medida que se constitui como humano, com o desenvolvimento das potencialidades que o caracterizam como espécie” (DAYRELL, 2003, p. 43).

Essa condição social é moldada a partir do outro, no determinado meio social em que se encontra inserido, num dado tempo, e necessita da qualidade das/nas relações estabelecidas. Segundo Charlot (2000), para além do desenvolvimento biológico e do capital cultural adquirido pelo ser humano, na perspectiva bourdiana (1964), as potencialidades necessitam de relações sociais de qualidade, pois caso contrário, sua trajetória será marcada por desumanizações e proibições no seu desenvolvimento.

Portanto, atingir o objetivo de discutir a condição juvenil com estudos das juventudes, segundo Dayrell (2003), significa compreendê-las a partir de um contexto social já pré-estabelecido em cada história e em cada condição estrutural dada, bem como entender que as questões étnico-raciais e de gênero, da desqualificação profissional familiar, da baixa escolaridade, das vivências em contextos de drogadição e tráfico, dentre outros quesitos, “são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um” (2003, p. 43). Ainda é possível proporcionar a capacidade de protagonismo cultural a ponto de se expressar no conjunto de relações estabelecidas e que lhes dão sentido de existência: sobre quem são esses jovens e quais são seus mundos, quais são os

outros mundos e as outras pessoas que eles convivem e como se tornar protagonista político, econômico, cultural e social em suas realidades e contradições.

Esta perspectiva dos estudos das juventudes as percebe por diversas formas de relacionar e dar significações sobre ser humano *jovem*, já que propõe um olhar denominado por Lahire (2005) como “social individualizado”. Segundo o autor, estudar o “social individualizado” é compreender o “corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada” (2005, p. 13). Assim, Lahire indaga:

(...) Como é que a realidade exterior, mais ou menos heterogénea, se faz corpo? Como é que as experiências socializadoras múltiplas podem (co)habitar (n) o mesmo corpo? Como é que tais experiências se instalam de modo mais ou menos duradouro em cada corpo e como é que elas intervêm nos diferentes momentos da vida social ou da biografia de um indivíduo? Quando a sociologia se centra na explicação dos grupos de indivíduos a partir de uma prática ou de um domínio particular de práticas (...), ela pode passar sem o estudo destas lógicas sociais individualizadas. Não obstante, a partir do momento em que ela se interessa pelo indivíduo (não como átomo e base de toda a análise sociológica, mas como produto complexo de múltiplos processos de socialização), já não é possível satisfazer-se com os modelos de actor, de acção, de cognição, implícitos ou explícitos, utilizados até aí (LAHIRE, 2005, p. 14)

Nesse contexto, a análise pela esfera individual em Lahire (2005) permite entender que em cada um há uma multiplicidade de disposições que não encontra sempre em contextos de atualização, já que o mundo social é multidiferenciado e que os múltiplos envolvimento sociais possibilitam inquietações, crises, encontros e desencontros pessoais com que se espera (e esperam de nós) no mundo social e as diversas formas de sentir tal mundo (solidão, incompreensão, frustrações, etc.) podem recorrer da “distância entre o que mundo social nos permite ‘expressar’ objetivamente num determinado momento do tempo e o que ele colocou em nós ao longo da nossa socialização passada”, sempre tendo em mente que “somos portadores de disposições, de capacidades, de saberes e saberes-fazer que devem por vezes viver longamente num estado de suspensão, devido a razões sociais objetivas” (LAHIRE, 2005, p. 37-38).

Portanto, esta abordagem conceitual que considera a multiplicidade das formas de ser e estar *jovem* no mundo (DAYRELL, 2003, CHARLOT, 2000), ao coadunar com a perspectiva de Lahire (2005), possibilita entender tais múltiplas formas que constituem a condição juvenil ao analisar cada *ser jovem* em sua esfera individual.

Caso isto não ocorra, como resultado, há empecilhos para que as juventudes, em suas vivências interindividuais e intraindividuais, possam protagonizar sua história de vida.

2.2 UM OLHAR INTERDISCIPLINAR: AS MULTITERRITORIALIDADES DO SER JOVEM

A análise das multiterritorialidades do ser jovem exige uma compreensão preliminar sobre as concepções conceituais de território e territorialidades. Trata-se de uma missão complexa, pois, segundo Deleuze e Guattari (1992), “não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles” (1992, p. 27). Neste sentido, a abordagem territorial torna-se complexa, uma vez seus conceitos têm vários elementos que necessitam ser compreendidos, tanto no nível intelectual, como na significação para o mundo da vida, sendo real nas dimensões econômicas, políticas e culturais, bem como metodologia. É também desafiante, já que visa compreender as dinâmicas das dimensões sociais (macrossociológicas e na esfera individual) do território.

SAQUET & SOUZA (2009) apontam a existência de “quatro tendências e/ou perspectivas de abordagens do território”. Segundo os autores, no decorrer do “tempo histórico”, tais perspectivas “coexistem em algumas situações, momentos e períodos”, sendo:

- a) uma, eminentemente, econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas;
- b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território;
- c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia;
- d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar. (2009, p. 15)

Outros autores indicam que os estudos territoriais são pautados na relação espaço-tempo, uma vez que esta é “presente e significa, ela mesma, movimento do pensamento intrinsecamente conexo ao real”. Isto significa que “as relações, os processos e vida são *materiais e ideários* ao mesmo tempo. *Ideia e matéria* também estão na unidade; uma está na outra, constantemente”. (*idem*, p. 17).

Analisar um dado objeto pela abordagem territorial possibilita, simultaneamente, ultrapassar o mero conceito de espaço geográfico. A condição

juvenil, em estudos sobre matrizes biológicas ou em relação às questões de políticas estatais, na abordagem territorial, pode ser vista como um objeto de análise para abordagens que se pautem por aspectos relacionais e processuais, nos níveis de relações de poder e em tudo o que interfere no seu movimento histórico: possibilidades de conflito, de apropriação e dominação.

Neste sentido, a condição juvenil, ao se tornar objeto dos estudos territoriais, deve ser compreendida pela existência de interações em processo de territorialização, ou seja, é preciso entender o que significa *ser jovem* a partir de processos sociais que produzem similitudes e diferenças, em distintos espaços-tempos, considerando as singularidades dos sujeitos e das vivências individuais em relações de poder.

A condição juvenil, analisada sobre este prisma para a percepção de suas territorialidades, tem o *ser jovem* como uma dada condição social construída, vivida, percebida e compreendida em distintas formas, tais como as “relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade” (SAQUET & SOUZA, 2009, p. 25).

Neste trabalho, é possível dialogar com os estudos territoriais em uma perspectiva foucaultiana sobre a categoria poder, entendendo-a, não como uma instituição estabelecida, mas produzida em cada instante nas relações. Segundo as palavras de Foucault (1979), o poder é

(...) como uma rede de relações variáveis e multiformes; é exercido e se constitui na relação, historicamente. Há o poder sem o rei: “Com poder não quero dizer ‘o Poder’, como conjunto de instituições e de aparatos que garantam a submissão dos cidadãos em um determinado Estado. (...) Com o termo poder me parece que se deve entender a multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo no qual se exercitam (...); o jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o; o apoio a estas relações de forças encontram umas nas outras (...). (1978, p. 82).

Assim, o poder diz respeito: a possibilidade de se exercitar a partir de relações desiguais e moveis; de ser visto imanente a outras relações, como as econômicas, de conhecimento e de relações sexuais, sendo produtivo. A sua formação e operacionalização nos aparatos sociais vem de baixo para cima, cujas relações possuem intencionalidades e se constituem com a existência da resistência. (FOUCAULT, 1979, p. 83-85).

É através do poder desvelado, com sua ideologia, que o ser se constitui e passa a integrar a dimensão no/do seu tempo-espaço, a partir das relações vivenciadas em sociedade. Neste contexto, o território e suas territorialidades são plurais, múltiplos e com significados distintos, assim como são as relações que o ser humano estabelece em sociedade. Considerar que as multiterritorialidades da condição juvenil existem, é compreender as juventudes em suas pluralidades, complexidades e unidades. Epistemologicamente, mudam-se os significados de território por meio de relações de poder, dadas nesta condição humana, em múltiplas vivências e em seus diversos espaços-tempos.

Portanto, neste trabalho, trago duas perspectivas de autores dos estudos territoriais para embasar a compreensão do *ser jovem* através de suas multiterritorialidades: Dematteis (2008), com as leituras de Saquet & Souza (2009); e Haesbaert, em alguns escritos (2004; 2010; 2013).

Para Dematteis, o território deve ser visto como “produto social, lugar de vida e relações”, pois, “(...) evidencia as relações sociais, entre os homens, como condicionante de suas formas e organização interna”. (SAQUET & SOUZA, 2009, p. 49). Trata-se de uma abordagem relacional dos estudos territoriais. A partir das interações territoriais entre distintos lugares e pessoas é que a territorialidade humana é constituída (sem esquecer das formas de organização históricas que ocorrem em cada sociedade). Nas relações e nos territórios vividos, as territorialidades cotidianas são constituídas, com destaque para as relações culturais e econômicas, pois estas apontam os grupos sociais aos quais cada ser humano é pertencente.

De igual forma o autor (1964), a partir das leituras de Saquet & Souza (2009), afirma que em cada grupo social existem regras (escritas ou não), por meio destas relações econômicas, familiares e sociais. As identidades, as relações de poder e as redes de circulação e comunicação (aspectos econômicos) definem a dinâmica socioespacial e constituem os territórios vividos e as possíveis (múltiplas) territorialidades de seus componentes. Ainda, segundo Dematteis (2008), “(...) a realidade geográfica do território, é entendida como rede de relações entre todos os fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico de humanização do ambiente natural” (p.91).

Assim, há uma conjugação da relação espaço-tempo na compreensão do território, que é marcada por relações de poder. Nestas relações, as territorialidades podem surgir em duas formas: passiva, quando há uma submissão e obediência, por

um controle, que visa excluir sujeitos e recursos; ou ativa, quando há conquista da autonomia, com luta e resistência, objetivando construir estratégias capazes de promover a inclusão social (DEMATTEIS, 2008). Esta análise das formas como as territorialidades são materializadas, dialoga com a perspectiva de Lahire (1997, 2004, 2005), uma vez estão na esfera individual que cada sujeito irá vivenciar, levando em consideração seu passado e o atual contexto territorial.

Outro autor dos estudos territoriais que possibilita a discussão da condição juvenil a partir da análise de suas multiterritorialidades é Haesbaert (2004), o qual entende que o território possui duas conotações, quais sejam, material e simbólica, respectivamente: dominação (a partir de seu valor funcional, valor de troca) e apropriação (a partir do que se é vivido, do seu valor de uso).

Neste sentido, esse território vivido é marcado por diversidades e complexidades com os espaços-tempos vividos. Tal corrente dos estudos territoriais critica a lógica hegemônica do capital, que, infelizmente faz com que as relações sociais que constituem a existência de ser humano (e no caso, jovem), sejam pautadas mais pelos aspectos da dominação – acumulação capitalista – do que os aspectos de apropriação, onde os territórios são subjetivos, assim como a análise das relações, que se dá em uma perspectiva cultural-simbólica.

Nestes territórios, onde as relações sociais são relações de poder que se manifestam na multiplicidade de poderes e sujeitos (diversas formas de ser e estar no mundo), é justificado a diversidade de territorialidades na esfera individual (LAHIRE, 2004, 2005). Para o Haesbaert (2004), as territorialidades devem ser entendidas num viés estritamente político, econômico e cultural, pois se referem aos modos como cada pessoa, ao vivenciar seus territórios, se organiza no espaço e dá significado às suas vivências – uma vez que todo o território, além de simbólico, é também funcional.

Destaca-se na proposta de Haesbaert que a historicidade do território se relaciona a aspectos tempo-espaço, pois foi ao longo da história (em distintas sociedades) que os territórios vividos tiveram quatro finalidades com os processos de territorialização:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (...)
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados;
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações (HAESBAERT, 2004, p. 5).

Atualmente, o sujeito não deixa seus múltiplos territórios vividos, e em múltiplos territórios vivem suas multiterritorialidades. Assim, compreender aspectos simbólicos da existência do ser humano (da condição juvenil) pelos estudos territoriais, demanda entender que, para além dos múltiplos territórios vividos, “o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos”, pois “toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios”. Para o autor, “em certo sentido, teríamos vivido sempre uma multiterritorialidade” (HAESBERT, 2004, p. 344)

Portanto, a multiterritorialidade, moldada no/pelo movimento de transitar em múltiplos territórios, implica reconhecer que tais vivências modificam a sociedade e ao mesmo, simbólicas ou funcionais, as territorialidades marcam as identidades territoriais dos sujeitos a partir das condições básicas (das condições de relações de poder) de sua presença na multiplicidade de territórios, em uma esfera individual (LAHIRE, 2004, 2005).

Em uma perspectiva macrossociológica, as condições políticas de vivência dos territórios e, conseqüentemente, da constituição das multiterritorialidades, interferem nas estratégias de sobrevivência dos sujeitos. Na sociedade atual, onde a lógica capitalista é excludente, as multiterritorialidades são mais como potencialidade (possibilidade de ser construída ou acionada) para uma minoria (elite globalizada), que pode “escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade”, em detrimento de uma multiterritorialidade efetiva, própria para boa parte da base da pirâmide social, que “não tem sequer a opção do ‘primeiro’ território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (HAESBAERT, 2004, p. 360).

No entanto, pensar na possibilidade de multiterritorialidades na qualidade de constituição do ser humano, por meio das relações sociais (marcadas pela disputa de poder) e num dado espaço-tempo, segundo Haesbaert (2004), são a única alternativa para uma sociedade diferente, onde há igualdade e efetividade da multiculturalidade – reconhecendo assim as diferenças entre os homens.

Neste sentido, compreender a condição juvenil e suas (multi) territorialidades é entendê-la como uma categoria construída socialmente e de forma estruturada, na lógica do sistema em vigor; em um período de tempo, cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações; como condição de classe, de relações de

poder, de gênero e etnia, onde tais territorialidades “acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual, cada um deve se manter em seu lugar” (BORDIEU, 1983a, p. 112).

Entre os “*somos quem podemos ser*” e os “*sonhos que podemos ter*”, recordando o prefácio deste capítulo, os sujeitos da pesquisa, uma vez indagados sobre “*como é ser jovem*”, apontam como essa condição (acautelamento) é vivida em suas multiterritorialidades, ao associá-las à valorização da liberdade, perdas, compreensão de consequências dos atos, sonhos e transformações.

O acautelamento é vivenciado, em distintas formas pelos sujeitos da pesquisa como um tempo-espaço que os marca pela valorização da liberdade, quando afirmam a consciência do erro, a impossibilidade de festejar e a distância da família em um lugar que não gostam:

Eu sei que errei, eu tenho pagar o erro que eu cometi. Aqui dentro aqui, quando nois cai aqui, nois fica com a mente pesada aqui, querendo ir embora, mas depois que o adolescente acostuma com a rotina dá pra pagar de boa. Tem que dar valor a liberdade, ficar aqui um ano e dez aqui, não é fácil ficar preso aqui não (Coleiro)

É muito ruim, porque as vezes eu podia tá lá fora com amigos, indo pra lanchonete, festas, tô preso (Curió)

Ser jovem é bom demais, mas ser acautelado é ruim. Tá privado da liberdade, longe da família, é ruim. Porque você fica dentro do alojamento, ser maltratados pelos agentes, e outras coisas, não tenho nem como falar. Porque esse lugar é muito ruim (Gaivota)

Outra marca do acautelamento na condição de ser jovem, segundo os sujeitos da pesquisa, são as diversas perdas, dentre elas, de aproveitar a vida, os estudos e da noção pessoal da própria juventude:

Dentro de cadeia, as coisas boas acontecendo no mundo e você preso. Você tem oportunidade de aproveitar a vida e tá preso (Zagateiro)

Jovem e tá preso? Que podia tá estudando, podia tá estudando, podia tá preso não. Muito novo (Besourinho)

É ruim demais, porque a gente perde quase a vida toda da gente preso. Já tem 1 ano e 4 que to aqui e eu não sei o que já aconteceu nesse mundão nesse 1 ano e 4 que estou aqui. (...) Perde um monte de coisas. De coisas boas. Esse monte de cantores que vem aí e a gente pode ir e perde, clube que a gente pode ir e não tem como ir porque tá preso. Muitas coisas, namorada, se quiser ter uma família mesmo, perde também... (Corrupião)

A compreensão das consequências de seus atos, a constituição da juventude vivida, nas perspectivas da coletividade e da individualidade e as diversas relações

de poder com os agentes socioeducativos e com os outros jovens, também marcam a experiência do acautelamento, de formas distintas:

É difícil, né? Por um lado, para as pessoas que tão lá fora é 'bãõ' a gente tá preso aqui. Mas pra nós é ruim. Nós privado da liberdade, porque a mesma rotina todo dia, aí você desacostuma, fica triste, sei lá, ansioso querendo sair logo. Tipo, pros outros lá fora a gente é ruim, a maioria, não é todos não, mas tem uns que acha que nós são um monstro pra eles, uai (...) (Guarda-Marinho)

Agora tô de boa, mas no inicio você acaba, como dizem, fazendo a cara. Tem gente que não consegue segurar a onda, pega chuncho e chuncha os outros. É assim, nenhum dorme com o olho do outro não. O lado bom é que não tá no cadeiaão, que é pior (Laranjinha)

Isso traz muito desgosto. Mas não posso fazer nada. Tenho que pagar meu ato que cometi. É consequência do que eu inventei (Besourinho)

No entanto, o acautelamento também é visto como possibilidade de transformação:

Tipo, pros outros lá fora a gente é ruim, a maioria, não é todos não, mas tem uns que acha que nós são um monstro pra eles, uai. Nós não é assim não. Não é todo mundo que é assim não. Todo mundo é capaz de mudar uma hora. (Guarda-Marinho)

Portanto, têm-se que as condições políticas de vivências dos territórios e de constituição das multiterritorialidades interferem nas estratégias de sobrevivência dos sujeitos, e os sujeitos da pesquisa apropriam-se, cada um em sua dimensão individual, do espaço-tempo vivido, para simbolicamente, dar sentido ao que são como jovens, bem como ao que podem ser, dando um sentido funcional a partir das marcas pela vivência do acautelamento.

É, agora só falta um mês
Logo, logo vai chegar minha vez
Vou poder gritar
"Fé em Deus meu alvará"
Aí eu retorno pro morrão
Reencontro aqueles mano de questão
Amigos de questão,
Que saudades do morrão

Conta pra mim como tá lá fora
Fim de semana ainda rola bola?
Neguinha como tá lá fora
Penso em vocês toda hora
E a minha mina como tá?
Tem um tempo que ela não vem me visitar

Tenho tanto pra falar
Tenho tanto pra falar
No rosto uma lágrima rolou
Colega de cela me perguntou
Qual foi mano Bobô
Qual foi mano Bobô

Aqui eles calam a minha voz
Neguinha é maior mas acredito em cima de nós
Eles calam, eles calam eles calam minha voz
Mas já, já vai chegar a liberdade
Liberdade

Saio sem dever nada a sociedade
Reencontro a dignidade
Tô morrendo de saudade.

(Alvará - MC Sapão)

3 DO TERRITÓRIO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E A RESSOCIALIZAÇÃO JUVENIL

A condição juvenil acautelada, analisada na qualidade de um grupo social, apresenta estimativas específicas. Em 2012, os jovens em conflitos com a lei representavam somente 0,013% dos 21 milhões de jovens no Brasil, os quais cumpriam medidas socioeducativas em territórios de privação de liberdade³⁵. Seus principais atos infracionais foram contra a vida: lesões corporais, estupros, latrocínios e homicídios (IPEA, 2015, p. 13).

A pesquisa aponta que 95% destes jovens são do gênero masculino, tendo 60% deste total em torno de 16 a 18 anos, e que tal fenômeno está relacionado com a “desigualdade social e à dificuldade de acesso às políticas sociais de proteção implementadas pelo Estado” (*idem*, p. 15).

Já a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (BRASIL, 2015), apresenta uma elevação do número de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (nas modalidades de internação, internação provisória e semiliberdade), sobretudo em relação à faixa etária de 12 aos 18 anos incompletos. De 2011 a 2012 houve a evolução de 19.595 para 20.532 dos casos concretos de nível nacional. Em Minas Gerais, houve aumento de 12% no mesmo período. Em um total de mais de 2 milhões de habitantes com idade entre 12 a 18 anos incompletos, a evolução foi de 1.267 para 1.411 casos.

Ao recortar os casos específicos da modalidade de privação de liberdade em um nível nacional, em 2011, dentre um montante de quase 21 milhões de jovens (entre 12 a 18 anos incompletos) haviam 13.362 adolescentes. No ano seguinte, este número evoluiu para 13.674 casos. Em Minas Gerais, no mesmo período, a evolução deste tipo específico de medida socioeducativa foi de 5%, saindo de 892 para 932 casos.

Já a medida de internação provisória de liberdade, em nível nacional, apresentou uma evolução de 16%, no mesmo período e com o mesmo perfil

³⁵ Neste capítulo, quando utilizo o termo “territórios de privação de liberdade”, refiro-me à vivência em Centros Socioeducativos. Tal denominação dada se justifica a partir da conceituação de território, a partir de Haesbaert (2004; 2013); e, Saquet & Souza (2009), em uma concepção de relações de poder (Foucault;1978), que marcam simbolicamente os sujeitos envolvidos que fazem uso daquele espaço, tornando-o um território vivido.

analisado, saltando de 4.315 para 4.998 casos. Em Minas, esse caso específico de medida teve uma evolução de 33%, com 273 jovens em 2011 e 362 casos em 2012³⁶.

Em relação aos atos infracionais cometidos pelos jovens em privação de liberdade, no período analisado (2011 e 2012), havia um total de 21.744 casos, sendo: 39% roubo; 27% tráfico de drogas; 9% homicídios; 4% furtos; 3% porte de arma de fogo; 3% tentativa de homicídios; 2% latrocínio; 1% estupro; 1% tentativa de roubo; 0,8% lesão corporal; 0,8% busca e apreensão; 0,7% ameaça de morte; 0,5% receptação; 0,5% formação de quadrilha; 0,3% tentativa de latrocínio; 0,2% dano; 0,2% sequestro e cárcere privado; 0,1% porte de arma branca; 0,1% atentado violento ao pudor; 0% estelionato (BRASIL, 2015, p. 79). Já em Minas Gerais, no mesmo período, a pesquisa (p. 85) aponta o montante de 1.454 casos, destacando roubo (497), tráfico (269) e homicídios (198) como os três tipos de atos infracionais mais cometidos.

Portanto, considerando o segundo objetivo específico da pesquisa, neste capítulo, faço a análise do território da privação de liberdade e da proposta de acautelamento como possibilidade de ressocialização do jovem, ao apresentar este território com dois significados: *território vivido*, historicamente construído e marcado por relações de poder, já na lógica do SINASE³⁷; e *território simbólico*, compreendido pelas multiterritorialidades dos atores que o ocupam, a partir da análise dos recortes de gênero, étnico-raciais e de classes sociais, acesso a escolarização formal, a privação ao mundo do trabalho e a vivência do fenômeno da violência (no contato com o mundo do tráfico e do uso de drogas), problematizando-as com os dados quantitativos dos sujeitos da pesquisa.³⁸

³⁶ A medida socioeducativa de semiliberdade não apresentou mudanças nos dois anos analisados, a nível nacional. Em 2011 eram 1.918 e em 2012 diminuiu para 1860 casos. Em Minas Gerais, houve um aumento de 15%, saindo de 102 casos para 117. (BRASIL, 2015, p. 78).

³⁷ O SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi instituído pela Lei Federal 12.594/2012 e rege-se também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (em relação aos artigos referentes à socioeducação), pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda).

³⁸ Ressalto que, segundo Saquet & Souza (2009), “as relações de poder tem sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade (...)”, e neste sentido, o território na qualidade de objeto de análise dos estudos territoriais “assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes” (p. 27). Assim, os recortes propostos nesta pesquisa foram elencados a partir de dados de pesquisa quantitativa (BRASIL, 2015) e das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, visando uma análise na esfera individual de acordo com a proposta de Lahire (2004, 2005).

3.1 O ENCARCERAMENTO COMO TERRITÓRIO VIVIDO

A privação de liberdade é vivenciada em territórios geográficos onde existe uma dinâmica socioespacial que possibilita a reprodução das relações de poder. Através dos resultados de conflitos e contradições sociais, o encarceramento (sistemas físicos cujas áreas privam os sujeitos de suas liberdades individuais) é a consequência que será vivenciada.

O território em que vivem os autores de atos infracionais foi historicamente constituído por políticas de atendimento à este público, com a tipificação dos atos infracionais e medidas socioeducativas a serem aplicadas – o que possibilita a análise simbólica do território, a partir de análises quantitativas e qualitativas do perfil das juventudes em conflito com a lei.

Na abordagem de *território vivido*, a análise pode ser feita considerando a história das políticas públicas de proteção à infância e adolescência, por diversas perspectivas, ao se considerar as formas de infância possíveis, bem como de configurar a menoridade a partir das temporalidades – biológicas, pedagógicas, psicológicas e sociojurídicas.

O início da punição de jovens autores de atos infratores remete à época da Independência do Brasil (1822). Morelli (1997) preleciona que o Código Criminal do Império, datado de 1830, adotava uma “teoria do discernimento”. Nesta, a partir dos 14 (quatorze) anos, o autor de atos infracionais já se responsabilizaria por seus atos. Os menores desta faixa etária teriam uma apuração da probabilidade de ter o discernimento de seus atos, sendo que em casos positivos, haveria a aplicação de medida o recolhimento, de forma compulsória e em casas de correção, com o tempo determinado de internação pelo Poder Judiciário.

À época, haviam críticas aos critérios arbitrários e severos, a partir de subjetividades na análise do eventual ato infracional cometido, o que ocasionaria a condenação de crianças independentemente de uma idade mínima. Outro questionamento era em relação a criação de asilos para atender aos “menores (termo utilizado na época) que vagassem em estado de pobreza e que não possuíssem roupas decentes para frequentar a escola” (CAMPOS & SILVA, 2007, p. 109).

Já na República, na mesma ótica de educar e limpar a sociedade de tudo o que afetasse a ordem, sendo a pobreza sinônimo de falha no caráter, com a promulgação do Código Penal Republicano, no ano de 1890, o menor de nove anos de idade

passou a ser considerado inimputável, sem exceções, cabendo aplicar a teoria do discernimento para a faixa de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

A crítica existente foi, além da falta de critérios objetivos e científicos para analisar os casos de inimputabilidade condicional, que tal decisão “regulamentava a utilização de crianças como mão-de-obra em diversos tipos de serviços” e estabelecia “restrições às ações dos responsáveis principalmente quanto aos castigos físicos e a manutenção dos filhos”. (LOPES, 2006). Na mesma lógica, surgiu o Juízo de Menores, em 1923, para resolver a situação de crianças e adolescentes pobres e negros. Ressalta-se que para as crianças e adolescentes das classes abastadas, foi criada a Vara da Família.

Já em 1927, surgiu o Código de Menores, que utilizava o termo “menor abandonado” como sinônimo de crianças e adolescentes negligenciadas ou autores de atos infracionais. O referido Código previa como medidas educativas disciplinares o internamento, o perdão judicial e a liberdade vigiada.

No entanto, assim como o posterior, de 1940, tal Código não garantiu explicitamente a proibição de práticas hostis na penalização dos autores de atos infracionais, e mesmo com “mudanças significativas na forma de perceber a pobreza e a desocupação”, ainda assim, a pobreza e a exclusão social de muitas famílias eram penalizadas na figura do menor, tendo o Estado total apatia quanto à sua responsabilização no processo educacional. (MARTINS, 1988, p. 54).

A partir da etapa tutelar, com a criação das instituições, mesmo com o propósito da limpeza social “de seus piores elementos, reprimindo o vício, a vagabundagem e o crime” (CAMPOS & SILVA, 2007, p. 110), bem como diante da abertura do Direito Penal para as contribuições do campo da Psicologia (para consolidar a compreensão do ato criminal como patologia, doença genética ou desvio de caráter, resultante de fatores diversos, como os sociais, ambientais, abandono, falta de recuperação, de estudos, não adaptação social) foi entendido que o dito “*menor infrator*” necessita de correção, através de sua readaptação social.

Assim, o Código Penal de 1940 incorporou o entendimento da possibilidade de diluição do grau da severidade das penas, determinando o menor de 18 (dezoito) anos como inimputável por presunção absoluta³⁹.

³⁹ Entendimento que se seguiu no Código Penal em 1984 até à atual Constituição da República e legislações específicas como, por exemplo, o ECA.

Nesse intuito, segundo Lopes (2006), os juízes se preocupavam em “organizar instituições destinadas ao recolhimento de abandonados e delinquentes, fomentando a criação de inúmeras casas de recolhimento, cujo atendimento baseava-se na caridade, quase sempre de orientação religiosa (...)”. Foi o ápice – e o início de um ranço histórico – de uma atuação de atendimento a jovens autores de atos infracionais com práticas caritativas e religiosas.

No entanto, ainda segundo a autora, com a criação do Curso de Serviço Social, no ano de 1936, uma nova forma de atendimento surgiu, com diretrizes de racionalizar o serviço e de “higienizar” o atendimento à população infanto-juvenil. O Poder Público então ampliou sua participação no debate e contribuiu elaborando propostas de atuação, além de destinar recursos públicos às instituições sociais que gerenciavam tais internações.

Ressalta-se que a transição da temática dos atos infracionais praticados do âmbito jurídico para o campo político, segundo CAMPOS e SILVA (2007, p. 110), ocorreu somente no Governo Vargas (1930-1945). Já a instituição das FEBEMs – Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – ocorreu no período militar, onde a Segurança Nacional fortaleceu a institucionalização de menores de 18 (dezoito) anos, tanto pelo abandono familiar e/ou social quanto pela prática de ato infracional.

LOPES (2006) entende que esta forma de lidar com a temática somente “fortaleceu a ideia da doutrina da situação irregular, tendo no pobre, no órfão, no delinquente, a culpa de sua situação” (p. 10). O Estado e a sociedade não se responsabilizavam pela questão, na qualidade de promotores do desenvolvimento de sujeitos. Pelo contrário, os menores vistos como perigosos para aquela sociedade, que cerceada das liberdades democráticas à época, eram destinados ao recolhimento a partir do policiamento, uma vez tratados como sujeitos prestes ou já autores da prática de delitos.

Em 1975, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a análise da situação dos menores, em razão de denúncias de violência, maus tratos e da não efetivação da ressocialização de menores pelas FEBEMs, que se encontravam superlotadas. Com a preocupação e atuação de grupos de Direitos Humanos sobre o que acontecia nesses ambientes de recolhimento, houve a exigência reformas no Código de Menores (LOPES, 2006).

Então, em 1979, com a homologação do Novo Código de Menores, passou a não haver distinção entre abandonados e infratores, concebendo-os em situação

irregular. Isto denotava uma concepção pejorativa, pois, “(...) toda a vez que se faz referência ao menor está-se referindo ao menor abandonado, menor delinquente... em uma situação irregular. Diz-se “o meu filho, o meu garoto”, jamais “o meu menor”.” (TEIXEIRA, 2001, p. 26).

Isto fez com que a situação se agravasse, uma vez que a autoridade judiciária determinava que todos os menores pobres, abandonados ou delinquentes passassem pelo Juiz de Menores, sem nenhum acompanhamento de defesa técnica. Encaminhavam os menores às instituições para o controle e reeducação, sem a necessidade de procedimentos para averiguar de fato a situação, inclusive excluindo a família deste processo, exceto se a mesma tivesse condições financeiras para interpor judicialmente. (LOPES, 2006).

Tal cenário só foi alterado quando da redemocratização brasileira. Segundo SADER (1988), na década de 80, novos atores sociais passaram a discutir tais práticas de internação, com mobilização social de centrais sindicais de trabalhadores e de organismos religiosos, bem como nas discussões de congressos e reuniões científicas. O resultado foi a promulgação do primeiro artigo legal de defesa das crianças e dos adolescentes no texto da Constituição da República de 1988, em seu artigo 227, e a partir da proposta da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU, afirma ser um dever:

(...) da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

De igual forma, culminou na homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que ao ser promulgado, reforçou o status de cidadão da criança e do adolescente, passando-os à condição de titulares de direito. Significou além da extinção dos Códigos de Menores, o início de uma atuação pública de proteção integral, afirmando que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (ECA, 2004, p. 228).

Ao primar pelo bem-estar da criança e do adolescente, o ECA tenta modificar as relações existentes entre a sociedade civil e o Poder Público, exigindo uma participação que extirpe práticas repressivas e de cunho assistencialista, comuns anteriormente. Para a garantia legal da concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e de sua proteção integral, estruturou-se uma política com princípios de hierarquia e de complementaridade, entre os níveis de governo.

Neste sentido, aponta Fernandes (1998), a criação do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1991, do Fundo Nacional para a Criação e o Adolescente e ainda dos Conselhos Tutelares em todos os municípios (como previsto no artigo 131 do ECA), teve o intuito de orientar a construção de políticas municipais de atendimento às crianças e adolescentes, bem como garantir a prioridade absoluta do público na efetivação de seus direitos.

Portanto, atualmente, as políticas de atendimento às crianças e adolescentes percebem seu público-alvo como sujeitos de direitos. Para além dos direitos, o ECA também apresenta as definições da prática de atos infracionais, das medidas protetivas e das medidas socioeducativas, que ao serem aplicadas aos adolescentes, propõem uma penalização de caráter político-pedagógico, a partir da vivência em um território de privação de liberdade.

Ao corroborar com os princípios da Organização das Nações Unidas – ONU, o Brasil, por meio do referido documento legal, entende todo o menor de 18 (dezoito) anos como inimputável. Neste sentido, é papel do Estado garantir a execução de direitos públicos e subjetivos destinados para esses adolescentes, considerando seu papel de guardião e de garantidor de proteção social, priorizando de forma absoluta este público na execução de todas as suas políticas públicas setoriais.

Bobbio (1997) define direito como um “(...) conjunto de normas de conduta e de organização, constituindo uma unidade e tendo por conteúdo a regulamentação das relações fundamentais para a convivência e sobrevivência do grupo social”, que pode se dar nas “relações familiares, econômicas, superiores de poder, também chamadas de relações políticas” (p. 349).

Dentre os direitos garantidos aos que cometem atos infracionais e são sentenciados judicialmente, há a previsão da prestação pública de serviços educacionais, como atribuição estatal, por considerar a garantia pragmática do princípio constitucional da igualdade de direitos, sobretudo, do direito educacional.

Esse papel de resguardar os direitos das crianças e dos adolescentes que cabe ao Estado, segundo Dias (2013, p. 364), tem o condão preventivo, pois, “tanto a sociedade, o Estado, a família, quanto qualquer cidadão, tem o dever de prevenir qualquer violação a direitos da criança ou adolescente”.

Assim, quando não ocorre a prevenção e o adolescente se vê envolvido no cometimento de atos infracionais, é necessária a aplicação pelo Estado de medidas socioeducativas e/ou de proteção. Neste contexto, o ato infracional cometido pelo menor de 18 (dezoito) anos, segundo o artigo 103 do ECA, é caracterizado como toda a conduta descrita como crime ou contravenção penal, ou seja, quando se comete as infrações contidas seja no Código Penal Brasileiro, na Lei de Contravenções Penais⁴⁰ e/ou nas demais leis penais.

Quando o ato infracional ocorre, é preciso acionar o Sistema de Garantia de Direitos, para que a criança ou adolescente que o cometeu seja responsabilizado pela sua prática, a partir de apreciação judicial, cuja competência exclusiva é do Juiz para aplicar medidas socioeducativas, não tendo tal aplicação uma conotação de penalização, mas sim de ressocialização – o que na prática encontra dificuldades de ocorrer.

Caso o autor do ato infracional tenha até 12 (doze) anos, devem ser aplicadas medidas de proteção. Neste caso, o Conselho Tutelar é o responsável, devendo o ato cometido ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente e encaminhado para o Promotor de Justiça, que será o encarregado por aplicar uma das medidas protetivas previstas.

As medidas protetivas de crianças e adolescentes, com previsão nos artigos 98 a 102 do ECA, segundo preleciona Garcia (2013, p. 934), serão “aplicadas sempre que a criança ou o adolescente encontrar-se em situação de risco, ou ainda quando do cometimento de ato infracional”, e terão aplicabilidade sempre que seus direitos forem violados ou ameaçados, tanto por ação ou omissão da sociedade, do Estado, de seus pais ou responsáveis legais, ou mesmo em razão de sua própria conduta.

Tais medidas, que “podem ser aplicadas de forma cumulada ou isolada, além de serem cambiáveis a qualquer tempo, visando a plena (re)integração do ser em

⁴⁰ A contravenção penal caracteriza ato ilícito com menor importância em relação ao crime, e que em razão disto, acarreta ao seu autor somente uma pena de multa ou prisão simples, o que significa que a penalização a ser cumprida será sem o rigor penitenciário de um estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, podendo ser em regime aberto ou semi-aberto, de acordo com o artigo 1º da Lei de Contravenções Penais – Decreto Lei nº 3688/1941

desenvolvimento em meio social” (DIAS, 2013, p. 369), seguem princípios norteadores que reforçam a concepção de crianças e adolescentes na qualidade de sujeitos de direitos, como a responsabilização primária e solidária do poder público, o direito à privacidade, a intervenção mínima, a responsabilização parental e a obrigatoriedade da informação.

Já ao adolescente autor do ato infracional que tenha entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, após o devido processo legal, deverá ser aplicada uma medida socioeducativa, prevista no art. 112 do ECA, tendo respeitado os princípios constitucionais do processo contraditório e da ampla defesa. Ressalta-se que a aplicação de medidas socioeducativas considera que o adolescente tinha 18 anos à data do fato, o que, segundo Dias (2013), é a execução da máxima *tempus regit actum*, ou seja, “o momento da conduta é que determinará a idade a ser considerada” (2013, p. 370).

Trata-se de uma oportunidade de inserção em processos educativos que objetivam a ressocialização juvenil a partir da construção ou reconstrução de significados e projetos de vida, ou nas palavras de Volpi, elas “(...) comportam aspectos de natureza coercitiva, vez que são punitivas aos infratores, e aspectos educativos, no sentido da proteção integral e oportunização e do acesso à formação e informação”, e que, “em cada medida, esses elementos apresentam graduação, de acordo com a gravidade do delito cometido e/ou sua reiteração” (VOLPI, 2011, p. 20).

A necessidade de preferir medidas socioeducativas é justamente fortalecer vínculos familiares e comunitários, e para tanto, pode a autoridade judiciária aplicar (cumulativamente ou não) medidas específicas de proteção, que pertencem ao rol das medidas socioeducativas. Ressalta-se que sua aplicação deve levar em consideração a capacidade de cumprimento da pena, as circunstâncias e a gravidade do ato, as necessidades pedagógicas, bem como o respeito aos portadores de doença ou de deficiência mental, para os quais deve ser disponibilizado tratamento individual e especializado em local adequado às suas condições.

De igual forma, ressalta-se que a família e a comunidade, em seu papel de participação, devem contribuir nas atividades de planejamento, controle e execução das ações que serão desenvolvidas no local da medida. Para tanto, os programas socioeducativos necessitam utilizar do

princípio da incompletude institucional, caracterizado pela utilização do máximo possível de serviços (saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, etc.) na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes (VOLPI, 2011, p. 21).

Destarte, as medidas socioeducativas são: advertência⁴¹; reparação de danos⁴²; prestação de serviços à comunidade⁴³; liberdade assistida⁴⁴; regime de semiliberdade⁴⁵; a internação em estabelecimento educacional (ora analisada); e a remissão⁴⁶.

A medida de internação em estabelecimento educacional é uma medida privativa de liberdade a ser aplicada somente nos casos mais graves, e que necessitam da observância do devido processo legal, pois é sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Sua brevidade na aplicação é caracterizada pela privação da liberdade do jovem autor de ato infracional no menor tempo possível: prazo máximo de três anos, devendo ter avaliação semestral. Atingidos os três anos, o menor deve ser colocado em liberdade, podendo, a depender de cada caso, cumprir a medida de semiliberdade ou liberdade assistida.

As causas que levam a internação, tipificadas no artigo 112 do ECA – e levando em consideração que não haja outra medida mais adequada para aplicação – são: ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; reiteração no cometimento de outras infrações graves; e, descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, caso em que não poderá exceder a três meses. Conforme prevê o artigo 121, § 5º do ECA, o jovem autor de ato infracional somente será liberado, obrigatoriamente, quando completar 21 anos de idade.

A internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele de abrigos, obedecendo de forma rigorosa a separação por

⁴¹ Admoestação, para que o jovem e/ou responsável legal compreenda os riscos de envolvimento em atos infracionais

⁴² Aplicada em casos de atos infracionais com reflexos patrimoniais, onde se determina que o adolescente restitua a coisa, promova seu ressarcimento do dano, ou por outra forma, compense o prejuízo da vítima

⁴³ Consiste na prestação de serviços comunitários, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais e não governamentais, em caráter gratuito

⁴⁴ Deve ser aplicada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, que cumpre sua medida em liberdade junto à família, porém, a partir do controle sistemático do juizado e da comunidade

⁴⁵ Medida socioeducativa privativa de liberdade, mas que permite ao adolescente realizar atividades externas, independentemente de autorização judicial

⁴⁶ Perdão concedido pelo Promotor de Justiça ou pelo Juiz de Direito, onde o autor, juntamente com seus responsáveis, troca o processo por uma medida antecipada

critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (art. 123). Exceto quando há determinação judicial expressa em contrário, o menor possui o direito de realizar atividades externas, considerando deliberação da equipe técnica da entidade.

Ressalta-se que, mesmo em caráter de internação provisória, o autor de ato infracional deverá ser submetido a atividades pedagógicas – assim entendidas as de escolarização, profissionalização, culturais, desportivas e de lazer –, bem como deve o Estado zelar pela sua integridade física e mental, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Pacheco (2013) afirma que a medida socioeducativa de internação não tem por objetivo “curar” o infrator, mas que sua eficácia será somente “se for um meio para conduzir o adolescente ao convívio da sociedade, nunca um fim em si mesma”. No entanto, segundo o autor, a proposta de ressocialização apresenta “(...) falta de critérios para o desenvolvimento dessa medida”, o que

“deriva de reações plausivelmente esperadas, como aquelas exemplificadas pelas rebeliões em estabelecimentos de custódia de menores em várias localidades brasileiras, como mostram os meios de comunicação nacional. As internações nesses locais, por mais que bem aplicadas pelos magistrados, são cumpridas dentro de um modelo antigo, inadequado, impróprio, onde são desenvolvidos programas que não se preocupam com a integração do jovem em sua família e em sua comunidade, tão somente os tratam como indivíduos portadores de patologia social”. (PACHECO, 2013, p. 204).

O território vivido durante a privação de liberdade, por outro lado, deve seguir os princípios e diretrizes previstos no SINASE, que apontam para os contornos institucionais da política e sua estrutura organizacional, com ênfase em bases pedagógicas e éticas, além de determinar ações em diversas políticas públicas sociais, como na educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social, esporte, cultura, segurança pública, etc.

Se na prática a realidade dos Centros Socioeducativos não é a vivência dessas garantias legais, dicotômica também é a percepção da sociedade em relação a este território: marcada por estigmas, muitas vezes compreende os jovens em conflito com a lei como um problema. Malvasi (2011) reflete que isto se deve porque, muitas vezes, este jovem autor de ato infracional pode ser concebido a partir da categoria do “estranho”, sendo aquele que não se encaixa em uma pretensão cognitiva correta, moral e estética no mundo, e que por isso tem “confusa a linha da fronteira que deve ser vista com clareza pelos que estão inseridos na ordem” (2011, p. 161).

Acrescenta uma percepção equivocada da sociedade de que são necessárias algumas práticas no sistema de atendimento socioeducativo totalmente arbitrárias, reforçando um caráter que mais penaliza, do que de fato ressocializa, uma vez que legalmente, a condição juvenil deve ser garantida e respeitada pelo Estado na qualidade uma condição social, e em razão disto, com seus direitos assegurados.

Estatisticamente, em Minas Gerais, segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social (GOVERNO DE MINAS, 2015) e por meio da SUASE – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, existem 36 unidades de atendimento, sendo 24 centros socioeducativos e 9 casas de semiliberdade, além de um Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) e de duas Delegacias Especializadas de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente, estas últimas geridas pela Polícia Civil.

Ao todo, existem 1422 vagas disponibilizadas pelo Governo de Minas (2015), as quais 1213 são para a internação definitiva ou provisória e outras 171 vagas para cumprimento de medidas em semiliberdade. Além disto, são 2.200 vagas para o cumprimento de medidas em meio aberto nos 26 municípios mineiros, tendo mais de 90% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação matriculados em escolas.

Especificamente em Governador Valadares, foi inaugurado no ano de 2005 o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis – CSESFA, com previsão de 80 vagas (MINAS, 2009, p. 13), motivado pelo fato da mesorregional do Vale do Rio Doce ter o terceiro maior índice no cometimento de atos infracionais, com 7,8%, ultrapassado somente pelas mesorregiões de Belo Horizonte (52,8%) e do Triângulo/Alto Paranaíba (21,2%).

Já segundo o levantamento do Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Governador Valadares⁴⁷ (2016, p. 43), entre os anos 2012, 2013 e 2014, o número de jovens em situação infracional acolhidos por medidas de privação de liberdade⁴⁸ subiu, respectivamente, de 88, 99 e 138 casos, subtotalizando 325 jovens no período.

⁴⁷ O Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas foi elaborado por Comissão Intersetorial para sua elaboração, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Governador Valadares e do Conselho Municipal da Infância e Adolescência.

⁴⁸ Segundo o levantamento (GOVERNADOR VALADARES, 2016, p. 48), os casos de meio aberto e restrição de liberdade, somando os anos de 2012, 2013 e 2014 chegam a 80 casos no primeiro serviço, e a 259 no segundo. Totalizadas com o número de privação de liberdade neste mesmo período tem 720 casos de encaminhamentos de jovens acolhidos em medidas socioeducativas no município.

Assim, têm-se que esse território vivido pelos jovens autores de atos infracionais é marcado pelos mesmos problemas que o sistema prisional carcerário⁴⁹, que, segundo aponta Nota Técnica do IPEA (2015): há seletividade racial, massificação do encarceramento, assassinatos dentro das instituições, relatos de tortura e superlotação das unidades de internação.

Todos esses fenômenos marcam esse território como vivido, assim como as relações de poder (FOUCAULT, 1979; SAQUET & SOUZA, 2010) existentes, por meio da não separação dos internos provisórios dos definitivos, por idade, compleição física e pelo tipo de infração cometida – o que infringe a determinação do próprio ECA. Contribui para isto, muitas vezes, a anuência omissiva do Ministério Público e de defensores públicos nestas questões que fragilizam a proposta de ressocialização prevista em legislações.

As consequências destas marcas vividas pelos jovens autores de ato infracional são, em dados macrossociológicos, o alto índice de fugas (em torno de 8,48% do total de internos, segundo IPEA/2015) e óbitos, que, segundo Levantamento Nacional do SINASE de 2012, naquele ano, apresentava como causas o conflito interpessoal em 37% dos casos, outros 30% em razão de conflitos generalizados e 17% motivados por suicídios.

Destarte, o território vivido no sistema de privação de liberdade traz consigo marcas concretas de relações de poder presentes no discurso ideológico, político e pedagógico da sociedade (HAESBAERT, 1997). Sua realidade, como concebe Dematteis (2008), é marcada como produto social onde ocorrem as relações de diferentes sujeitos, cada qual com suas territorialidades e tramas sociais específicas, ao mesmo tempo perambulantes em meio às desigualdades que se combinam com as características naturais e específicas daquele lugar, já naturalizadas como se fossem paisagens (TELLES, 1996).

Para ultrapassar este cenário emblemático, onde cabem críticas às propostas de ressocialização e às formas como foram realizadas no percorrer na história, encontramos em Dematteis (2008) a necessidade de se considerar e conhecer melhor as territorialidades existentes nos territórios, visando a qualidade do ambiente e da

⁴⁹ Neste sentido, utilizo o termo “encarceramento” para análise do território vivido. Ao se analisar a dimensão simbólica da proposta de ressocialização das juventudes privadas de liberdade, utilizo a terminologia “acautelamento”, entendendo que a existência de vivências interindividuais e intraindividuais pelos jovens acautelados (LAHIRE, 2004, 2005).

sociedade – uma vez que o CSEFSA cumpre a atual proposta de ressocialização e vivência, junto aos seus ressocializados, os mesmos pontos críticos da atual proposta.

De fato, é preciso perceber também o território da privação de liberdade como um lugar onde estão sujeitos sociais, que ali habitam, produzem e vivem, ou seja, compreender sua dimensão simbólica, a partir de suas territorialidades que os constituem como jovens acautelados e que servem para refletir sobre a privação de liberdade como um processo que de fato ressocialize.

3.2 O ACAUTELAMENTO COMO TERRITÓRIO SIMBÓLICO

Analisar o território da privação de liberdade e a proposta do acautelamento como possibilidade de ressocialização das juventudes, é considerar a existência em sua dimensão simbólica, marcada pela dominação (HAESBAERT, 1997), muitas vezes, materializada em corpos disciplinados (FOUCAULT, 1979) e em tentativas penalizantes de caráter político-pedagógico.

A dimensão simbólica do acautelamento, em uma esfera individual (LAHIRE, 2004, 2005) é percebida pelas multiterritorialidades construídas pelos sujeitos em suas relações dinâmicas de vivência (interindividuos e intraindivuos) naquele território, pois lá os jovens se estabelecem socialmente, seja de formas material ou imaterial; de forma passiva, submetendo ao controle dos corpos, o que os exclui do acesso de bens e direitos; ou ainda, de forma ativa, mesmo quando, subversivamente, se colocando como resistentes nas relações de poder, atores de luta e de protagonismos no jogo de estratégias de sobrevivência (DEMATTEIS, 2008).

Neste sentido, é necessário conhecer as territorialidades das juventudes existentes no território da privação de liberdade, diagnosticando suas realidades vividas e analisando suas reais condições de sujeitos de direito, pela esfera individual – uma vez que ignorá-las significa um processo de ressocialização não exitoso.

As discussões desenvolvidas na sociedade sobre esta dimensão, quase sempre se pautam pelas páginas policiais de noticiários, envolta às questões da violência, que assola e assombra quem ali vive. Aliás, a violência normalmente perpassa o contexto anterior ao cumprimento da pena e a vivência da experiência do acautelamento, em razão de disputas similares de poder. Superar este prisma da

dimensão simbólica das medidas de privação de liberdade como resultado da violência, com o intuito de compreender as multiterritorialidades existentes, visa, além da superação dos dilemas e da promoção da paz, com o respeito aos direitos humanos das juventudes, entender que o jovem pode ser protagonista em seu processo de ressocialização, sinalizando as mudanças necessárias para si, para os outros, para o Estado e para a sociedade em geral, a partir de suas próprias experiências.

Este é o desafio para compreender a dimensão simbólica do acautelamento: priorizar a participação das juventudes privadas de liberdade na elaboração e execução de políticas públicas em uma “nova concepção de direitos a essa fase da vida”. Assim, é possível ultrapassar uma concepção fadada ao insucesso da ressocialização que somente propõe “separar a criança e o adolescentes das elites do ‘outro’, não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, virtual ameaça à ordem social” (SPOSITO & CARRANO, 2003, p. 20).

A concepção simbólica sobre os jovens acautelados, tidos como “grupos de jovens delinquentes, excêntricos, ou contestadores, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste aos padrões vigentes” (ABRAMO, 1994, p.8), marca a história da tematização das juventudes no campo sociológico desde o século XX.

As territorialidades de delinquência, rebeldia e revolta, consideradas no processo de construção histórico-sociológica das juventudes (visando a ressocialização), quando substituídas por novos olhares, oportuniza aos jovens a condição de sujeitos – ora vítimas da violência, ora autores da própria violência social inserida – mas sempre entendendo-os diversos e fruto de contingências sociais. Acauteladas, as diversas juventudes brasileiras são marcadas, de forma concreta e simbólica por multiterritorialidades singulares.

Análises quantitativas a partir das relações de gênero, étnico-raciais, da classe social e do espaço vivido, apontam para a compreensão da juventude no geral (entre acautelados e não acautelados), como construção social, envolta em relações de poder, através de espaços-tempos distintos e sob a lógica capitalista hegemônica, o que explica o envolvimento com o mundo do tráfico e das drogas.

Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015, p. 7), haviam 21,1 milhões de jovens brasileiros, entre 12 a 18 incompletos, no ano de 2013, o que significava 11% da população.

Em relação ao gênero, o masculino sobressaía com 51,19% em face dos 48,81% feminino. Na análise étnica, 58,9% eram autodeclarados como negros (pretos e pardos), 40,4% como brancos e menos de 1% pertencentes a outras etnias – amarela ou indígena. Em relação a localização, mais de 80% viviam em áreas urbanas.

Já sobre a escolarização, deste total, um terço dos jovens com 15 a 17 anos não havia terminado o ensino fundamental, e apenas 1,32% havia concluído o ensino médio. Já na faixa etária de 12 a 14 anos, que equivale a idade-série referente aos últimos anos do ensino fundamental, 93,3% tinha ensino fundamental incompleto e apenas 2,47% havia concluído essa fase escolar.

Quando relacionamos as questões de acesso à escola e ao mundo do trabalho, os dados apontam (PNAD, 2013; IPEA 2015), num montante de 10,6 milhões de jovens entre 15 a 17 anos, que mais de 1,0 milhão não estudavam e não trabalhavam (mesmo em atividades laborativas como jovem aprendiz permitidas legalmente); 584,2 mil só trabalhavam e 1,8 milhões conciliavam estudos e trabalho.

A pesquisa ainda aponta que os jovens não estudantes e sem trabalho, na maioria, são negros (64,87%), mulheres (58%) e pobres, com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo (83,5%). Já os jovens que trabalhavam e não estudavam, diferem-se: são 70,65% homens. Por fim, aqueles que conciliam trabalho e estudos eram 60,75% homens; 59,8% negros; destes, 63,03% pobres.

Outra dimensão simbólica das juventudes na perspectiva macrossociológica é a vitimização populacional. Segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), a mortalidade por armas de fogo cresceu 11,7% no Brasil entre os anos 2002 a 2013. No Sudeste, Minas Gerais foi o Estado que teve o aumento mais significativo, em torno de 54%. Quando analisamos especificamente os jovens, o aumento em Minas foi de 1.313 para 2.092 casos. Em Governador Valadares, essa taxa de homicídios de jovens era de 57 casos em 2002, chegando a 79 casos nos anos de 2011 a 2012 (em cada ano).

Em todo o Brasil, quando o recorte é a idade e gênero dos jovens mortos, há uma concentração nos de 19 anos de idade e os óbitos por unidades federativas “atingem a impressionante marca de 62,9 mortes por 100 mil jovens” (*idem*, 2015, p. 73), além de ser 95% da população jovem vitimada por homicídios, do gênero masculino. Em 2012, 22.705 casos de jovens masculinos e 1.161 no gênero feminino. (p. 74).

Em relação a etnia, os casos quantitativos de homicídio no Brasil apontam um total de 9.667 pessoas brancas e 27.683 negros em 2012. No mesmo ano, em relação aos casos específicos de jovens, 5.068 eram brancos e 17.120 negros, o que equivale a 29 óbitos para cada 100 mil jovens negros.

Tratando especificamente das juventudes privadas de liberdade, além dos dados que apresento na introdução deste terceiro capítulo, e os acima que se referem à totalidade da juventude brasileira, têm-se que suas multiterritorialidades sobre etnia, relação entre estudo e trabalho e condição socioeconômica apontam para a necessidade do reconhecimento da constituição juvenil na qualidade de sujeito social, que naquele contexto, também se desenvolve na lógica da sobrevivência social, sendo o retrato das desigualdades socioeconômicas, políticas, educacionais e culturais que as juventudes brasileiras atravessam.

A pesquisa de Silva & Guerresi (2003) aponta que mais de 60% destes jovens em territórios de privação de liberdade são negros; 51% com ausências no processo educativo; 49% que não acessaram o mundo do trabalho quando do momento do ato infracional cometido; além de 66% oriundos de famílias em extrema pobreza.^{50 51}

Portanto, pesquisas de cunho macrosociológicas apontam para uma dimensão simbólica que *ser jovem, negro e pobre* é não se perceber em uma territorialidade (HAESBAERT, 2013) cuja construção social e política é estabelecida em fenótipos sociais tidos como ideários. Ao não se encaixar dentro daquilo que é 'normal socialmente', as diferenças que constituem seu modo de ser e estar no mundo, de lê-lo e dá-lo significado, são naturalizadas, inferiorizadas e tratadas como algo que desvia daquilo que é padrão (ARROYO, 2010), portanto, estranhas e passíveis de violência silenciada.

Neste contexto, o fenômeno da violência também marca as juventudes (dentro e fora dos sistemas de privação de liberdade) como reflexo da existência simbólica do poder que demarca estes territórios de ser jovem. Se a violência, por um lado pode ser silenciada quando vítima os jovens, pobres e negros, por outro, pode ser entendida

⁵⁰ Vale ressaltar que atos infracionais também são cometidos por jovens provenientes de famílias ricas, mas que utilizam de suas condições socioeconômicas para a defesa, quase sempre não sendo sentenciados com medidas de privação de liberdade – o que não ocorre hodiernamente com jovens pobres e negros que não possuem recursos financeiros para defesa.

⁵¹ Segundo o MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2015) naquele ano, eram consideradas beneficiárias de programas socioassistenciais de transferência de renda as famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoal de até R\$ 60,00).

como a canalização de um descontentar com a dimensão concreta destes mesmos jovens, que vivenciam preconceitos e discriminações nas relações interindividuos.

Nesta lógica, estes jovens ocupam posições sociais excludentes na atual sociedade, o que resulta em uma situação socioeconômica que impossibilita a autonomia, sobretudo financeira; pouca possibilidades de escolhas dentro do que é socialmente esperado a partir do ingresso no mercado de trabalho formal; inviabilidade de (novas) perspectivas de vida e de futuro.

A ausência de projetos de futuro, atreladas à essa patologia da modernidade, no pensamento de Peralva (2000), faz com que a autoria da violência demarque certo poder dentro de determinadas relações sociais, em espaços-tempos concretos, marcados pelo envolvimento com o mundo do tráfico e com o uso de drogas. A autora afirma que “a revolta dos pobres não é fruto apenas do ressentimento decorrente da desigualdade social”, pelo contrário, “deriva de uma exigência de reconhecimento”. Isto porque a juventude tem a necessidade do “reconhecimento da capacidade inalienável de auto-realização individual que lhes é própria, tendo em vista um horizonte de participação, mas também apoiada nos recursos de uma história pessoal (...)” (2000, p. 138).

Nos processos de (tentativas de) homogeneização juvenil que dão sentido à vida, é na dimensão simbólica da violência a forma muitas vezes encontrada, mesmo sendo incorreta, que algumas juventudes vislumbram para alcançar certos protagonismos sociais. Nas palavras de Oliveira (2001), a violência e o delito pela juventude suburbana são

(...) respostas ao desprezo ou à indiferença a que estão submetidos os adolescentes moradores do outro lado da cidade e, neste caso, são manifestações de esperança, pois mesmo que seja por arrombamento eles buscam inventar outro espaço, outras regras de deslocamento de lugar” (2001, p. 65)

Outra territorialidade macrossociológica que demarca a dimensão simbólica do território da privação de liberdade é o recorte de gênero. Os índices elevados da masculinidade estão destacados, uma vez que tal territorialidade está também associada à uma necessidade das juventudes em ser visualizada e reconhecida nas relações sociais a partir da força física da masculinidade.

Segundo Marques & Carreteiro (2007), originalizada na Idade Média, a masculinidade é intrinsecamente relacionada à uma percepção de virilidade. Àquela

época, vinculava-se a “imagem do guerreiro medieval”, defensor da honra e da coragem, tendo em seus atributos físicos a fortaleza. Hoje, a virilidade se concretiza na “expressão mais tangível da subjetividade” (p. 64).

Assim, esta virilidade como demarcação de força, como um *ethos masculino*, é mais uma territorialidade das juventudes, e para sinalizar a luta pela sobrevivência face às dificuldades da vida.

O *ethos masculino* aqui é entendido como a transformação, corporificação da figura masculina como força física, “através de elementos como a dor, o sacrifício e o sofrimento que coroam a glória do vencedor, ao mesmo tempo em que salvam a hora do derrotado. O menino, dessa forma, “(...) aprende a ser ativo, mais ou menos agressivo”, além de “introjetar modelos de masculinidade, através da incorporação dessas características (...)”. (HITA, 1999, p.380). Ser viril também é ser uma espécie de herói, cujas ações estão relacionadas com o risco e o perigo, e para vivenciá-las, há o envolvimento com o mundo do tráfico e das drogas.

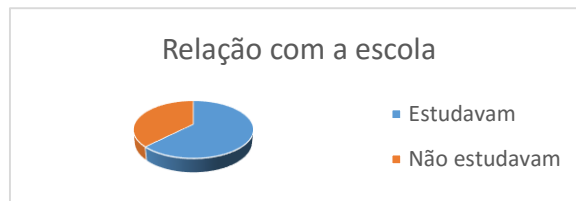
Portanto, a dimensão simbólica do território de privação de liberdade se dá a partir das multiterritorialidades dos jovens que estão ali acautelados, em sua maioria, homens, negros, pobres, com pouca escolaridade e pouco contato com o mundo do trabalho antes da prática do ato infracional, com vivência e envolvimento em contextos de violência no mundo do tráfico de entorpecentes e com o uso de drogas.

São multiterritorialidades resultantes das vulnerabilidades sociais onde, segundo Abramovay (2002), há um “resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (2002, p. 13).

A análise quantitativa dos resultados das entrevistas com os sujeitos da pesquisa comprovam essas multiterritorialidades macrosociológicas de condições juvenis em contexto de vulnerabilidade social⁵², o que reforça a dimensão simbólica do território do acautelamento pesquisado⁵³:

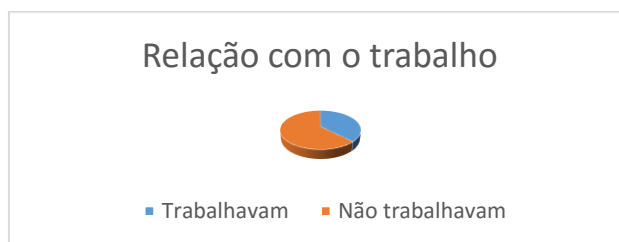
⁵² A análise desses dados encontra-se mais aprofundada no primeiro tópico do capítulo 4.

⁵³ O recorte de gênero não foi realizado uma vez que o Centro Socioeducativo objeto de estudos é específico para a ressocialização de autores de atos infracionais do gênero masculino.

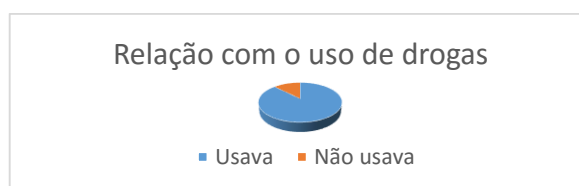


Os dados apontam que 62,5% dos jovens entrevistados estudavam quando do ato infracional, e que destes, 75% cursavam o ensino fundamental. Todos os outros 37,5% que não estudavam, também não concluíram o ensino fundamental.

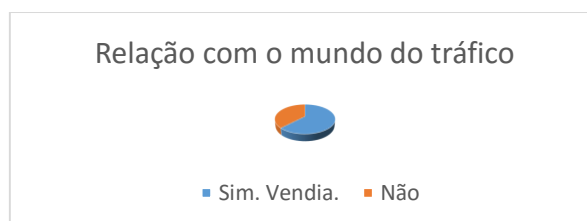
Já em relação ao mundo laboral, 62,5% estavam sem trabalho quando da prática do ato infracional. Daqueles 37,5% que trabalhavam, lidavam com a atividade de manutenção de celulares, tatuagens, oficina de carros e em fábricas de ração animal.



Em relação ao contato com as drogas, expressivos 87,5% afirmaram fazer o uso de maconha:



Por fim, sobre a relação com o mundo do tráfico, 62,5% afirmaram que se envolveram, vendendo maconha, óleo e crack.



Não obstante os dados possibilitarem o entendimento das dimensões vividas e simbólicas do território do acautelamento, eles demonstram a compreensão das relações sociais dos autores de atos infracionais, em diversos espaços-tempos, a partir das vivências na esfera individual, o que permite conhecer as multiterritorialidades juvenis existentes antes e durante a privação de liberdade e as expectativas de vida, construídas pela experiência da ressocialização.

Para tanto, Lahire (2004), em seu dispositivo metodológico, propõe a realização do patrimônio individual de disposições dos sujeitos de pesquisa. Trata-se da possibilidade de analisar como os entrevistados pensam e agem em múltiplos contextos sociais, a partir das variações contextuais dos comportamentos (nesta pesquisa, pelas matrizes de família, trabalho, estudos, drogas, contato com o tráfico, relações no acautelamento, e expectativas de vida após a privação de liberdade), sem descaracterizá-los como sujeitos singulares.

Neste sentido, não é que os sujeitos da pesquisa são vários ao mesmo tempo, mas sim que eles foram colocados diante de disposições diversas em contextos da vida. Tentar homogeneizar as disposições individuais em escalas de grupos ou de instituições, como no presente trabalho, a partir da análise de territorialidades das juventudes privadas de liberdade somente na perspectiva macrosociológica (são homens, negros, pobres, baixa escolaridade e acesso ao mundo do trabalho formal, vivência em contextos de violências, a partir do uso de drogas e envolvimento com o tráfico), é desconsiderar uma visão mais complexa desses indivíduos, que portam hábitos heterogêneos, e em alguns casos, opostos⁵⁴.

Tomar a sociologia em escala individual se dá, portanto, num contexto histórico-empírico, cujo alvo são as dimensões da pluralidade individual, tendo os sujeitos da pesquisa, com passados socializados, em nível interindividual. De igual forma, como este se vê e age no mundo, marca uma pluralidade das disposições que todos são individualmente portadores, na multiplicidade dos contextos de ação e de socialização em diferentes classes sociais.

⁵⁴ Segundo o autor (2005), "(...) quanto mais um indivíduo tiver sido colocado, simultaneamente ou sucessivamente, no seio de uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos, e por vezes mesmo contraditórios, mais essa experiência terá sido vivida de maneira precoce, e mais estaremos a lidar com um indivíduo com um patrimônio de disposições, de hábitos e de capacidades não homogêneo, não unificado, variando segundo o contexto social no qual tenha sido levado a evoluir" (LAHIRE, 2005, p. 26-27).

As disposições em Lahire (2005) podem ser entendidas como os modelos de crer e agir, implícitos ou explícitos, utilizados pelos sujeitos nos contextos onde ele as vivencia. As disposições seriam justamente as experiências da socialização vivida, tudo o que se incorpora neste processo, e que passa, *a priori*, a orientar o sujeito em suas ações subsequentes. Tais experiências de socialização podem ser mais ou menos precoces, intensas, regulares e diversificadas, já que os sujeitos incorporam todo um conjunto de disposições, também mais ou menos fortes, duradouras, transferíveis e coerentes entre si.

Tal categoria ultrapassa a perspectiva macrosociológica de *habitus*, desenvolvida por Bordieu (1983b), que segundo Nibert Elias (1994), diz respeito ao senso de pertença à uma classe. Nogueira (2013) argumenta que esta análise de *habitus* é limitada a estudos de grandes categorias coletivas. Já a proposta de “social individualizado”, de Lahire, comporta investigar o “modo como indivíduos específicos vivenciam múltiplas e, em parte, incoerentes experiências sociais, as incorporam, e as utilizam em suas ações práticas”. Assim, o conceito de *habitus* cabe somente às “determinadas disposições gerais que se mostram recorrentes entre indivíduos que compartilham uma mesma posição social, uma categoria profissional, por exemplo (...)” (2013, p. 5).

Neste sentido, as disposições podem ser de crer ou de agir. Ambas são distintas, pois as disposições de crenças “são mais ou menos fortemente incorporadas pelos atores individuais”, e “não podem ser sistematicamente assimiladas às disposições de agir” (LAHIRE, 2005, p. 12). Isto ocorre porque há diferenças entre o que se acredita e o que se faz. Somos portadores de múltiplas disposições para agir e também de crenças (hábitos discursivos e mentais). No entanto, muito do que se crê não pode ser verbalizado, uma vez que o que a fala é relacionada com as normas sociais oriundas de instituições (família, escola, etc.).

Assim, muito das territorialidades das juventudes privadas de liberdade não são expostas, em razão das relações de poder existentes entre os próprios jovens (vivências interindividuos) e em relação ao contexto socioeducativo (nas vivências intraindivuos, desde a equipe de atendimento até os legisladores que discutem e aprovam normas a respeito).

Oportunizar a análise da esfera individual, a partir do reconhecimento do patrimônio individual de disposições, pela perspectiva de Lahire (2004), possibilita a percepção de que muitos viveram, antes do acautelamento, por exemplo, a vida

imersos “num ambiente ideológico-cultural que valoriza os benefícios do consumo”, vistos como a possibilidade de viver bem. No entanto, é na atuação, no contexto onde atualmente se encontram, que demonstra que tais sujeitos se encontram:

(...) privados de meios económicos que lhes permitam agir no sentido da sua crença, vivendo essas situações como uma frustração temporária ou permanente. Mais fundamental ainda, os actores podem ter interiorizado normas, valores, ideais..., sem ainda terem podido forjar hábitos de acção que lhes permitam atingir o seu ideal. (...) Percebendo-se a partir daquilo que não são, só lhes resta autodesvalorizarem-se (“sou estúpido”, “inculto”, “não inteligente”) (LAHIRE, 1993, p. 283).

Portanto, no próximo capítulo, a partir da perspectiva da esfera individual proposta por Bernard Lahire (1997, 2004, 2005), apresento os patrimônios individuais de disposições dos jovens entrevistados. Para tanto, além de expor os princípios do método utilizado, a cada estudo de caso farei uma recapitulação dos pontos de análise. Ainda, apresento os retornos e avanços diante das variações contextuais (antes, durante e após o acautelamento).

*Por tanto amor, por tanta emoção
A vida me fez assim
Doce ou atroz, manso ou feroz
Eu, caçador de mim
Preso a canções
Entregue a paixões
Que nunca tiveram fim
Vou me encontrar longe do meu lugar
Eu, caçador de mim*

*Nada a temer
Senão o correr da luta
Nada a fazer
Senão esquecer o medo
Abrir o peito à força
Numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura*

*Longe se vai sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir o que me faz sentir
Eu, caçador de mim*

*Nada a temer
Senão o correr da luta
Nada a fazer
Senão esquecer o medo
Abrir o peito à força
Numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura*

*Vou descobrir o que me faz sentir
Eu, caçador de mim*

(Caçador de mim - Milton Nascimento)

4 DAS VIVÊNCIAS SOCIAIS QUE MARCAM A CONDIÇÃO JUVENIL A PARTIR DO ACAUTELAMENTO: NOVAS E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Neste capítulo, atendo ao terceiro objetivo específico do trabalho, ao conhecer como a condição juvenil dos sujeitos da pesquisa é marcada pelas experiências do acautelamento, a partir da perspectiva da esfera individual proposta por Bernard Lahire (2004, 2005).

Para tanto, as contribuições dos estudos territoriais são necessárias para compreender o acautelamento como um produto histórico e relacional, com movimentos de duração, sequência, cronologia e periodização, que envolvem o tempo e os processos naturais/sociais, onde constituem as condições juvenis marcadas por novas (e múltiplas) territorialidades (DEMATTEIS, 2008; HAESBAERT, 2004, 2010, 2013), em cada singularidade.

Ainda, utilizo a mesma organização metodológica realizada por Lahire em seu livro, *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais* (2004), para apresentar os resultados da pesquisa: início apresentando as exigências metodológicas da proposta utilizada, fazendo um paralelo com os momentos da minha pesquisa. Logo após, apresento os patrimônios individuais de disposições dos oito jovens acautelados no Centro Socioeducativo, construído através dos relatos de vivências com a grade de entrevista utilizada. À cada sujeito da pesquisa, teço considerações sobre seus dispositivos de crenças e ações.

Aponto as variações contextuais em um tópico sobre os retornos e avanços, utilizando as relações interindividuais e intraindividuais dos jovens pesquisados: escola, trabalho, família, drogas, tráfico, relações de poder no acautelamento e expectativas.

4.1 EXIGÊNCIAS METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO POR DISPOSITIVOS

O dispositivo metodológico utilizado, inspirado na proposta de Lahire (2004), foi constituído ao realizar uma série de entrevistas com a mesma grade de entrevista sobre a condição juvenil dos 10 pesquisados, a partir do recorte espaço-tempo feito pela experiência do acautelamento (antes, durante, e expectativas), focando suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir e agir em distintos contextos,

práticos ou não, no intuito de perceber as multiterritorialidades que contribuem para a constituição do *ser jovem* marcado pela experiência do acautelamento.

Assim, entrevistei os dez jovens sobre temas relacionados ao ato infracional cometido, à relação com a família e suas regras, à escola, ao trabalho, ao mundo da violência (drogas e tráficos), ao acautelamento em si (vivências com os outros jovens, com a equipe de atendimento, e de maus tratos, a escola, a sexualidade e a rotina no acautelamento), sobre o sentimento de ser um jovem acautelado, os desejos imediatos e expectativas de vida pós acautelamento, sobre o futuro profissional e acadêmico, e como o acautelamento contribui para refletir o futuro.

Em algumas entrevistas fui acompanhado, ora pela orientadora, ora por professores ou alunos bolsistas de iniciação científica que integram o projeto JED. Igualmente, optei por realizar a entrevista sem que eles soubessem quais os aportes teóricos que utilizaria para produzir esta dissertação: “Nesta pesquisa, realizo entrevista com você (nome), para conhecer melhor como é a experiência de ser jovem e acautelado, a partir de três tempos: antes do acautelamento, aqui dentro e em relação ao que você pensa sobre o futuro, quando sair daqui”, acrescentando que as respostas serviriam para pesquisas sobre aquele local (as entrevistas também foram realizadas dentro do CSESFA). Expliquei que foram escolhidos para participar da entrevista por meio das oficinas do projeto JED e sobre a contribuição significativa nos encontros. Acrescentei também que todos os outros jovens que participaram das oficinas e que ainda estavam acautelados seriam entrevistados, o que de fato aconteceu. No próximo tópico, apresento o resultado de oito entrevistas, uma vez que as duas primeiras serviram de teste da metodologia adotada.

Cabe ressaltar que trago comigo as mesmas impressões e conclusões que Lahire aponta ao realizar sua pesquisa na referida obra.

O sociólogo que realiza longas entrevistas é um tipo de confidente, aquele que desaparece depois de a confiança ter sido feita. Às vezes isso faz com que o sociólogo duvide da confiabilidade das informações obtidas (...). No entanto, ele também pode ser o receptor de palavras às quais mesmo os mais próximos não têm acesso (2004, p. 33).

Assim, percebo que esse dispositivo metodológico só foi efetivado porque anteriormente estive imerso “no universo” dos pesquisados. Portanto, concordo com Lahire (2004), ao afirmar que “se não houvesse um mínimo de confiança, o pesquisador não podia ser um total desconhecido para o pesquisado” (p. 33).

Igualmente, o dispositivo metodológico adotado obteve, *a priori*, seu resultado esperado, porque o objeto de estudo, pelo próprio projeto de extensão do JED, possibilitou conhecer as variações intraindividuais e interindividuais existentes no acautelamento, de forma significativa, bem como as aquisições sociológicas observadas no trabalho, já na realização das visitas institucionais e dos módulos das oficinas. No entanto, também coaduno com Lahire (2004), ao afirmar que não sou “(...) levado pela busca ilusória da restituição exaustiva ou total dos casos individuais estudados ‘em toda sua complexidade’” (2004, p. 35).

Neste sentido, entendo que ao analisar as dimensões concretas e individuais dos jovens acautelados, as disposições de crer e agir ativas ou silenciadas⁵⁵ durante as entrevistas são condicionadas pelas múltiplas diferenças de viver no mundo social, que podem ser:

“diferenciações sociais ligadas a condições de existência diferentes, do ponto do capital econômico e cultural, ligadas à divisão social e sexual do trabalho, à autonomia das esferas de atividade e/ou dimensões da prática (econômica, política, cultural, erótica, culinária, familiar, escolar, profissional, lúdica... vistas a partir de uma teoria dos campos, de uma teoria dos mundos sociais ou dos universos simbólicos), ou diferenciações sociais ligadas às posições e papéis que cada indivíduo ocupa nesses diferentes universos, esferas, domínios e contextos de interação”. (LAHIRE, 2004, p. 36).

Assim, a construção teórica da grade de entrevista utilizada seguiu as seguintes exigências teóricas da proposta do autor citado:

1) “*captar os efeitos causados nos entrevistados pelas grandes matrizes socializadoras*” (LAHIRE, 2014, p. 38): No caso da pesquisa, isto é demonstrado com a organização das relações nos espaços-tempos: antes, durante o acautelamento, e expectativas de futuro;

2) “*cada grade não pretende abranger uma matriz socializadora (uma esfera de atividade ou um domínio de práticas) diferentes (...) os pesquisados muito se encerram de vincular esses diversos elementos em suas respostas*” (LAHIRE, 2014, p. 38): isto ocorreu na pesquisa, uma vez que os sujeitos falam em todos os momentos

⁵⁵ Lahier (2004) utiliza o termo “em vigília” em sua pesquisa, quando alguma disposição analisada é silenciada, não expressa, deliberadamente ou não, pelo sujeito da pesquisa.

do acautelamento sobre disposições em relação à família, educação e trabalho, por exemplo;

3) *“não são captadas apenas as grandes variações intraindividuos de um universo para o outro, mas as variações intra-domínios, em função das propriedades das situações, do lugar ocupado pelo pesquisado nessas situações e das propriedades das pessoas com as quais interage”* (LAHIRE, 2014, p. 38): ocorreu ao analisar, durante o acautelamento, como são as rotinas, as pessoas da equipe de atendimento que gostam e que não gostam (e os motivos), sobre a vivência da sexualidade naquele território e como as oficinas do JED contribuíram para pensar no futuro.

4) *“uma parte das perguntas feitas visava a compreender fenômenos de compartimentação estanque ou, ao contrário, de interpenetração das esferas de atividade (família, trabalho, lazer...), das relações de sociabilidade (...), assim como fenômenos de concorrência ou complementaridade entre investimentos sociais (em termos de energia e tempo dedicados aos diferentes universos sociais)”* (LAHIRE, 2014, p. 39): ocorreu com o questionamento sobre como o sujeito da pesquisa se percebia jovem e acautelado, o que ele sentia com a presença de pessoas do mundo externo, como é a convivência com outros jovens, as regras existentes e como cada um lidava com o uso de drogas e envolvimento com o mundo do tráfico antes da privação da liberdade.

5) *“cada grade da entrevista tem um caráter mais ou menos biográfico”* (LAHIRE, 2014, p. 39): a pesquisa é dividida a partir de relações antes, durante e pós acautelamento, o que possibilitou este caráter.

6) *“o aspecto diacrônico das variações intraindividuais está parcialmente ligado a mudanças classicamente estudadas pela sociologia, sobretudo em diferentes momentos de um ciclo de vida”* (LAHIRE, 2014, p. 39): indagar sobre as relações com a escola (antes, durante e depois), trabalho (antes e depois), mundo da violência – drogas e tráfico (antes) na divisão feita pela grade de entrevista utilizada, possibilitou esse aspecto diacrônico para a pesquisa.

7) *“Uma parte das perguntas visa a estudar algumas disposições precisas, para poder evidenciar o grau de extensão de sua ativação, os contextos de sua aplicação e os de seu eventual estado de vigília”* (LAHIRE, 2014, p. 40): na pesquisa, isto ocorreu, por exemplo, quando analisado a ocorrência e autoria do ato infracional, da prática de atos sexuais no acautelamento e na ocorrência de maus tratos.

8) *“outra parte das perguntas consiste em considerar, por meio de relatos de práticas, as relações dos pesquisados com esta ou aquela situação, pessoa, prática ou instituição. Nesses casos, o pesquisado não tinha o objetivo de saber se o pesquisado aplicava uma determinada disposição definida anteriormente, mas o de coletar um material verbal suficientemente rico para poder reconstruir a posteriori algumas formas de ver, sentir e agir próprias da pesquisa”* (LAHIRE, 2014, p. 41): na pesquisa, a organização da grade de entrevista possibilitou indagar aos sujeitos suas relações com outras pessoas, algumas práticas antes e depois do acautelamento, com instituições (família, escola, etc.) e situações diante do mundo da violência.

9) *“a grade sociabilidade ocupa um lugar particular no conjunto das grades. Através da reconstituição da natureza dos diversos vínculos ou afinidades, a pluralidade de gostos ou inclinações do pesquisado”* (LAHIRE, 2014, p. 41): foi apresentado ao analisar quais componentes da equipe de atendimento eles mais gostavam e quais menos gostavam, assim como em relação aos outros jovens acautelados.

10) *“algumas perguntas tentam evidenciar mal-estar, atritos, tensões, crises (...), frustrações passageiras ou duradouras, assim como fatos que permitam reconstruir disposições inibidas, contrariadas ou contraditas por certas propriedades do contexto (...) ou pelas propriedades das pessoas com as quais os pesquisados se relacionam (...). Da mesma perspectiva foram levantadas diversas questões sobre os “sonhos” (...)”* (LAHIRE, 2014, p. 41-42): a pesquisa evidenciou esses momentos ao indagar sobre os tipos e autorias dos atos infracionais, qual a sensação de tê-los cometidos (ou de serem acusados), bem como os atos indisciplinados, de maus tratos e sexuais durante o acautelamento. Em relação aos sonhos, a grade de entrevistas contempla esta exigência ao indagar sobre as expectativas pós acautelamento.

11) “(...) a maioria das perguntas e dos comentários tinham a ver, por um lado, com a precisão dos contextos (onde? em que época?), com as pessoas que desempenharam um papel (com quem?), com a modalidade das práticas (como aconteciam?) e por outro, com a variedade dos exemplos dados, das cenas relatadas (a fim de apreender as eventuais diferenças segundo o contexto)” (LAHIRE, 2014, p. 43): pela grade de entrevista utilizada, isto ocorre todos os momentos e a cada resposta dada pelos sujeitos entrevistados.

4.2 ESTUDOS DE CASOS

Com os oito casos estudados, para os quais segui as exigências metodológicas da pesquisa por dispositivos de Lahire (2004), não pretendo apresentar toda a identificação das vivências dos sujeitos. No entanto, assim como na obra que inspira esta dissertação, ao ler as narrativas é possível perceber como a condição juvenil é constituída por suas ações (em deslocamentos por territórios vividos distintos) e dimensões factuais e subjetivas (pontos de vistas, raciocínios, maneiras de ver, sentir, julgar... que denotam uma dimensão simbólica de novas e múltiplas territorialidades) a partir da ótica do acautelamento.

Neste sentido, como avisou Lahire (2004), entendo que este trabalho “pode decepcionar uma parte das expectativas comuns do leitor em busca de história de vida, de biografia (...), assim como do leitor, que procura os trabalhos de ciências sociais mais por seu ‘conteúdo’ do que por sua forma”. No entanto, assim como o autor, espero fazer com o que o leitor atinja “um outro modo de compreensão do mundo social” (*idem*), em especial, ao conhecer as territorialidades dessas condições juvenis marcadas pelo acautelamento, em suas múltiplas formas e territórios, a partir de cada um dos pesquisados (2004, p.46).

A seguir, apresento cada relato dos sujeitos da pesquisa, realizando reflexões sobre suas disposições de crenças e de ações, diante das propostas por Lahire, nas páginas 40 e 41 de sua obra (2004).

BESOURINHO

Na época da entrevista, Besourinho tinha 16 anos. Foi sentenciado em setembro de 2014 pela prática do ato infracional análogo ao artigo 157 do Código Penal – assalto à mão armada. Já havia cumprido internação provisória. Seu contexto familiar é constituído por um pai de 70 anos, uma mãe de 35 e três irmãos (com 14, 17 e 26 anos), que residem em Governador Valadares. Em sua trajetória anterior ao acautelamento, apresentou envolvimento com uso e tráfico de drogas, seduzido pelo dinheiro fácil.

Mesmo solícito em participar da entrevista, apresentou o comportamento um tanto arredo e contraditório em suas ideias durante a aplicação de toda a grade de perguntas, sendo necessário, para manter a precisão do contexto, fazer mais perguntas a todo momento.

“Eu comprei uma motoca pra mim”

Para entender o envolvimento de Besourinho com o contexto da violência, sobretudo em relação ao tráfico, foi preciso fazer várias perguntas em decorrência de suas curtas respostas. No entanto, durante todo o questionamento sobre esse tipo de vivência intraindividual, Besourinho deixa claro seu envolvimento profundo e compreensão da lógica da negociação existente: “(...) *dava demais, dava por dia na quebrada nos vendia e ganha uns 2000 reais.* {Só você vendia e ganha sozinho 2000?}⁵⁶ *Não, tipo eu vendia só pra mim mas tinha que repor.* {Como que era? Você comprava de alguém e revendia, era isso?} *Vendia, comprava mais barato e vendia mais caro. Tipo, eu compro por 1.000 real e vendia por 2.000 real, aí 1000 real de lucro fica pra mim, uai”.*

O envolvimento com o tráfico representa para Besourinho, num primeiro momento, a possibilidade de acessão financeira: “*Eu tinha uma graninha pela ordem. Eu vendia e ganhava muito, eu até esqueci...* {Mas dava mais que um salário?} *Conseguia demais, uai... Conseguia tirar mais de 1.000 reais por dia”.* Num segundo momento, a possibilidade de ostentação, mesmo sabendo que para isso gastaria rapidamente o que conseguia “(...) *eu comprei uma motoca pra mim, eu comprei o que tava precisando, roupas...* {Então você tirava muito dinheiro por mês uai?} *Tirava, mas eu gastava fácil. O que vinha fácil, vai fácil”.*

⁵⁶ Para diferenciar a fala na íntegra do entrevistador da fala dos sujeitos da pesquisa utilizo os símbolos “{“ e “}”, além de não aplicar o recurso itálico, utilizado somente na fala do entrevistado.

No final da entrevista, ao ser perguntado sobre como se via em um futuro profissional, afirmou que iria procurar um serviço e o que achasse de melhor iria aceitar. Indagado se ao sair e conseguir um serviço que lhe proporcionasse um salário mínimo, como lidaria com o fato de receber pouco por mês, sendo que no tráfico, como ele mesmo disse, conseguia mais de mil reais por dia, Besourinho foi categórico: “(...) *eu vou conseguir viver mesmo com um salário mínimo, porque eu sei que é risco eu voltar me envolver com tráfico e ir preso. É dinheiro que não é bom, que vem fácil e vai fácil também. Ganhar o dinheiro suado é melhor*”.

A relação de disposições de crenças hedonistas de Besourinho se manifestou a partir das variantes utilitaristas dadas ao seu envolvimento com o mundo do tráfico. De igual forma, a disposição de agir se manifestou no aprendizado de modo prático, por meio das vivências anteriores, entendendo que sua disposição de agir à revelia das normas e regras sociais pode leva-lo ao sistema prisional.

“Meu sonho é ser jogador”

Ao ser perguntado sobre o que de interessante vivenciava antes de ser acautelado, Besourinho remete-se às lembranças com o futebol na qualidade de uma disposição ao esforço regular e contínuo para além do objetivo de se divertir: “*Interessante? (pausa) Ah, eu gostava de jogar bola e peguei e comecei a envolver com coisa errada e tô aqui até hoje. Meu sonho é ser jogador, uai*”.

A relação entre a disposição de crer, pela variável sonho *versus* a disposição de ação pela variável de rejeição às normas ou resistência à elas, deu lugar à segunda opção com o envolvimento no uso de drogas e do tráfico, no entanto, Besourinho ainda mantém o verbo no tempo presente, o que aponta uma disposição objetiva face ao futuro.

“Tenho que pagar meu ato que cometi”

Besourinho apresenta durante toda a entrevista a consciência de que vive no acautelamento a consequência de seus atos. Isto fica claro quando surgiu a pergunta sobre como é ser jovem e estar preso “*Jovem e tá preso? Ah, que podia tá estudando, podia tá estudando, podia tá preso não. Muito novo. (...) Isso traz muito desgosto. Mas não posso fazer nada. Tenho que pagar meu ato que cometi. É consequência do que eu inventei*”.

Ao compreender que cometeu um ato infracional e que agora paga por ele, Besourinho apresenta uma disposição de hipocorreção: trata-se de variável da disposição de ação, onde relaxa em relação ao cumprimento de regras e normas, pois sabe que errou. Ainda apresenta uma disposição de aprender de forma prática.

“Ninguém tem amigo nesse mundo”

As relações interindividuais de Besourinho são marcadas por desconfianças. Segundo ele, *“(...) amigo eu não tenho aqui não. Porque ninguém tem amigo nesse mundo. Aqui e fora, em qualquer lugar que tiver. (...) Tem lugar que eu converso, tenho conversa sadia. Mas não tenho nenhum amigo não. (...) Não confio em ninguém. Em alguns sim, alguns não. Não tenho dificuldade de fazer amizade. Eu aceito as pessoas, mas na intenção de maldade eu não confio”*.

Essa desconfiança e dificuldade de estabelecer amizades, “para se proteger”, como afirmou, também é estendida à equipe de atendimento: *“(...) não tem ninguém que eu não gosto. Gostar eu não gosto de ninguém não, mas também não desgosto. Todo mundo fala comigo normal. Todo mundo”*. Não obstante, quando diz respeito ao apoio que recebe de alguns técnicos para resolver seus problemas, ou mesmo a possibilidade de poder visitar sua família, ele cita os nomes de duas técnicas da psicologia.

Besourinho apresenta com este relato uma disposição de crenças que passa pela transformação-organização do patrimônio individual de disposições incorporadas, uma vez que essas crenças são colocadas em influências e forças externas e distintas.

“A pessoa só aprende quebrando a cara”

O acautelamento, para Besourinho, serve para refletir sobre a vida. Foi a oportunidade de, ao “quebrar a cara”, aprender *“(...) a ficar mais esperto, a ficar mais inteligente. Tem como saber antes, mas a pessoa tema e faz errado, uai”*. Ele compreende também as consequências que pode sofrer no caso de deixar a privação de liberdade e voltar a cometer atos ilegais. Mas como aquele espaço-tempo de sua vida é de reflexão, afirmou *“(...) eu penso em abandonar essa vida, abandonar eu já abandonei (...)”*.

Besourinho, quando indagado se o fato de ser menor de idade contribuiu para realizar o ato infracional, demonstra que o acautelamento também possibilita pensar

até no cálculo matemático de uma possível condenação, pelo mesmo ato cometido no sistema prisional. Para ele, a medida socioeducativa o penaliza mais do que fosse no sistema prisional: *“(...) eu acho que se eu tivesse de maior já tinha saído da cadeia há muito tempo. A pena é menor aqui, mas você paga a pena quase toda. Quando a pessoa tem 18 anos e vai pra cadeia mais pesada assim, o ato é grande, mas você paga pouco do ato. Tipo, 157 lá na outra cadeia, você leva 5 anos, e cada ano você paga em 2 meses. Tipo você paga em 10 meses os 5 anos. Já tinha saído”*.

No entanto, afirma que quando for maior de idade e estiver em liberdade, não pensa *“(...) em voltar em cometer de novo, vou chegar nem a se envolver não”*. Isto porque o acautelamento o *“(...) ajudou a refletir muito, pensar na minha família, ajudar minha família. Sair daqui e buscar uma igreja”*.

A vivência religiosa também foi objeto de reflexão durante o acautelamento. Trata-se de uma relação intraindividual prejudicada com o envolvimento no tráfico: *“(...) antes eu ia a igreja quando era bem mais novo, abandonei porque comecei a mexer com tráfico”*. No entanto, no acautelamento pode refletir, tanto que pretende no futuro resgatar essa territorialidade de vida religiosa, também em razão dos benefícios: *“(...) quando eu sair e ir pra igreja vai ajudar, porque vai trazer coisas boas para mim e pra minha família”*.

Percebe-se que o acautelamento para Besourinho possibilitou uma disposição de ação e de aprendizagem prática, no entanto, essas disposições na qualidade de crenças, são utilitaristas, para pensar futuras relações interindividuais e intraindividuais (análise do sistema prisional e resgate da vida religiosa) que possam lhe trazer benefícios ou evitar dessabores.

COLEIRO

Coleiro contribui com a realização da entrevista sendo solícito e participativo, não fugindo das perguntas apresentadas. Quando da entrevista, tinha 16 anos e já estava acautelado há um ano e meio pela prática de ato infracional similar ao artigo 157 do Código Penal, assalto à mão armada. Oriundo de Governador Valadares, já tinha sido sentenciado em quatro processos e possui 14 passagens pela polícia. Desde os 12 anos de idade é usuário diário de maconha, mas alega não ser dependente.

Todo esse quadro é reflexo da falta de funcionalidade familiar: quando tinha 7 anos, presenciou seus pais serem assassinados por envolvimento com o tráfico de

drogas; além do um suicídio de um primo, também envolvido com o tráfico. Após o fato, passou ter um vínculo familiar com uma tia, que o “adotou”. Ainda, em sua trajetória escolar, apresenta dificuldades e registros de repetência.

“Meu pai e minha mãe foram assassinados quando eu tinha 7 anos de idade”

Coleiro define sua disposição de ação nas vivências com o tráfico de drogas a partir deste fato, que marca sua história. Seria em razão deste fato que, no momento da realização do ato infracional, estaria topado: *“(...) eu fui na pilha do pessoal. Nunca tinha tomado remédio. Eu peguei e tomei remédio e fiquei desnortado, peguei o revólver e falei ‘eu vou roubar hoje’. Era clonaceplan 12 mg. Eu peguei e falei que ia roubar, peguei o revólver e fui roubar os outros, tava garrado com nada. Ai a polícia pegou eu. Eu tinha 16 anos”*.

Após isto, o jovem afirma que também passou a fazer uso de maconha, ato que pratica ainda hoje *“(...) quando eu saio. Ao longo do dia, antes do almoço, depois do almoço. Quando eu tava lá fora eu só comia se eu fumasse (...)”*. O uso da maconha, no entanto, segundo Coleiro, não o influenciou na prática delituosa: *“(...) a maconha não influenciava pra roubar. Quem usa maconha é tranquilo. Quem usa maconha fica tranquilo. Remédio não, quem usa remédio faz coisa sem saber, mata os outro sem saber. Só quando a onda passa ele vê o que ele fez. Maconha o cara tá ciente o que ele tá fazendo”*.

Assim, como lida tranquilamente com o uso de maconha, também relata suas experiências no mundo do tráfico. Segundo ele, vende crack para ter uma renda que sustenta o contexto em que se encontra: *“(...) eu vendia droga, ficava na esquina da minha casa vendendo droga, o dia inteiro. Pegava com meu dinheiro e vendia pra mim mesmo. Era crack. Só vendia (...). Crack dá dinheiro demais. Dava dinheiro demais. Tinha vez que eu ia lá no morro, pegava 100 grama de óleo, picava tudo, fazia 300 parada, fazia uns 3000 mil conto, vendia em dois dias, pegava mais e ia vendendo e não parava não”*. Foi neste contexto que suas ocorrências policiais foram vivenciadas: *“(...) os homens pegava eu, rasgava meu dinheiro, batia em mim a toa. Os policiais pegava e falava assim ‘você não trabalha, não estuda, só anda com dinheiro?’, ai eu falava nada não. Eles sabiam que era dinheiro de droga, falar o que?”*.

Nesse período, Coleiro morava com sua tia, que ele diz respeitar até hoje. No entanto, essa relação não era marcada por estabelecimento de regras: *“(...) minha tia*

não tinha regras, quando eu saía ela perguntava onde eu tava no mundo e falava “olha o que você vai fazer” e eu falava “fica de boa”, eu não tinha essas regras assim não, eu chegava a hora que eu quisesse em casa”. A figura da tia, que substituiu o papel de seus pais, ainda se faz presente em visitas no CSESFA. Essa relação é marcada por afeto “(...) eu sinto uma tristeza (...) porque é triste, porque ela me dava conselhos lá fora pra eu sair dessa vida. Aí eu tô aqui, e fico pensando... é só tristeza. Ainda mais quando ela sai da visita e eu vou no alojamento e ela vai embora...”

Neste relato, temos algumas disposições de crenças e ações presentes que marcam as territorialidades da condição juvenil de Coleiro: a principal é a disposição de entrega de si mesmo, perante o assassinato de seus pais. A escolha pelo mesmo envolvimento com o tráfico dos pais demonstra uma disposição de crença em vigília, como denomina Lahire (2004), onde a passividade em relação aos fatos lhe impossibilitou ações objetivas de responsabilização de si. A relação com as drogas, no uso da maconha, é uma disposição de crença que legitima um contexto em que nasceu, cresceu e vivenciou relações interindividuais marcadas por assassinatos e suicídio. Em relação ao tráfico, uma disposição de ação em âmbito privado, pois foi a escolha que fez para se sustentar no contexto da violência, aliás, um contexto naturalizado (Telles, 1996) em sua vida. Por fim, é possível captar a condição de crença e de ação em vínculos interindividuais de respeito e consideração entre o jovem e sua tia, que incorpora a figura familiar, mesmo acautelado.

“Tem muitos agentes aí que tem escama de nós”

As relações de poder durante o acautelamento demarcam as territorialidades vividas e simbólicas da condição de ser jovem e acautelado de Coleiro. Há uma disposição de crença e de ação do jovem em vivências de luta e oposição à alguns agentes da equipe de atendimento por um lado, e por outro, uma disposição de crença de cumplicidade e parcimônia com outros jovens acautelados.

Coleiro afirma gostar de um agente em específico, porque *“o que ele puder fazer pra ajudar a gente ele ajuda... o adolescente que for bagunçar ele dá altos conselhos para não bagunçar. O que ele puder fazer, se ele puder tirar do alojamento o adolescente trinta minutos para ele esfriar a cabeça, ele faz”*. No entanto, segundo Coleiro, *“tem muitos agentes aí que tem escama de nós. Ter escama é não gostar da pessoa, tipo, qualquer motivo ele quer massar você pra ficar mais tempo, ainda mais se ele ficar sabendo que tá perto de sair, aí espera ele dá um motivo pra ele fumar o*

adolescente pra ele não ir pra casa dele. É muitos assim. Um específico não é bom nem comentar não”.

Em razão disto, Coleiro alega já ter sofrido maus tratos durante o acautelamento: *“Eu já sofri maus tratos aqui dentro. Teve um montinho lá, todo mundo bagunçou, o agente entrou no alojamento e falou assim “quero só você”. Ele me bateu, chutou minha cara, jogou no chão, piso na minha cara, minha bochecha tava raladão. Na frente dos meninos que tava comigo e dos agentes que tava com ele também. E ninguém fez nada. (...) isso foi, acho que setembro agora de 2015. (...) ele chegou me batendo, porque, nós tava bagunçando. Botou fogo no chão, ai quando o fogo tava acabando, eles iam entrar, eu peguei o colchão e coloquei na porta pra eles não entrar e ele viu. Ele começou a me bater e eu só defendendo, eu fui correr, ele me pegou, começou me bater, me chutar na cara”.* Perguntado quem foi, respondeu: *“O pessoal da direção sabe quem é, prefiro nem falar”.* Ressalto que apesar do relato de vivência de maus tratos por parte de alguns agentes socioeducativos, neste trabalho, tal fato não pode ser confirmado, pois seria necessário entrevistar todos os atores envolvidos, razão pela qual, aponto que a temática sobre a vivência de relações de maus tratos no acautelamento pode ser objeto de outros estudos⁵⁷.

Para além disto, as relações de poder na vivência das relações interindividuais no contexto do acautelamento são percebidas para Coleiro como a oportunidade de valorizar a liberdade: *“(...) tem que dar valor a liberdade, ficar aqui um ano e dez aqui, não é fácil ficar preso aqui não. Vou ficar no mínimo 2 anos aqui”*, e como uma disposição de crença do ângulo da legitimidade cultural a partir da religião, que ressignifica a privação de liberdade como um livramento divino: *“(...) estar aqui mexeu comigo, porque se eu tivesse lá fora eu ia tá do mesmo jeito ou até pior, podia tá morto também. Isso aqui pra muita gente é livramento de Deus”.*

“Aqui dentro a gente tem que ficar na pedra mesmo”

Outra multiterritorialidade analisada na entrevista com Coleiro diz respeito à vivência da sexualidade naquele território. Tal disposição de ação, segundo o jovem, deve ser a de ficar em vigília: *“Aqui dentro não tem isso não. Aqui dentro a gente tem que ficar na pedra mesmo. A não ser quando a gente sai. La fora eu tinha uma peguete. Aqui dentro todo mundo paga sua cadeia de boa”.* Assim como não explica

⁵⁷ Esse destaque cabe também para as análises feitas a respeito de maus-tratos no próximo tópico.

o sentido conotativo de “ficar na pedra”, não explica como é “ficar de boa” nas vivências sexuais naquele ambiente.

Provocado a continuar no assunto, quando indago sobre a possibilidade da relação sexual ou afetiva entre os próprios jovens acautelados, Coleiro apresenta uma disposição de crença hedonista, que segundo Lahire (2004) pode se dar dentre várias formas. Segundo da variante moralista: “(...) *caso de menino com menino é viadagem pra lá, meu negócio é só mulher mesmo*”. Ao ser indagado se ouvia casos, responde: “(...) *eu ouço falar demais da conta. Ai todo mundo fica sabendo. Eu nunca vi acontecendo nada não. Mas tem um viado aí que ninguém gosta dele, maltrata dele. Não é todo adolescente que fica mexendo com essa bobeira, porque tem adolescente que no mundão pega mulher, na cadeia ele fica com homem. Não sei o que passa na mente dele não, de cara ficar homem com homem. Aqui quem quer ficar com outro homem ele paga no alojamento com outro cara, só ele e mais outro cara, ou mais dois. Só os caras que curte*”.

O tom um tanto homofóbico que marca seu relato, com a utilização do termo “viado” para se referir a um jovem acautelado que assume publicamente sua orientação afetiva-sexual, continua em seu discurso sobre o outro jovem que ouvia falar de sua prática sexual com outros jovens: “(...) *esse mesmo, tava noutra bloco, não tava dando certo, porque dia de visita é sagrado, tem que respeitar todo mundo, ai ele foi pra outro bloco lá pra cima, não sei o que ta acontecendo lá pra cima. Ele mexia com outro adolescente, dava em cima dele em dia visita, tomava banho com outro adolescente no dia de visita, não pode não, tem que respeitar*”.

A percepção sobre as multiterritorialidades da diversidade sexual no acautelamento é uma disposição em vigília. Quando incitada a se manifestar, é tida como uma afronta a virilidade que, em tese, deve permear aquele território. Refere-se à disposição de crença e ação escrita e tensa com as regras e normas (hipercorreção) *versus* a possibilidade de relaxamento de tais relações e nas normas. No máximo, o discurso heteronormativo e a homofobia dos sujeitos da pesquisa propõe que tais relações de vínculo interindividual, no contexto do acautelamento, devem ser como uma atividade individual, da esfera privada.

“Não tive infância não. Minha infância foi vendendo droga, moço”

Na matriz de perguntas sobre o futuro, Coleiro retorna à infância ao ser indagado sobre como a realização das oficinas socioeducativas do projeto JED

contribuíram para ele pensar sobre o futuro: *“(...) quando eu tava lá fora não pensava muito não porque eu era nem aí, agora que caí deu pra eu pensar, eu refleti muito. As oficinas ajudou. Quem parou e prestou atenção deu pra refletir. Nas oficinas teve muita coisa de boa. O que mais marcou foi o que vocês perguntou como foi nossa infância. Por isso que eu peguei aquela caneca, lembrei infância”*.

Ao questionar porque a caneca o remete à infância, obtive a seguinte resposta: *“Porque não tive infância não. Minha infância foi vendendo droga, moço. Eu era pequeno, meu pai e minha mãe morreu, aí eu cresci e minha infância foi vendido droga. Eu peguei a caneca e falei que eu gostava de beber só pra zoar mesmo”*.

Não obstante o relato que naquele momento me tocou, Coleiro faz planos para sua vida após o término do cumprimento da medida socioeducativa: *“(...) a primeira coisa que eu vou fazer é agradecer a Deus, ir na igreja, e depois vou terminar meus estudos, minha tia falou pra eu terminar meus estudos, vê se eu arrumo um emprego bom pra mim, depois que eu tiver de boa, eu penso em ter uma família, uma esposa, um filho”*.

Remetê-lo ao futuro fez com que as disposições oscilassem entre entrega de si mesmo, para explicar na infância o envolvimento com a criminalidade e a iniciativa para pensar suas relações interindividuais e intraindividuos no futuro. Esse transito o marca como um ser jovem cujas territorialidades são múltiplas em razão das múltiplas vivências sociais, em distintos espaços-tempos, todas atravessadas por relações de poder e através da luta pela (sobre)vivência pessoal.

CORRUPIÃO

Corrupião foi sentenciado aos 17 anos por assalto. Apresenta um relato de vida cujas disposições de crenças e ações mostraram uma convivência num contexto de escassez econômica, conflitos com a figura do pai e ausência de uma irmã que falecera em um acidente automobilístico.

Todos esses motivos teriam o levado ao uso de drogas (maconha e cocaína) aos 12 anos, por revolta, bem como se inserir na criminalidade, influenciado por amigos.

“A gente perde quase a vida da gente aqui dentro”

O acautelamento para Corrupião tem a conotação de perdas: *“(...) é ruim demais, porque a gente perde quase a vida toda da gente preso. Já tem 1 ano e 4 que*

to aqui e eu não sei o que já aconteceu nesse mundão nesse 1 ano e 4 que estou aqui. Perde um monte de coisas. De coisas boas. Esse monte de cantores que vem aí e a gente pode ir e perde, clube que a gente pode ir e não tem como ir porque tá preso. Muitas coisas, namorada, se quiser ter uma família mesmo, perde também...(...)". Neste sentido, o acautelamento é uma possibilidade de ressocialização, pois possibilita a reconstrução das disposições de crenças, uma vez que o jovem tem a possibilidade de modificar a forma como vê determinadas maneiras de viver e agir do passado, com reflexos no presente e no planejar de seu futuro.

“Eu nunca tive as coisas”

Corrupião, pelo seu relato, teve uma história marcada por ausências. Dentre as lembranças que possui da realização das oficinas, também lembra da atividade onde os jovens acautelados tinham que escolher objetos que os lembrassem da infância e depois explicar os motivos das escolhas: *“(...) tinha muitos brinquedos ali eu nunca tive não, sempre queria ter. Uns dois ou três só que eu tinha, que era ursinho e bola só, os outros eu nunca tive e era todo pra ter. Foi isso que influenciou ainda mais pra eu entrar no crime, eu não tinha as coisas e sempre queria ter coisas. (...) No dia eu escolhi... ah, eu não lembro não, o que foi não. O fato de lembrar da infância marca muito, por falta disso”*

Corrupião associa a sua disposição de agir arredia e tensa com regras ou normas sociais, indo para o mundo tráfico, às ausências da infância: *“(...) minha infância foi muito conturbado, meu pai bebia muito, agredia a gente, tanto que muitas irmãs saiu de casa por causa disso, só esperou ficar de maior e saiu de casa. Uma casou, foi morar com o marido dela, casou, foi pra lua de mel, voltando ocorreu o acidente, ela foi e morreu. A outra ficou adulta, saiu de casa e foi morar com minha tia”*.

No entanto, tem consciência que sua disposição de agir utilizada pela escolha de entrar no contexto do tráfico foi errada, pois afirma que *“(...) na minha família só eu que entrei pra essa vida errada. Minha família toda foi trabalhadeira, pra ter as coisas. Mas eu nunca tive nada, entrei nesse caminho errado pra ter as coisas”*.

Assim, essa disposição de agir contra as normas, tem também a conotação utilitarista, em razão de suas escolhas, bem como uma certa disposição de crença passiva, ao se entregar para uma esfera de práticas individuais como se não fosse responsável pelas suas escolhas.

“Já vi agente dando garrafada na cara de menino aí”

Assim como o entrevistado anterior, Corrupião expressa verbalmente em seu relato os dramas das vivências interindividuais e intraindividuais entre os acautelados e os agentes socioeducativos. Relata ter sido vítima quando ainda estava no provisório: *“(...) eles me agrediram ali, muitos agentes, bateram em mim, chutaram, eu perdi uma metade de dente. Um outro menino que tava atrapalhando o plantão do corredor que tava lá, aí ele entrou batendo em todo mundo, eu não tinha nada a ver (...)”*.

Interessante notar que em todos os momentos onde a temática das relações de poder que perpassam, de forma concreta e simbólica aquele território entre esses dois grupos, Corrupião sempre os contextualiza com a prática de atos incorretos pelos próprios jovens acautelados: *“(...)Já vi agente dando garrafada na cara dos meninos, porque eles tavam bagunçando, colocando fogo no colchão, chutando, aí eles foi e bateu na cara do menino, colocou algema nas mãos e dar soco na cara dos outros”*.

Ele mesmo assume que já praticou atos indisciplinares e que já foi flagrado pelos agentes com uma faca: *“(...) eles pegaram eu com faca aí (...) faca é esses pedaços de ferro, de coluna, que tira de parede. (...) Eu tava sendo ameaçado, tinha um menino que tinha falado que ia me pegar. Eu não ia pegar ele não. Era pra minha proteção mesmo. É rixa do mundão que eu tenho com ele. Ele já foi até embora (...)”*

A relação das disposições, neste caso, das relações de poder que existem no território da privação de liberdade, é, portanto, marcada pela dicotomia o utilitarismo daqueles agentes socioeducativos que lhes ajudam por algum motivo, e aqueles que o reprimem em práticas de atos indisciplinares durante o cumprimento da medida. Em alguma medida, isto também ocorre nas relações entre os próprios jovens.

“Não gosto de ir na aula”

Corrupião tem uma disposição de agir própria para as práticas esportivas, proporcionalmente inversa à sua disposição de agir passiva e utilitarista em relação às aulas. Quando indagado sobre a rotina obrigatória vivenciada no CSESFA, aponta que gosta das atividades *“(...) só as da quadra, as melhores que tem é na quadra, jogar bola”*. Já as que não gosta, é categórico: *“não tava gostando de ir na aula não”*, e apresenta seus motivos: *“(...) todo dia acordar cedo, mesma rotina, mesmo professor”*. Porém, mantém a prática de frequentar a escola em uma disposição de

agir passiva e de crença relaxada sob as regras e normas existentes, ao afirmar que *“(...) mas tem que ir, porque se não for tem que ir toma tranca, as mesmas atividades, mas eu vou”*.

Uma questão que emerge é esta análise da esfera individual, tendo como objeto de estudos a relação dos jovens com o saber na vivência do acautelamento, podendo compreender quais as disposições os faziam estudar antes da medida, durante o acautelamento e as perspectivas futuras relacionadas com os processos educativos.

“Eu vejo minha vida boa”

Se por um lado Corruptão não tem muito apreço pelos estudos, em seu relato aponta uma perspectiva de vida que passa pelo trabalho. Para isso, suas disposições de crença passam pela relação com pessoas: *“(...) eu vejo minha vida boa, porque minha mãe tem uma patroa muito boa, que tem uma empresa, e que falou assim, que se eu quiser mudar de vida, tem uma vaga lá pra mim toda hora, lá na Empresa A⁵⁸, negócio de carro”*.

Quando convidado a reorganizar sua relação com os estudos, instigado a pensar em fazer uma graduação após a conclusão da Educação Básica, foi também pelas vivências a partir de relações com outras pessoas que Corruptão desenvolveu seu dispositivo de ação: *“(...) eu tenho um tio, como pode falar, é bom de vida, é médico, tem uma roça. Ele mesmo falou que se eu quiser mudar de vida, ele ajuda, paga a faculdade de mim. Trabalhar de dia e de noite estudo”*.

Assim, Corruptão, ao prever sua vida, *“(...) meu desejo é arrumar um trabalho, juntar um dinheiro digno mesmo e comprar uma casa pra minha mãe”*, ele a faz com o uso de disposições de ações e de crenças vinculadas às relações intraindividuais do mundo externo, o que aponta a necessidade de se ter estudos da esfera individual que abordem como essas multiterritorialidades simbólicas, por contextos de suas famílias, dão significados para essas atribuições que lhes são inqueridas.

CURIÓ

Curió é extremamente tímido e quase todas as respostas foram somente afirmativas ou negativas, com exceção dos pontos que ora analiso. Ele foi sentenciado

⁵⁸ Em razão do sigilo de identidade do jovem e das instituições citadas o nome da empresa foi alterada.

no final de 2014 por homicídio consumado, tendo o jovem assumido o ato infracional. Ele percebe tal ato de forma isolada em sua trajetória, pois não tem envolvimento com drogas e o mundo do tráfico. Ocorreu em razão de uma vingança que marcou sua família, com a tentativa de assassinato de seu pai, que teria ficado internado por meses, tendo como origem de tudo o assassinato anterior de seu irmão. Tais atos teriam sido cometido pela pessoa que Curió matou.

Ele deseja mudar para a capital mineira assim que sair do acautelamento, como forma de superar as circunstâncias que o levaram a cometer o homicídio. Durante o acautelamento, não apresenta divergências nas vivências com os agentes socioeducativos, nem com os demais adolescentes, além de ter um desempenho positivo na escolarização.

“Agora eu sei que as coisas não são resolvidas como eu resolvi”

Curió é seco ao responder sobre o ato cometido, assumindo a autoria. Em razão disto, o diálogo foi marcado por respostas objetivas, razão pela qual apresento, neste caso específico, os resultados de forma diferente:

Edmarcius: Qual que foi o ato infracional?

Curió: Homicídio.

Edmarcius: Homicídio né? E foi você mesmo?

Curió: Foi.

Edmarcius: Foi né? E como que é, como você lida com isso, o fato de ter cometido homicídio?

Curió: Ah eu, agora eu sei que as coisas não é resolvidas dessa maneira que eu resolvi. Tem outras formas de resolver. Eu aprendi isso aqui, que eu tenho outra forma de resolver esses tipos de coisas.

Edmarcius: A consequência que faz você pensar nisso né?

Curió: É.

Edmarcius: Entendi. Você se arrependeu de ter feito?

Curió: Arrependi.

Edmarcius: Você corre algum risco quando você sair daqui?

Curió: Não.

Edmarcius: Não? Entendi. Foi homicídio por causa de quê?

Curió: O cara deu tiro no meu pai, aí ameaçou matar eu e meu irmão, aí a gente matou ele.

Edmarcius: Foi só você ou seu pai e mais alguém?

Curió: Só eu.

Depois do diálogo se deslocar para outros assuntos, como as experiências com a escola e trabalho antes do ato infracional, o mesmo respondeu não ter tido problemas. Retornei ao ato infracional para tentar entender o porquê do jovem que se encontrava à minha frente ser tão arredo e de poucas palavras

Edmarcius: *Esse fato não foi em razão de tráfico?*

Curió: *Não.*

Edmarcius: *Rixa mesmo néh?*

Curió: *Por causa que meu pai... o cara deu tiro no meu pai. Era problema do meu irmão. Meu irmão morreu aí eles foram e deram tiro no meu pai.*

Edmarcius: *Então foi seu irmão que morreu que tinha envolvimento com o tráfico?*

Curió: *Não, tráfico não. Esses caras nem sei por que... tem muito tempo que ele morreu.*

Edmarcius: *Tá, aí eles foram atrás do seu pai? Seu pai, tipo, tentou vingar antes?*

Curió: *Não. Pegaram meu pai sem saber de nada, meu pai tinha problema com eles não.*

Edmarcius: *Entendi, queima de arquivo mesmo néh. Aí você foi e matou quem ia matar seu pai?*

Curió: *É.*

Edmarcius: *Mas envolvimento com tráfico você nunca teve?*

Curió: *Não.*

Assim, pude perceber que o acautelamento de Curió é fruto de uma disposição de agir em uma relação estritamente tensa com as regras a partir da vivência de uma recusa e rejeição ao que foi cometido no contexto familiar. As relações familiares marcam a motivação do cometimento do ato infracional. No caso, a autoria do crime é exposta em uma disposição de crença clara e objetiva que detona sua forma de lidar com as inimizades – e muito em razão disto, essa sua forma de se portar durante a entrevista e de ausência de relatos de atos indisciplinados e/ou de conflitos com outros jovens.

No entanto, a ressocialização de Curió tem servido como uma disposição de crença na perspectiva de refletir as vivências individuais, onde ele considera necessário transformar/reorganizar seu patrimônio individual de disposições, o que é visto em sua resposta sobre como o acautelamento serviu para sua vida: *“aprender a conversar com os outros”*

“Eu pensei que não ia dar em nada”

Em uma das poucas vezes que Curió não foi monossílabo, foi possível perceber que ele tinha clareza de que seu ato lhe traria como consequência uma penalização menor em razão de sua menoridade à época do homicídio:

Edmarcius: *Você hoje tem 17 anos quase 18, e aí a minha pergunta é o seguinte, lá quando você foi cometer o ato, você tinha noção que era menor de idade, se desse zebra o máximo que ia acontecer era aqui no centro socioeducativo. Essa questão da idade interferiu ou você nem pensou nisso?*

Curió: *Pensei que não ia dar em nada.*

Edmarcius: O fato de ser menor de idade na época do ato, de certa forma, contribui, porque na hora de pensar uma consequência, você conseguiu pensar isso ou você nem pensou isso e foi lá e fez?

Curió: Pensei, porque eu era de menor, não ia dar nada, fui lá e fiz.

Edmarcius: Então hoje você tem noção que se você fizer de novo quando você sair daqui, e tiver maior de idade, você vai pro cadeiaão?

Curió: Lógico.

Edmarcius: Você tem noção disso né, e você vai pensar duas vezes antes porque o cadeiaão é...

Curió: Até 100 vezes.

Edmarcius: Por que?

Curió: Não consigo pagar cadeia⁵⁹ mais não.

É perceptível a disposição de agir a partir de uma posição objetiva, abrangendo a responsabilização pela prática, pois Curió sabia que sua penalização pelo crime de homicídio seria menor em razão da sua menoridade na época do ato. Trata-se de uma questão delicada, uma vez que as multiterritorialidades da privação de liberdade, na condição de ser jovem, passam pela problematização de suas responsabilidades.

O cenário macrosociológico apontado durante toda esta pesquisa e o relato deste jovem em específico, apontam para problemas estruturais e políticos na lógica do sistema capitalista em vigor. O cenário de jovens, muitos em contextos de violência (uso de drogas, tráfico e homicídios), em meu entender, não será alterado meramente com mudanças legais que tragam a penalização como proposta de ressocialização para idades menores que as já previstas em lei.

Neste sentido, mesmo sendo um critério pensado por alguns autores sobre seus atos infracionais quando de suas práticas, entendo, ainda sim, ser melhor o desenvolvimento de uma formação mais humana, com uma educação crítica e de responsabilidades com o outro, do que a redução da menoridade penal, como ventilado nas mídias.

“Achei interessante o amor que a pessoa tem pela coisa que ela faz”

O arredo Curió, durante toda a entrevista demonstrou uma disposição de crença ao citar o que havia lhe marcado com a experiência vivenciada na proposta de extensão do projeto JED. Segundo ele, o relato de história de vida proferido por uma professora do projeto o sensibilizou: a parte que achou mais interessante, denominou como o “amor” pelo que faz (a professora).

⁵⁹ “Pagar cadeia” no vocabulário próprio do sistema socioeducativo é ser penalizado com a privação de liberdade.

Este relato aponta para a necessidade de existir, na esfera individual das relações vivenciadas com jovens autores de atos infracionais, possibilidades de aflorar a disposição de crer por modos práticos de aprendizagem, que passem pela identificação, pelo afeto e pelo exemplo. Em um território marcado por relações de poder, onde as multiterritorialidades dialogam com perspectivas, sobretudo negativas das relações sociais e humanas, poder tocá-lo – ainda que de forma individual – a ponto de perceber amor na fala do outro e no que o outro faz e fez em sua trajetória de vida, sinaliza os caminhos para a relação com o saber destes jovens.

GAIVOTA

O acautelamento de Gaivota se deu em razão da prática de ato infracional por assalto, sendo sentenciado em 2013. Ele morava com os pais e duas irmãs mais novas, de 05 e 12 anos, tendo envolvimento na venda de maconha, crack e cocaína, de onde retirava uma renda semanal que ajudava na compra de roupas e nas despesas em casa – a família não tinha conhecimento de seu envolvimento, acreditando que Gaivota trabalhava como ajudante de pedreiro.

Durante a entrevista, mostrou-se solícito em responder as perguntas, sem rodeios ou restrições. Apontou o envolvimento com o uso de drogas e tráfico, sua visão negativa sobre aquele território em que vivia e sua forte disposição de crer e agir a partir da vivência com a figura materna.

“A primeira vez foi na escola”

Gaivota afirma que seu envolvendo com o uso e venda de drogas se deu na escola, com os *“(...) que dizem ser amigos”*. Foi no território escolar que experimentou as drogas pela primeira vez.

Sua relação com as drogas, em especial a maconha, tinha por objetivo *“ficar suave”*, pois *“não tinha horário, era a hora que dava vontade, o dia inteiro (...) eu usava porque fica tranquilo, fica suave, fica acalmado, é um calmante”*. Além disto, ele afirma que *“(...) comprava e revendia, (...) maconha e crack, mas crack não consumia (...) numa semana eu tirava uns 1.200”*.

Nesta disposição de agir por hedonismo, com a relação para fins pessoais, obtendo relaxamento e uma renda, observa-se também que ele apresentou este modo prático por imitação direta a um tio. Ao ser perguntado se alguém na família tinha

envolvimento, ele foi categórico: “(...) *meu tio, vendia drogas (...) ele já foi preso (...) mas já morreu*”, confirmando ser em recorrência das vivências no contexto do tráfico.

“Nesse lugar é tudo de ruim”

Gaivota afirma, ao ser perguntado sobre como se vê jovem e acautelado, que as vivências interindividuais e intraindividuais naquele território de privação de liberdade são todas ruins, pois, apesar de *ser jovem*, estar “(...) *acautelado é ruim. Tá privado da liberdade, longe da família é ruim, porque você fica dentro do alojamento, ser maltratados pelos agentes, e outras coisas, não tenho nem como falar. Porque aqui nesse lugar é tudo de ruim*”.

A significação que dá ao processo de ressocialização em que se encontra é negativa, porque, segundo Gaivota, presencia vivências de outros jovens em contextos que afirma ocorrer práticas de maus tratos pelos agentes socioeducativos. Novamente, em uma relação de poder entre o cumprimento das normas pelos agentes públicos *versus* a disposição de agir de alguns jovens acautelados que recusam, rejeitam e colocam resistências sobre as normas: “*Aqui até hoje não sofri maus tratos, porque não dei motivos. Mas acontece. Eles botam pro adolescente fazer uma coisa e ele vai e não faz. Ai eles querem algemar o adolescente e levar pra portaria, a toa. Quando leva, fica lá algemado o dia inteiro. (...) o maus tratos é ficar algemado lá num quartinho. Já vi cena de bater. Ontem mesmo teve uma cena de um agente deu um soco na cara do menino. Porque o menino tava no portão, e ai ele tava chamando ele pra ir embora, aí ele não tava querendo ir não, porque não tinha acabado o tempo dele ainda não, ai ele tava no direito dele, aí o agente foi e puxou ele pelo braço, ai ele deu um ranco assim, ai ele foi e deu um soco na cara do menino a toa*”.

Outra disposição de agir, porém positiva para Gaivota, é quando recebe a visita de sua mãe. A figura materna é significativa para que o jovem possa ter disposição de crer e de agir a partir dos modos escolares-pedagógicos de aprendizagem propostos pelo sistema de ressocialização. A mãe está sempre presente ao filho, o que faz não o deixa esquecer da tristeza de recebe-la naquele território e pensar em um futuro diferente: “(...) *ah, eu sinto tristeza da minha mãe vir nesse lugar aqui me vê, todo final de semana, ela nunca faltou. Ela vem nos conversa demais, eu falo tipo que quando eu sair daqui eu vou mudar de vida, vou dá orgulho ela, vou cuidar dela e das minhas irmãs. Quando ela vai embora fico querendo ir embora com ela também*”.

“Aqui tem um viado aqui”

Durante a realização das entrevistas, alguns jovens não respondiam diretamente à pergunta da matriz sexualidade no território da privação de liberdade. Gaviota foi diferente. Abertamente expôs sua homofobia, dando o nome de um jovem acautelado, que segundo ele, é homoafetivo assumido, inclusive expondo o tratamento institucional dado às relações interindividuais que envolvem os jovens em territórios de acautelamento: *“(...) falar aqui pro cê: tem um ‘viado’ aqui, mais só que ele não fica junto com os homem não. Ele fica separado. Tem um alojamento só pra ele. Ele tem parceiro não, ele fica sozinho, parceiro dele foi embora. É o Andorinha”*

Tal resposta do jovem levanta algumas problemáticas: primeiro, a necessidade de discutir sobre as multiterritorialidades sexuais da condição humana na experiência de privação de liberdade; segundo, a homofobia institucional (caso a informação do jovem seja verdadeira) ao separar Andorinha⁶⁰ dos demais por ser homoafetivo. Mesmo se considerássemos o fato de ser um território de relações de poder, que muitas vezes ficam à flor da pele, separá-lo para sua proteção, em nada justifica tal tratamento diferenciado; terceiro, a temática da vivência da sexualidade, sobretudo para além da lógica heteronormativa⁶¹, no sistema de acautelamento de jovens autores de atos infratores deve ser objeto de outras pesquisas específicas, uma vez que envolve categorias como homofobia institucional e interindividuos, questões de saúde pública e de educação na diversidade sexual para todos os atores sociais envolvidos no contexto de ressocialização.

Além da dificuldade na disposição de agir pela convivência interindividuos com o homoafetivo indicado, Gaviota aponta outras dificuldades dos jovens acautelados possuem para vivenciar suas sexualidades: *“(...) é muito difícil, tá sem ter com quem fazer relação sexual é muito difícil pro cara. Quem tem namorada, não tem visita íntima. Eu tenho namorada, não deixam fazer cadastro, ela nem pode me visitar. Uma vez fui de indulto na minha casa e vi ela (...)”*. As questões das disposições de crer e agir, na qualidade de *ser jovem acautelado*, que se relacionam às vivências das sexualidades, necessitam de novos modos escolares-pedagógicos de aprendizagem

⁶⁰ Seguindo a lógica para a não-identificação dos sujeitos da pesquisa, e daqueles citados por ele, este caso em específico, o jovem acautelado é denominado “andorinha”.

⁶¹ A terminologia “heteronormatividade” é adotada pelos estudiosos e participantes de movimentos sobre gênero e diversidade. Na lógica de Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico e “que se materializa pelos discursos sobre o sexo, normatizando-o, estabelecendo o que se é esperado como ‘verdade’ e o que se é ‘errado’, impondo formas e possibilidades patronizadas, sendo, portanto, uma invenção social” (NOVAES, 2016, p. 27).

no sistema socioeducativo; e não realizar isto é negligenciar a sexualidade como um direito humano das juventudes.

“Quero realizar o sonho da minha mãe”

A disposição de crer e agir, em Gaivota, se dá de forma tão forte com a figura materna, que ao tentar reorganizar seu próprio patrimônio individual de disposições, coloca seu projeto de vida, de forma passiva, sob a responsabilidade de sua genitora. Ao ser perguntado: qual seu projeto para o futuro, respondeu categoricamente: *“realizar o sonho da minha mãe (...). O sonho que querer eu vou realizar, tenho que perguntar pra ela”*.

No entanto, ao colocá-lo em uma força externa que o convida a uma disposição de agir objetiva de liderança em sua própria vida, afirma: *“(...) eu quero ser um empresário. Empresa de móveis, porque eu gosto de mexer com móveis, mobiliar minha casa. Tenho noção de carpinteiro. Já mexi com isso, colocando fechaduras de portas”*.

“Nada na vida a gente consegue sem estudo”

Gaviota tem certeza de que as disposições de agir dos modos escolares-pedagógicos de aprendizagem são essenciais para as relações vivenciadas interindividuais e intraindividuais. Ele afirma, ao pensar o futuro, que deseja continuar os estudos, *“(...) porque sem estudo não tem como conseguir nada da vida”*.

O dispositivo de crer hedonista, no entanto, se manifesta, pois, apesar de anteriormente ter afirmado quer ser empresário, quando perguntado qual curso quer fazer e em qual área quer trabalhar, diz: *“(...) eu quero ser dentista, porque é muito bom, cuidar dos dentes dos outros”*.

GUARDA MARINHO

A figura simpática e falante de Guarda-Marinho, durante a realização da entrevista, destoa de seu histórico de práticas de atos infracionais. Em 2013, foi condenado pela primeira vez por tentativa de homicídio. À época tinha 14 anos. Agora vive seu segundo acautelamento: resultado de um furto, cometido aos 17 anos. Já cumpre sua medida socioeducativa há um ano e três meses. Antes disto, morava com uma tia, cinco primas e a avó, em Governador Valadares. Na configuração familiar, afirma que seu irmão vive o mesmo dilema, estando encarcerado na Bahia. O pai de

Guarda-Marinho faleceu há 5 anos em um acidente de moto, o que também marca sua trajetória.

“Eu acho que to nessa vida pelo falecimento do meu pai”

Guarda-Marinho, apesar de simpático e, vez por outra, soltar frases de efeito, desenvolve um relato onde une vários pontos para justificar sua disposição de agir de forma contrária às normas.

O argumento mais forte apresentado é este: *“(...) eu acho que eu tenho essa vida por causa do falecimento do meu pai. Se meu pai tivesse aqui até hoje eu não tava assim não. Porque eu era mais apegado a meu pai. Depois que meu pai faleceu que comecei. Eu tinha 11 anos”*.

Após o óbito vivido, Guarda-Marinho teria reorganizado seu patrimônio individual de disposições a partir de forças externas e distintas, porém de forma hedonista: passou a fumar (*“só maconha, na hora que eu acordava, na hora que eu almoçar e de dormir só. Não sei porque usava, era ansiedade”*); parou de estudar na quinta série, e com o dinheiro que recebia trabalhando de forma amadora em uma oficina de carro, teria comprado o revólver que utilizou em seu segundo ato infracional penalizado. As multiterritorialidades de Guarda-Marinho passaram por transformações diante das mudanças concretas e simbólicas nos territórios aos quais convivia ou passou a conviver após o luto.

“Agora eu tenho noção de vida”

Ao ativar seus dispositivos de crer e agir, a partir de modos práticos de aprendizagem, se envolvendo com outros jovens que o incentivavam à cometer atos indisciplinados, quando de sua primeira experiência de acautelamento, Guarda-Marinho hoje consegue perceber mudanças em seu próprio comportamento durante o acautelamento, face às relações de poder que demarcam as relações interindividuais concretas e simbolicamente no território da privação de liberdade: *“(...)tipo assim, que na primeira eu era de menor, aí de menor é assim, tudo que o cara fala com ele, ele quer fazer. Que o mais velho não vai fazer e ficar preso, não. Ele quer mandar o de menor ir. E hoje não. Hoje eu já penso isso. Eu não to envolvido no meio dele, dele quer que eu sai dando tiro, enchendo o bolso dele de dinheiro e eu vou ficar preso, igual eu to aqui agora. Agora eu tenho noção da vida, ninguém manda em mim mais não, entrando na minha mente mandando eu fazer as coisas. Eles pra lá e eu pra cá*

agora. Eu quero viver minha vida com minha família, mais nada. Quando eu cometi eu tinha noção de que eu era de menor e não tava garrado com nada não. Hoje eu preocupo”.

Outro motivo que o levou a reorganizar seu patrimônio individual de disposições durante o acautelamento, através das vivências que lhe apontou os modos práticos de aprendizagens, é a vontade de manter os vínculos familiares: *“(…) minha mãe disse que se eu for pra cadeia, ela não vai me visitar lá não. Aqui ela falou que não vinha, mas veio. Mas na cadeia ela disse que nem pisa o pé. Nem ela tá indo visitar meu irmão. Quem tá indo é minha irmã”.*

Além disto, Guarda-Marinho preocupa-se com as disposições de planejamento familiar, com os custos que a família tem com seu acautelamento: *“(…) ficar preso a família da gente gasta demais também. Toda semana tem que comprar sacolada de biscoito, cinco sabonete, sabão em pó, pra quê isso? Melhor lá fora. Se eu tivesse lá fora trabalhando, minha família não tava gastando desse jeito. Agora até isso eu penso”.*

Por fim, ele ainda demonstra sua disposição de crer e agir a partir de domínios utilitaristas de sua vivência, para aconselhar outros jovens para que não se envolvam com as territorialidades vividas e simbólicas do contexto da violência, isto é, das drogas e do tráfico, para que não tenham o mesmo destino que ele: *“(…) esses meninos que tão lá fora tinha que ver o que a gente passa aqui, pra eles tomar juízo na cabeça deles. Eu acho assim também, eles deviam ver a realidade que a gente tá passando nesse quadrado aqui, pra eles vê que não é bom, pra eles saber”.*

“Pras pessoas lá fora é bom a gente tá preso aqui”

Guarda-Marinho, durante vários momentos da entrevista, apresenta seu dispositivo de crer e agir como atividade pública. Apresentou uma percepção macrossociológica do perfil das juventudes acauteladas como aquelas, anteriormente apresentadas como rebeldes, delinquentes.

No entanto, a ressocialização tem contribuído de certa forma para que neste reajuste de seu patrimônio individual de dispositivos, perceba que é possível fazer escolhas diferentes do passado: *“(…)pras pessoas que tão lá fora é bõo a gente tá preso aqui. Mas pra nós é ruim. Nós privado da liberdade, porque a mesma rotina todo dia, aí você desacostuma, fica triste, sei lá, ansioso querendo sair logo. Tipo, pros outros lá fora a gente é ruim, a maioria, não é todos não, mas tem uns que acha que*

nós são um monstro pra eles, uai. Nós não é assim não. Não é todo mundo que é assim não. Todo mundo é capaz de mudar uma hora”.

“Eu vou fazer faculdade ainda, oh, ceis vai ver”

Essa transformação/reorganização do patrimônio individual de dispostos que Guarda-Marinho passa, tem feito com que ele mude suas vivências com os estudos. No acautelamento, diz não encontrar dificuldades na rotina escolar nem com os agentes socioeducativos e outros acautelados. Ao ser indagado sobre seu maior desejo a ser realizado assim que deixasse o acautelamento, o jovem, dentre outras possibilidades, respondeu: *“(...) procurar um estudo pra mim, num lugar bão, que eu vou reforçar e vou tá lá na faculdade, oh, ceis vai ver, pode aguardar. Oh, lembra meu nome, se eu mudar minha aparecência, ces não esquece meu nome não”.*

A educação como dispositivo de agir e de crença para pensar o futuro, também está vinculada à figura materna. Guarda-Marinho encontra nela o motivo para mudar de vida. É ela quem lhe aponta ‘que mudou de vida’, quando o visita. Outra pessoa a quem Guarda-Marinho situa sua reorganização em relação aos estudos é a figura de um tio que é engenheiro e que *“mexe com esse negócio assim também, tipo de construir. Ele faz só os desenhos e os pedreiros constrói. Ai ele mexe com isso e eu sou afim de trabalhar com ele assim também (...) quero acompanhar ele”.*

“Eu tô conhecendo Deus”

A entrega de si mesmo para a religiosidade como forma de vida é outro dispositivo de crença e ação que Guarda-Marinho escolheu para a reorganização pessoal de seu patrimônio individual de dispositivos. Neste contexto, a religiosidade ainda pode ser vista como um dispositivo cultural legítimo, utilizado por diversas pessoas em contextos de fortes pressões.

No campo privado, Guarda-Marinho afirma: *“(...) eu tenho que agradecer a Deus, à ele porque tá fazendo tudo de bom pra mim agora. Depois que eu conheci Deus é bom demais, cara. Eu nunca percebi isso não. Deus é bom demais. Nunca percebi um trem tão bom que tá acontecendo na minha vida como agora. Depois que eu me entreguei pra Deus minha vida tá mais aliviada, eu sentindo uma pessoa mais nova. Antes eu era meio assim, hoje não, eu converso com qualquer pessoa tranquilo, sem timidez. É bom demais, conhecer Deus. Meu irmão é da igreja e tá me*

incentivando, to tocando bateria. É bom demais, e eu não sabia tocar nada. Nunca fiquei tão feliz como agora eu tô”.

LARANJINHA

O acautelamento de Laranjinha decorre da prática de ato infracional análogo ao crime de latrocínio. Com 17 anos, cumpre medida socioeducativa de privação de liberdade há 1 ano e 8 meses. Morava em Feira de Santana na Bahia com os pais. Assim que chegou com o pai na cidade de Guanhães, em Minas Gerais, onde tinha iniciado suas atividades laborais como técnico de manutenção de celular, resolveu praticar o ato infracional. Ele afirma não ter se envolvido com o tráfico e que somente havia experimentado maconha, sem viciar. Durante a entrevista foi solícito, apresentando respostas sem muito se prolongar.

“Carregar o peso de matar uma pessoa não é fácil não”

Laranjinha diz que a prática do ato análogo ao latrocínio ainda lhe pesa e que *“(...) as vezes fico meio bolado comigo mesmo, as vezes pesa. Carregar o peso de matar uma pessoa não é fácil não, mas me arrependi”*. A possibilidade de rever sua disposição objetiva de agir de forma errada, matando alguém para roubar, provoca no jovem uma inquietação, pois sabe, por sua disposição de crenças, que tal tipo de ato vai contra toda uma disposição coletiva e cultural em razão de seu hedonismo. A disposição de agir para cometer o ato se configura, pelo relato, nesta categoria: *“eu tava, tipo assim, sai da Bahia para trabalhar com meu pai. Aí me deu vontade de roubar e cometi isso. Era mente vazia, era época da pascoa, feriado, tinha nada para fazer”*.

“Ninguém dorme com o olho do outro aqui não”

Por outro lado, Laranjinha vivencia suas relações interindividuais naquele território concreto e simbólico, que é o acautelamento, de forma intensa, a partir de marcas do exercício de poder. Segundo ele, sua dificuldade se dá em razão de ser de fora – o que para muitos outros jovens, segundo ele, daria a conotação de que *“fosse bobo”*.

Nesse processo de se reorganizar pela ressocialização, a figura materna que se faz presente uma vez por mês, em razão da distância de sua cidade de origem, mexe com disposições espontâneas. O mesmo jovem, que assume tranquilamente a

autoria da prática de ato infracional análogo à latrocínio, diz chorar quando vê sua mãe indo embora após as visitas: *“(...) o mais difícil é quando ela vai embora, porque as vezes choro. Já tem muito tempo que eu tô aqui, mas toda vez no final ela chora, porque ela tá indo embora e tá me deixando aqui”*. Tal relato apenas reforça a necessidade de outros estudos sobre estas multiterritorialidades familiares, baseado em perspectivas de esferas individuais, de suas relações com outras pessoas e outros contextos.

No entanto, Laranjinha também apresenta disposições de crenças e de ação tensas em relação às regras e normas, rejeitando-as. Segundo ele, já teria sido penalizado com 10 medidas disciplinares: *“(...) a metade dessas 10 foi briga, umas duas acharam chuncho e os outros foi chutando latão da porta. O chuncho é feito de pilastra, a gente quebra a parede e puxa ferragem. (...) ate hoje não consegui usar, mas nem pretendo não. Eu fazia porque na época os outros me perturbava”*.

As consequências de sua disposição objetiva de se organizar em práticas de resistência, eram normalmente como *“(...) ficar sem atividade, não pode ir no refeitório, quando tem aula você pode ir na aula, mas quando não tem você pode ficar 30 minutos por dia do lado de fora e entrar de novo no alojamento (...) dependendo da briga você pode tomar 8 dias, dependendo do que acontecer, tem a tranca leve, média e grave”*.

Mas Laranjinha afirma que mudou e *“(...) pra falar verdade, já tem mais de um ano que não levo tranco, logo nos primeiros seis meses que fiz isso aí”*

“Aqui tem um desgraçado de um gay aí”

Laranjinha é outro acautelado que apresenta um discurso marcado para disposições de crenças pautadas em homofobia. A lógica heteronormativa é tamanha que ele chega, ao ser perguntado se ocorre práticas sexuais entre jovens no acautelamento, a responder que *“não sabe (...) mas se tiver um acoita o outro”*.

A forma como sua disposição de agir em relação às multiterritorialidades que demarcam a diversidade sexual muda quando fala de Andorinha. Segundo Laranjinha, o problema deste último é que *“ele dá as crise dele de gay”* e por isso *“é melhor não ficar perto”*. Porém, *“(...) se ele fosse isso aí, e ficasse quieto na dele, não mexesse com ninguém tudo bem”*, o problema que Laranjinha vê em Andorinha é que *“(...) ele, tipo, se solta”*.

Andorinha provoca em alguns jovens acautelados, como visto neste e em outros relatos, uma inquietação em seus patrimônios individuais de disposições, pois mexe com o *ethos masculino* que é, simbolicamente, uma das marcas de territorialidades daqueles sujeitos. As considerações anteriormente feitas sobre a matriz de sexualidade no acautelamento devem, de fato, ser ratificadas.

“Serviu para tomar vergonha na cara”

Ao ser perguntado sobre qual a importância do acautelamento para si, Laranjinha afirma que vivenciar sua condição juvenil no território da privação de liberdade lhe possibilita “tomar vergonha na cara”.

Para ele, o fato de ser menor de idade quando da prática delituosa não interferiu em sua decisão: *“Eu tinha noção de que se eu cometesse o ato eu viria para aqui. Mas eu não importava muito não, porque se alguém for fazer alguma coisa ele não vai olhar isso não. Por exemplo, se eu pegar um menino de faca aqui dentro eu vou pro cadeia, então vai depender da minha mente”*.

Ciente de que seu ato foi deliberadamente decidido, estar acautelado contribuiu para, ao reconstruir seu patrimônio individual de dispositivo, considerar a liberdade *“(...) boa demais, e tem gente que não dá valor não, como eu mesmo antes de cometer o ato não tava agarrado com a vida, o que desse era isso mesmo”*. Aos poucos, pareceu-me que de fato o jovem encontra-se com disposições de crenças e ações que se pautavam pela estrita relação com as normas. O cumprimento das normas e regras agora servem para outro tipo de dispositivo de ação: individuação. Ele diz que agora sabe de seus *“limites para não extrapolar”*.

Destaca-se que Laranjinha passou também a ter sua sociabilidade melhor organizada, a ponto de elogiar a proposta do projeto JED com eles, pois, segundo Laranjinha, *“(...)tem muita pessoa humilde, porque vocês tem tanta coisa pra fazer nesse mundo e vem aqui dentro só pra dar uma palestra pra nós, passar uma semana junto com a gente, porque é difícil uma pessoa lembrar da gente aqui dentro, sem ser a família da gente”*.

Laranjinha também apresenta disposições de crenças e ações que passaram a valorizar suas relações interindividuais e intraindividuais, já que sente falta do abraço paternal: *“(...) de certa forma, me ajudou a pensar o futuro e dar valor a família. Tipo assim, eu respeitava meu pai e minha mãe e não sentia assim como sinto hoje. Toda vez(...)”*.

Ressalta-se em Laranjinha o dispositivo de ação ao aprender por meios práticos, o que lhe causa preocupação, pois não quer repetir o destino de boa parte dos outros jovens que foram acautelados: *“(...)Outra coisa é que todos os meninos que parou aqui, não todos, mas uns 60%, morreu, que eu escuto falando, um que saiu daqui um dia desses tá de cadeiras de roda agora, e outros sai daqui e vai pra Paca, pro cadeiao”*.

“Eu tenho claro que se eu não mudar vai ser igual”. Laranjinha tem encontrado na ressocialização a possibilidade de transformar e organizar seu patrimônio individual de dispositivos de crenças e ações. Para tanto, estão em efervescência as multiterritorialidades da afetividade e da aprendizagem de normas para dar sentido à vida concreta e simbólica.

ZAGATEIRO

O acautelamento de Zagateiro, que tem 17 anos, decorre de sentença judicial de 2014, pela prática de ato infracional análogo ao crime de assalto à mão-armada. No entanto, ele é categórico em afirmar que não reconhece a autoria do ato, que atribui a outro jovem que lhe é parecido.

Aos 15 anos teria evadido da escola por desinteresse. Tem histórico de envolvimento com a criminalidade. Durante a entrevista, se diferenciava por repetir as perguntas antes de respondê-las, dando-me a impressão que tal mecanismo servia para uma rápida reflexão antes de expor suas disposições de crenças e ações.

“Minha mãe morreu e meu pai não gosta d’eu não”

Assim como muitos jovens acautelados entrevistados, Zagateiro tem sua história de vida marcada por ausências familiares. Sua mãe morreu com problemas renais quando ele ainda era bem novo e seu pai, envolvido com alcoolismo, não construiu uma relação de aproximação com o filho: *“(...) minha mãe morreu e meu pai não gosta d’eu não. Minha mãe morreu deve ter uns 10 anos já. Eu não gosto do meu pai, cachaceiro, enjoado demais”*.

Em razão disto, ele e seus sete irmãos foram criados pela avó e por uma tia. Um, atualmente com 23 anos, encontra-se em uma penitenciária respondendo pelos crimes de tráfico de drogas e homicídio.

No entanto, suas vivências interindividuais no contexto familiar são marcadas pela disposição de agir pelo respeito em consideração à sua avó, que em suas possibilidades tentou criá-los com regras, mesmo na ausência da mãe: *“(...) a relação com minha vó era bom demais, meus irmãos morava com a gente, família toda reunida. Moravam com minha vó era eu e mais três, tudo homem. (...) Minha vó tinha responsabilidade com nós, ensinava o que era certo e o que era errado, dava uns conselhos. (...) Ela não garrava com hora de chegar, mas ela não gostava. (...) Tinha regras, e eu obedecia, porque minha vó era de idade já, e tomava conta de nós, eu perdi minha mãe, e a gente tinha que respeitar.*

Apesar de ter convivido com as regras ensinadas pela avó, Zagateiro apresentou uma disposição de crença e de ação que rejeita a relação com as normas, colocando resistências que o levaram para o mundo do tráfico e das drogas.

“Gosto até hoje”

Uma disposição de crença e ação que Zagateiro adquiriu ao rejeitar as regras que foram determinadas em sua criação foi o contato com as drogas. Abertamente, ele assume a predileção pelo uso de maconha: *“(...) eu gosto até hoje, a gente fica tranquilo”.*

Em sua fala a respeito, Zagateiro demonstra saber que seu uso não é bom e que as pessoas com as quais convivia em seu ciclo familiar não gostavam: *“(...) eu saia de canto pra fumar, perto dos outros não é bom não. Dentro de casa minha vó não gostava não, ia pra beira do rio, pegar manga e ficar de boa”.*

A ressocialização, no entanto, tem contribuído para que Zagateiro reorganize seu patrimônio individual de dispositivos, já que afirma: *“(...) quando sair daqui tô pensando em abandonar esse trem e ficar de boa”.*

“A gente vê que a gente tem valor”

O envolvimento com o uso de drogas o levou ao tráfico. No entanto, ele não associa seu acautelamento a isto: *“(...) já vendi drogas, mas a prisão não tem nada a ver (...)”.* Entre as drogas que vendia, estavam a maconha, o óleo e o próprio crack.

A disposição de crença e ação utilitarista se manifesta na fala de Zagateiro sobre seu envolvimento no tráfico, pois, segundo ele, *“(...) toda hora tem um que usa e compra e só vai enchendo a mão de dinheiro. Tem muitos aí nesse mundo por causa disso, dá mais dinheiro que trabalhar”.*

No entanto, mesmo que o envolvimento com o tráfico lhe possibilitasse acesso à uma melhoria financeira, o acautelamento tem servido para fazer novas escolhas, também em razão da presença de uma tia e uma irmã em visitas. A disposição de agir a partir das relações intraindividuais com familiares faz com que Zagateiro fique “(...) *muito alegre. Depois que a gente perde a mãe da gente, a gente vê o interesse que as pessoas tem pela gente. A gente vê que a gente tem valor*”.

Neste sentido, pensar as multiterritorialidades da condição juvenil acautelada aponta refletir sobre como os laços familiares podem contribuir para a transformação e reorganização de patrimônios individuais de dispositivos durante a experiência da privação de liberdade.

“Tem uns professor ruim, tem uns professor bão também”

Se por um lado o acautelamento apresenta certo sucesso no processo de ressocialização de Zagateiro, principalmente, quando o mesmo tem como referência de seus dispositivos de crenças e ações a sua família, as relações interindividuais com agentes socioeducativos e professores no CSESFA são marcadas por disputas de poder, que segundo ele, ocorrem em razão de discriminação.

Os agentes socioeducativos dos quais Zagateiro gosta, respondem a uma disposição de crença porque eles “(...) *dá atenção pra gente, com coisa que a gente não é uma pessoa discriminada pelo o que aconteceu, eles conversa com a gente tratando com maior respeito, que ninguém é melhor que ninguém*”. Já aqueles que ele não gosta, essa disposição se dá porque eles “(...) *gosta de ficar tirano a gente, batendo nos outros, achando que é pai, se a gente der mole, pega mesmo. Se der mole quê muntá em cima, quer canetar a gente, pra gente pegar mais tempo aqui*”.

Zagateiro também corrobora os relatos da ocorrência de maus tratos durante o acautelamento. Ele afirma que nunca sofreu, mas presencia e aprende em uma disposição de ação a partir de modos de aprendizagem por imitação prática de como se dão as relações de poder naquele território: “(...) *Nunca sofri maus tratos, mas já vi. Cuspir, já vi agente batendo na cara de ladrão aqui, muitas coisas. Tem adolescente que dá motivo, mas tem adolescente que apanha a toa, e os outros viam oiando e aprendendo*”.

Já a disposição de crença e de ação para com os professores no CSESFA é marcada por relações de vivências em disposições estéticas: “(...) *Na escola tem os professor ruim e os professor bom. Isso é deles mesmo. São ruim de comportamento*”.

Tem uns que não gostam de ficar perto da gente. Da aula pra gente e sai de cara fechada”.

“Melhor tá aqui que tá lá e tá morto”

Apesar das relações de poder que são vivenciadas por Zagateiro no acautelamento, no processo de transformação e reorganização de seu patrimônio individual de dispositivos, percebe-se que o acautelamento o tem levado a reflexões sobre a ressocialização necessária para reinserção social.

Mesmo não assumindo a culpa pelo ato infracional que cometeu, em momento algum Zagateiro apresenta uma disposição de crença passiva diante dos fatos. Isso foi ressignificado, e agora ele lida com o fato de pagar por algo que não cometeu da seguinte forma: *“(...) lido que é um livramento de Deus, porque tava nesse mundo vendendo droga, você sabe que nesse mundo tem muita gente querendo fazer algo mal com você e você não sabe, então pra mim é um livramento de Deus, que ele deve ter algo na minha vida. Melhor que tá aqui do que tá lá e tá livre. Mas ficar aqui não é bom não. To saindo, é só um livramento mesmo”.*

Não assumir um dispositivo de ação que abranja sua responsabilidade diante do contexto em que se encontra, no entanto, não o impede de pensar sobre o futuro e como quer que sua vida esteja. Zagateiro afirma que quer: *“(...)Ter minha família, ter um filho, minha muié, minha própria casa. Abandonar esse trem de vida errada”.* De imediato ele apresenta a vontade de ter outras oportunidades fora de Governador Valadares, até para se distanciar do mundo da violência em que estava inserido.

Por fim, indagado sobre o que pensa sobre o futuro, em relação aos estudos e profissionalmente, após a experiência de visitar o *campus* da Universidade pelo projeto de extensão JED, afirmou achar *“(...) interessante né, porque não sabia desse negócio de dentista, acho interessante”* e que agora pensa ser *“(...) interessante mexer com dente, tenho vontade de ser dentista”.*

O processo de reorganização do patrimônio individual de disposições tem possibilitado ressignificar muitas territorialidades pessoais (ausências, contato com as drogas e o tráfico), bem como as disposições de crenças e ações que surgem e podem auxiliá-lo a planejar o futuro.

4.3 RETORNOS E AVANÇOS

Neste tópico, inspirado na proposta teórica-metodológica de Lahire (2004), apresento os avanços da pesquisa e as possibilidades de retornos⁶² encontrados durante a trajetória da pesquisa que é concluída com o trabalho interpretativo. Além disto, aponto as matrizes complexas das disposições que utilizo para analisar possíveis combinações e diferenças entre as multiterritorialidades da condição juvenil analisada a partir da experiência do acautelamento.

Um dos avanços que esta pesquisa apresenta são os aspectos teóricos e metodológicos que utilizo, apesar de Lahire (2004) afirmar que percebia ao concluir sua pesquisa:

“o quanto a separação da teoria e da empiria revela-se puramente formal e a que ponto o ‘problema’ da relação teoria/empiria é tipicamente um falso problema formulado por aqueles que, tendo ficado tempo demais no ‘céu das ideias’, perguntam-se como poderiam fazer para ‘aterrissar’” (2014, p. 313)

Entre outros avanços, há a “explicitação dos problemas levantados”, bem como “conceitos e procedimentos interpretativos empregados”. A possibilidade de apontar as multiterritorialidades de jovens a partir da experiência do acautelamento é, na realidade, a de explicitar os problemas do que significa *ser jovem* diante de relações de poder, vivenciadas em distintos espaços-tempos da vida. Por outro lado, escolher a abordagem teórica e metodológica de Lahire (2004), que exige um olhar para a esfera individual destes jovens, trazendo à baila seus relatos, permite ao investigador uma análise que supera a maciça e somente geral produção sobre as juventudes e os acautelamentos.

O trabalho interpretativo realizado possibilita a reconstrução das disposições sociais que demarcam este olhar macrosociológico sobre suas multiterritorialidades, a partir de “contextos e delimitação das áreas contextuais de atualização e de não-atualização das disposições” (LAHIRE, 2004, p. 313).

No entanto, ao aplicar este princípio de especificação dos contextos, das práticas e das relações que são vivenciadas pelos jovens acautelados, percebo ser possível (e difícil de se fazer outra coisa) reconstruir as coerências disposicionais do que possa *ser jovem marcado pelo acautelamento*.

⁶² Uma das possibilidades de retorno que Lahire (2004) aponta é o levantamento de novas pesquisas a partir da análise realizada. Para atender essa necessidade, neste trabalho, durante todo o texto apontei temáticas que podem ser objeto de novos estudos.

Assim, este trabalho possibilita (re)pensar as multiterritorialidades dos sujeitos da pesquisa em suas singularidades, e ao mesmo tempo, as pluralidades de que fazem parte, cujas disposições se encontram “claramente suspensas ou atenuadas por imposições materiais: econômicas (não ter mais os meios financeiros), temporais (não ter mais tempo) e espaciais (não viver mais no mesmo ambiente)”. (LAHIRE, 2004, p. 314).

Matriz sociológica “relação com a família”

A primeira territorialidade que marca os sujeitos da pesquisa, nesta matriz sobre as relações familiares, é que em apenas 3 casos (37,5%) não há registros de ausências físicas, ou seja, 62,5% tem suas histórias de vida marcadas pela morte de algum ente familiar: em três casos, a ausência física da figura materna; em outros três casos, paterna; e um caso, a morte de uma irmã. Não obstante, 50% das relações familiares vivenciadas com as figuras dos pais ou seus substitutos (tias, avós), apontam a existência de regras que lhes eram impostas antes das ocorrências de atos infracionais.

Já no acautelamento, as vivências com as figuras familiares relatadas como presentes foram 62,5% maternas; 37,5% paternas; 25% de irmãos, e 12,5% de companheira de relacionamento estabelecido anteriormente à privação de liberdade. Quando se pensa em futuro, 50% dos jovens acautelados e entrevistados afirma querer constituir família; outros 25% desejam retornar às suas famílias; e, 25% fazem associação à figura exclusiva da mãe, com o objetivo de viver de forma que lhe dê orgulho.

Matriz sociológica “relação com as drogas e o tráfico”

Quando se analisa o contato com o uso de drogas, 87,5% dos sujeitos da pesquisa afirmam que usavam maconha. O único adolescente que afirmou não ter usado drogas disse que não o fez porque “nunca gostei disso não” (*Curió*).

Ressalta-se que desse total de usuários de maconha, dois entrevistados confessam que faziam uso até à época das entrevistas, mas quando em liberdade provisória; outros três afirmaram que o uso da maconha não interferiu na prática delituosa. Os motivos para fazer uso da maconha foram diversos: em quatro casos,

para ficar tranquilo, um caso para controle de ansiedade e um caso por mera curiosidade.

Já sobre as relações vivenciadas com o mundo do tráfico, 62,5% dos jovens (5) afirmaram que o faziam e tinham um retorno financeiro alto. Destes, 20% vendiam só maconha (1), outros 20% só crack (1), e os outros 60% vendiam maconha e crack (3).

Quando se pergunta sobre perspectivas de futuro, nenhum dos sujeitos entrevistados falou sobre esta matriz sociológica. Os aspectos abordados foram referentes às matrizes de escola, trabalho e família.

Matriz sociológica “relação com o acautelamento”

Na análise sobre as relações que acontecem durante o acautelamento, 87,5% relatam que gostam de alguns agentes, 62,5% relatam que gostam de algumas técnicas e apenas 12,5% falaram que gostam de supervisores. Os motivos de gostarem vão desde aconselhamentos dados (50%), ajuda nos processos para que tenham benefícios (25%), por brincarem com os jovens (12,5%), ajuda com desenhos (12,5%) e simplesmente por dar atenção (12,5%).

Quando a pergunta se inverte, 50% afirmaram que não tem ninguém que eles não gostam. Dos outros 50% que afirmaram ter alguém na equipe de atendimento que não gostam, apenas 1 (12,5%) não quis citar nomes. Dos que citaram, todos foram em relação à agentes socioeducativos. Os motivos foram: por atrapalhar a saída (25%), por lembra-los de rixas externas (12,5%) e por discriminá-los pelo ato infracional que teriam cometidos (12,5%).

Em relação à possibilidade de maus tratos: 62,5% afirmaram que já presenciaram, apesar de não terem sofrido (5 jovens); outros 25% afirmaram nunca ter sofrido nem presenciado (2 jovens); e apenas 12,5% (1 jovem) afirmou ter sofrido e também presenciado outros casos. As categorias utilizadas para denominar o que seriam os maus tratos foram, com as respectivas quantidades de citações: “bater” (6); “dar soco” (5); “colocar algema” (5); “chutar” (2); “cuspir” (1); “jogar no chão” (1), “puxar o braço” (1); “pisar na cara” (1). Dos que afirmaram a existência e/ou o fato de terem sofrido maus tratos, apenas 2 afirmaram que a administração do CSESFA tem conhecimento dos fatos.

Matriz sociológica “relação com a sexualidade”

A vivência da sexualidade no território da privação de liberdade é marcada pela prática da homofobia nos discursos (todos os 8 sujeitos entrevistados referiram-se ao Andorinha como ‘viado’) e nas práticas (com alojamentos separados, zombaria por parte dos outros adolescentes e dos próprios agentes, segundo os entrevistados).

Sobre a prática sexual dentro do CSESFA, 75% afirmam que ela ocorre, porém, de forma clandestina, sem conhecimento da instituição. 25% afirmaram, inclusive que a prática é feita sem a entrega de preservativos – os mesmos só têm acesso quando possuem a liberdade definitiva ou provisória (indultos). Ainda, 75% afirmaram que possuíam vida sexual antes do acautelamento, sendo que 37,5% queixaram-se da impossibilidade de visita íntima.

Matriz sociológica “relação com o trabalho”

Em relação ao trabalho, além dos dados anteriormente apresentados (apenas 37,5% dos jovens no mercado de trabalho quando da prática do ato infracional), pode-se perceber que, ao referir às expectativas de futuro, esta relação se faz presente de forma espontânea nas falas de 50% dos sujeitos da pesquisa.

Quando perguntados especificamente sobre esta matriz em relação ao futuro, 62,5% já apresentam suas expectativas profissionais, sendo: educador físico (1); dentista (2); engenheiro (1); polícia (1). Entre os outros jovens (37,5%) que ainda não tem bem claras as profissões que almejavam, dois afirmaram que “pode ser qualquer atividade” e um quer “primeiro terminar seus estudos”.

Matriz sociológica “relação com a escola”

Em relação à matriz sobre as vivências escolares, além dos dados anteriormente apresentados (62,5% estudavam e deste total, 75% não concluíram o ensino fundamental, assim como os que não estudavam, quando da prática dos atos infracionais), a categoria de análise “escola” aparece em 50% das entrevistas sobre a rotina no período do acautelamento. Deste total, 75% (3 jovens) percebem a vivência escolar como uma atividade da rotina que gostam (por aprenderem coisas boas, por

sair do alojamento e porque é importante para ser alguém na vida). Apenas um jovem disse não gostar, em razão dos professores – alguns seriam ruins.

Já quando pensam no futuro, espontaneamente, três jovens (37,5%) afirmaram que pretendem continuar os estudos para melhor condição de vida. Ao serem indagados diretamente sobre estudar após o cumprimento da medida socioeducativa, 37,5% afirmam que querem primeiro terminar o ensino médio (3 jovens) e depois pensar na possibilidade de fazer uma graduação. Dos que querem fazer um curso superior (5 jovens – 62,5%), dois jovens não sabem qual curso querem fazer, dois querem fazer odontologia e um engenharia.

Portanto, ao dar conta de cada indivíduo num primeiro momento, agora, em uma perspectiva macrossociológica dos sujeitos desta pesquisa, é possível entender que as disposições de crenças e ações dos entrevistados são bastante sutis e variadas, além do quê “(...) às vezes, não tem nada a ver umas com as outras ou, mais exatamente, que não mantêm nenhum *vínculo de necessidade lógica* entre si” (p. 323)

Tais disposições são distintas pelos graus de heterogeneidade de princípios das socializações os quais cada um desses sujeitos da pesquisa foram submetidos em sua história de vida. O que todos têm em comum, para além dos altos índices de ausências familiares, contato com as drogas, vivências no tráfico, de relações de poder com os agentes socioeducativos e dificuldades de lidar com a sexualidade alheia, é, acima de tudo, a configuração de seus patrimônios individuais de disposições homogêneas: todos afirmam que querem uma nova trajetória de vida.

É neste sentido que Lahire (2004) alerta para que não se reduza

“(...) o *habitus* (nos arrazoados teóricos gerais) a uma fórmula geradora, somente porque privilegia em seu modelo interpretativo a posição social (ascendente, declinante), em suma, o *habitus* de classe e de trajetória, ao passo que um grande número de disposições não está ligado às condições de existência de classe, nem mesmo à tendência da trajetória” (2004, p. 324).

Assim, na reconstrução dos patrimônios individuais de dispositivos a partir da vivência do acautelamento, é mister que as disposições (múltiplas, heterogêneas, provenientes de diversas naturezas, aspectos ou momentos distintos de socialização) possibilitem ao *ser jovem* compreender-se como um sujeito social e dotado de tais multiterritorialidades, para que a partir disto possa fazer escolhas conscientes e que pautem mudanças significativas em sua forma de ser e estar no mundo.

Trata-se do desafio das ciências sociais “trazer à tona a produção social do indivíduo (e concepções as vezes ‘individualistas’ que temos disto) e mostrar que o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas que marca sua presença nos aspectos mais singulares de cada indivíduo” (LAHIRE, 2004, p. 326). Quando isto ocorre, este sujeito pesquisado tem o protagonismo de sua existência, por entender as teorias socioeconômicas que o cercam e que com elas se relacionam nas diversas territorialidades de sua constituição (apesar de suas singularidades simbólicas e concretas).

*Todos os dias quando acordo,
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo:
Temos todo o tempo do mundo.*

*Todos os dias antes de dormir,
Lembro e esqueço como foi o dia:
"Sempre em frente,
Não temos tempo a perder".*

*Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
E tão sério
E selvagem.*

*Veja o sol dessa manhã tão cinza:
A tempestade que chega é da cor dos seus
Olhos castanhos
Então me abraça forte
E diz mais uma vez
Que já estamos distantes de tudo:
Temos nosso próprio tempo.*

*Não tenho medo do escuro,
Mas deixe as luzes acesas agora,
O que foi escondido é o que se escondeu,
E o que foi prometido,
Ninguém prometeu.*

*Nem foi tempo perdido;
Somos tão jovens*

(Tempo perdido - Legião Urbana)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser...”

(Michel Foucault – 1988)

Nesta pesquisa busquei compreender como a condição juvenil é marcada pela experiência do acautelamento, no contexto do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis em Governador Valadares – MG. Para obter tal resultado, direcionei meu olhar às novas e múltiplas territorialidades que marcam as vidas e singularidades de oito jovens acautelados, após me contarem suas histórias de vida, que transformei nas narrativas desta experiência, pelos contextos que mais me marcaram em cada escuta.

Para tanto, abordei a condição juvenil na qualidade de uma construção social, a partir dos estudos das juventudes e territoriais: o que me permitiu uma análise macrossociológica da existência *do ser jovem e acautelado*. Ainda, apliquei nos resultados das entrevistas a abordagem teórico-metodológica que propõe uma esfera individual, inspirada em Lahire (2004), para conhecer de forma aprofundada como essas multiterritorialidades marcam os sujeitos desta pesquisa.

Compreendi que as multiterritorialidades são as possibilidades de ser e estar no mundo, considerando as explicações das realidades sociais, que sofrem influências de elementos histórico-culturais próprios dos grupos responsáveis por se apropriar e usufruir de determinados territórios, e por isso, lhes dão sentimentos, ideais, anseios: os tornam territórios vividos e simbólicos. Assim, percebi que as multiterritorialidades dos jovens acautelados decorrem de diversas relações dinâmicas vivenciadas entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder, etc.) e eles, seres vivos e/ou inertes, que lá vivem e produzem.

Neste sentido, essa pesquisa permitiu compreender que a condição juvenil privada de liberdade é aquela marcada por condições de vulnerabilidades sociais e econômicas que, em sua maioria são homogênicas: homens, pobres, negros, com baixo acesso à formação escolar e ao mundo do trabalho, além de vivências em contextos próprios da violência – permitindo o acesso, uso de drogas e envolvimento com o tráfico.

No entanto, as formas como cada um dos jovens entrevistados vivenciam a experiência da privação de liberdade podem ser diferentes – assim como os reflexos das relações lá estabelecidas. Para compreender estas diferenças que formam suas territorialidades como ativas (de forma autônoma, como luta e resistência, construindo estratégias de sobrevivência e inclusão social) ou passivas (com a submissão e obediência) naquele condição social, utilizei a análise do patrimônio individual de disposições de crenças e ações dos jovens entrevistados, inspirado em Lahire e a sua proposta de análise individual. Isto me possibilitou compreender melhor alguns aspectos das singularidades desses sujeitos: as diferentes relações vivenciadas com as famílias, escolas, trabalhos, no acautelamento (com a equipe de atendimento e outros jovens acautelados), com as sexualidades, as drogas e o tráfico.

Ao realizar toda essa construção de patrimônios individuais de dispositivos, percebi que de fato os sujeitos da pesquisa correspondem às análises macrossociológicas feitas pelos estudos das juventudes acauteladas. No entanto, caminhar entre os territórios (o meu, na qualidade de pesquisador; o deles, como entrevistados) me permitiu conhecer novas e múltiplas territorialidades destes jovens que vivem cada qual à sua maneira e em relações espaços-tempos distintas (em suas singularidades).

Aquele momento da vida que os une pela privação de liberdade objetivando a ressocialização, também os constitui em novos sujeitos, com múltiplas territorialidades nas relações que são estabelecidas por eles. Segundo Lahire (2004), em cada singularidade há uma pluralidade de sujeitos, porque cada jovem é constituído de diversas relações interindividuais e intraindividuais, em territórios de dimensões concretas e simbólicas vivenciadas, em diferentes tempos e trajetórias de vidas.

Neste sentido, suas famílias, suas escolas, experiências com o trabalho, as drogas e o crime eram diferenciadas à cada jovem, porque também diferentes são as formas de crer e agir em cada um destes contextos. Sensibilizar-se a conhecer como cada qual pensa e age (ou agia) nestes contextos permite compreender suas territorialidades.

A perspectiva da esfera individual possibilitou-me também perceber como as famílias, na qualidade de delimitadoras de regras, aqui entendidas como direitos e deveres, possuem pouca efetividade na constituição desses sujeitos. Para além disto, permitiu-me perceber como as ausências de figuras familiares podem marcar tanto, e tão negativamente, as trajetórias de jovens, que perdidos sem as figuras paternas ou

as mais quistas, não encontram referências para se constituírem como sujeitos que vivem em sociedade e que nela necessitam de dispositivos de crenças e ações pautadas por obediências às normas e regras sociais. Conhecer estas famílias e atuar pedagogicamente para que possam auxiliar neste processo de ressocialização pode contribuir de forma relevante no (re)pensar do sistema socioeducativo.

A pesquisa também me apontou que as vulnerabilidades das juventudes, sobretudo, são de ordem econômica. As escolhas pelo mundo da violência, com o envolvimento prematuro com drogas e com o crime, explicam o contexto social vivenciado por estes jovens. Se por um lado, em casa há ausências físicas e econômicas, e por outro, há dificuldades de acesso ao mundo do trabalho, por conta do potencial para a criminalidade que a visibilidade e o protagonismo juvenil é canalizado.

Reverter esta lógica para que as potencialidades sejam na perspectiva de constituição de sujeitos cidadãos exige aceitar as críticas direcionadas ao sistema socioeducativo e realinhar a atuação socioeducativa que lá ocorre, a partir da oportunização de lugares de fala e atuação juvenil significativa pelos acautelados. O território, de vivido, precisa passar a ser positivamente simbólico. Se lá estão por terem cometido atos infracionais, que aquela experiência seja marcante pelas portas que se abrem para ser o que se é e para transformá-los positivamente em novos sujeitos – de direitos e críticos à lógica capitalista que até então os aprisionou.

Repensar o acautelamento como possibilidade de ressocialização do jovem é outra necessidade que esta pesquisa detectou. É preciso ultrapassar o discurso com novas e melhores práticas: este território, como está, não serve para ressocializar positivamente os sujeitos que lá se encontram. Como em uma espécie atualizada de *Casa Grande & Senzala*⁶³, as relações de poder se materializam pelos recorrentes maus tratos com público jovem, pobre e negro que lá se encontram – no mínimo pela falta de afetividade nos tratos humanos – e pouca intervenção, de fato relevante para ressocializar. As multiterritorialidades que já chegaram marcadas por desencontros com a humanização das relações se petrificam na lógica da mera penalização – com aplausos de uma parcela da sociedade, para quem repensar o sistema é desnecessário.

⁶³ Referência à obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1933).

A pesquisa também serviu para aflorar a necessidade de não abandonar as juventudes acauteladas. É possível mudar. O projeto de extensão e pesquisa que sustentaram este trabalho não me deixa ter dúvidas de que é a educação, como possibilidade de libertação, o caminho para mudanças. E as mudanças são necessárias, porque, ao me inspirar na reflexão que abre esse trabalho, tenho que tais jovens começaram apenas a se conhecer. Ainda não existem por completo: são o intervalo de seus desejos após o acautelamento, mas também são resultado do que fizeram com eles até ali. É preciso apontar, no entanto, que também são a metade desse intervalo. Ainda são vidas, no plural, em múltiplas territorialidades – são isso, enfim...

Ressalto ainda que outras pesquisas devem ser realizadas a partir deste trabalho, abordando a relação do acautelamento com as famílias dos jovens privados de liberdade; a vivência das sexualidades naquele território; o olhar dos agentes socioeducativos sobre as acusações de maus-tratos por eles cometidos; a relação com o saber estabelecido pelos jovens acautelados durante o acautelamento, a partir de suas vivências e dos educadores que atuam naquele território, dentre outros.

Para além das considerações finais (e partindo do princípio da esfera individual adotado na pesquisa e nas músicas que marcaram a trajetória e as relações vividas), finalizo este trabalho destacando sua dimensão em meu patrimônio individual de dispositivos de crenças e ações, o transformando e reorganizando.

Creio (e por isso me dispus a agir) que, para além de uma *travessia*, ou de um *alvará* para concluir uma etapa que me constitui, vivenciar esta experiência de apresentar os resultados da pesquisa sobre o território de privação de liberdade, e neste espaço-tempo (com as dimensões concretas e simbólicas, através de novos olhares, novas perspectivas e possibilidades que me foram concedidas ao longo desta formação) aponta-me que é a educação, em suas relações de afetividade, o que me possibilitou tornar um eterno *caçador de mim* e de minhas territorialidades, daquilo que já sou e daquilo que ainda creio (sonho) que serei... não há *tempo perdido*! Que isso seja para todas as juventudes!

6 BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H. W. & BRANCO P. P. M. (org.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005

ABRAMO, H. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.

ABRAMOVAY, M. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO. BID, 2002.

ARAUJO, G. D & QUARESMA, A. G. **Distorção idade-série e dificuldades de aprendizagem: implicações para o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental**. In: ARAUJO, Glausirée Dettman. *Práticas Educativas fora da sala de aula: um estudo das experiências com os alunos em distorção idade-série*. Dissertação Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário UNA. 2014. p. 25-68

ARROYO, M. G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados**. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, 2010. p. 1381-1416.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.

BOURDIEU, P. **A “juventude” é apenas uma palavra**. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática. 1983b

_____. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: Mouton. 1963.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Marco Antônio Araújo Júnior. 5. ed. São Paulo: RT, 2013.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Lei Federal nº 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto Nacional da Juventude. Brasília. 2013.

_____. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. **Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre o sistema nacional de atendimento socioeducativo e dá outras providências. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília. 2006.

_____. **Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013** . Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília. 2013.

CAMPOS, R. S C & SILVA, C.A. **Medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional: caricatura do sistema prisional? Um estudo de caso da comarca de Muriaé, MG.** Muriaé: Revista Científica da Faminas. v.3, n.3, 2007.p. 105-130

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artemed. 2000.

CROUZET-PAVAN, E. **Uma flor do mal: os jovens na Itália Medieval (séculos XIII - XV)**, In Levi, G. & Schmitt, J-C. (org.), História dos jovens 1 - da antiguidade à era moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DAYRELL, J. T. *A escola faz as juventudes?* Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

_____. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação. n. 24. 2003. p. 40-52

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O que é filosofia? Editora 34, S P., 1996.

DEMATTEIS, G. **Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território.** In ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs). Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-48.

DIAS, W. I. F. **Exame da Oab: Todas as Disciplinas – 1ª Fase - Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2013.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Sobre o tempo.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas.** In: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p. 19-54

FERNANDES, M. V. M. **O adolescente infrator e a liberdade assistida: um fenômeno sócio-jurídico.** Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

FOUREZ, G. **Fondements épistémologiques pour l'interdisciplinarité**. In (Org.) LENOIR, REY, B. FAZENDA, I. Les fondements de l'interdisciplinarité dans la formation à l'enseignement. Sherbrooke: Éditions du CRP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 13. ed. 2006

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 16a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio. 1973.

FURLANETTO, E. C. **A prática interdisciplinar. Educação e formação**. Revista do Congresso de Educação Continuada – Taubaté: SP. 1998. p. 37-40.

_____. **International Studies on Law and Education**. CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto, 2011. p. 47-54

GARCIA, W. **Super-Revisão Concursos Jurídicos: Doutrina Completa**. 2. ed. São Paulo: Foco, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

GOVERNADOR VALADARES. **Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Governador Valadares**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. 2016.

GOVERNO DE MINAS. **Lei Estadual nº 18136, de 14 de maio de 2009**. Política Estadual de Juventude. Belo Horizonte. 2009

_____. **Socioeducativo em números**. 2015. Disponível em <<http://www.seds.mg.gov.br/socioeducativo/2013-07-15-23-11-22>> Acesso em 27 jul. 2015.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HITA, M. G. **Masculino, feminino, plural**. Cadernos Pagu, ed. 13, 1999, p. 371-383.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário do EdudataBrasil. Sistema de Estatísticas Educacionais.** Brasília, INEP, 2010. Disponível em: Acesso em: 07.mar. 2014

IKEHL, M. R. **A Juventude Como Sintoma de Cultura.** In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAHIRE, B. **Culture écrite et inégalités scolaires.** Sociologie de l' "échec scolaire" à l'école primaire. Lyon, Press Universitaires de Lyon, 1993.

_____. **Patrimônios individuais e disposições: para uma sociologia à escala individual.** Lisboa. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 49, 2005, pp. 11-42

_____. **Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável.** São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Trajectoria académica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 315-321, maio/ago. 2004.

LENOIR, Y. **L'interdisciplinaire dans la formation à l'enseignement: des lectures distinctes en fonction de cultures distinctes.** In (Org.) LENOIR, Y; REY, B; FAZENDA, I. *Les fondements de l'interdisciplinarité dans la formation à l'enseignement.* Sherbrooke: Éditions du CRP, 2001.

LOBATO, A. L.; LABREA, V. V. **Juventude e Trabalho: Contribuição para o diálogo com as políticas públicas.** IPEA: Revista Mercado de trabalho. ed. 55. 2013

LOPES, A. G. **A educação escolar do adolescente em conflito com a lei: as medidas sócio-educativas em estudo.** In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2006.

MALVASI, P. A. **Entre a Frieza, o Cálculo e a "Vida Loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.** Revista Saúde e Sociologia. São Paulo, v.20, n.1, p.156-170, 2011

MARGULIS, M. ; URRESTI, M. **La Juventud es Más que una Palabra.** In: MARGULIS, M. (Ed.). *La juventud es más que una palabra.* Buenos Aires: Biblos, 1996

MARQUES, W. E. U. CARRETEIRO, Teresa. **Juventude e virilidade: a construção social de um etos guerreiro.** Pulsional. Revista de Psicanálise (São Paulo), v. 191, p. 63-73, 2007

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MELUCCI, A., FABBRINI, A. **L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza**. Milano: Feltrinelli. 1992.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MINAYO, M. C. S. **Fala Galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MORAES, P. R.; PESCAROLO, J. K. **Quem tem medo dos jovens?** In: Revista Igualdade - Temática Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - Volume I. Livro 42. Ano XIV - nº XLII - edição especial. Ministério Público do Paraná. Curitiba: 2008. p. 19-40

MORELLI, A. J. **A criança e o "menor": pequeno balanço bibliográfico**. Revista Diálogos. Universidade Estadual de Maringá, PR, 1997, p. 83-98.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991

NOGUEIRA, C. M. M. **A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd. Goiania. 2013

NONATO, E. M. N. **JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E DIREITO: ação de intervenção em um centro socioeducativo**. Projeto de Pesquisa e Extensão. Universidade Vale do Rio Doce. 2014.

NOVAES, E. C. **Educação na diversidade sexual e a juventude privada de liberdade: realidades e desafios**. Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola. UFMG. Belo Horizonte. 2016.

NOVAES, E. C. **SURDOS: Educação, Direito e Cidadania**. WAK Editora. Rio de Janeiro. 2010.

OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PACHECO, F. S. M. **A função ressocializadora da medida socioeducativa de internação: estudo de caso da Comarca de Patos de Minas-MG**. Patos de Minas: Revista Jurisvox, n. 14, vol. 2, dez. 2013, 196-216

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PIAGET, J. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Lisboa, Bertrand, 1973.

Poesias de Álvaro de Campos. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1944 (imp. 1993). - 124.

QUINALHA, R. **“Lugares de fala” e a urgência da escuta**. Revista Cult. Portal UOL. 2015. Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/11/lugares-de-fala-e-a-urgencia-da-escuta/>>. Acessado em 03.04.2016.

REY, G. **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Cengage Learning. 2011.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas**. Terra Livre, 1991, n. 9, 7-17.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A; SOUZA, E. B. C. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, E.R. A; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Texto para discussão nº 979. Brasília: IPEA, agosto de 2003.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**. Caderno CRH, Salvador, v. 24. n. 63, 2011. p. 636-678

SOMMERMAN, A. **Inter ou transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. n.24. Rio de Janeiro. 2003

TEIXEIRA, M. L. T. **Liberdade assistida: uma polêmica em aberto**. São Paulo: IEE/PUC-SP; CBIA, 2001.

TELLES, V. S. **Questão social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, vol.10, no.4, out-dez 1996

VARAGNAC, A. **As categorias de idade numa sociedade tradicional.** In: Britto, S. (org.), Sociologia da juventude, III - a vida coletiva juvenil. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

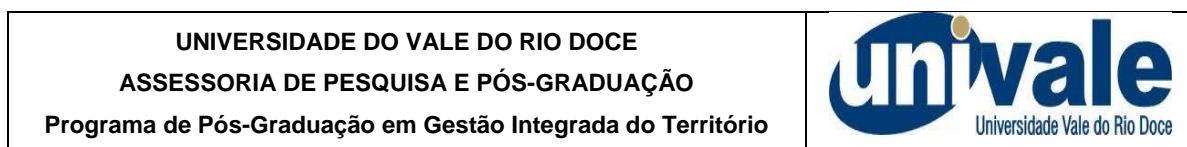
VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015 - Mortes Matadas por Armas de Fogo.** Brasília: UNESCO, 2015.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil.** Brasília: Unesco, 2004.

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS DE PESQUISAS:

“JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E DIREITO: ação de intervenção em um centro socioeducativo”.

A equipe de pesquisa do presente projeto convida o Sr.(a): _____ para participar do projeto supramencionado.

Equipe responsável:

Prof^a Dr^a Eunice Maria Nazareth Nonato (Assessora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIVALE) – (33) 3279-5647.

INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE:

Você está sendo convidado a participar como voluntário de um estudo científico, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território. Este estudo tem por objetivo analisar as representações sociais e significados atribuídos a instituições de controle social informal – interações constitutivas de projeto de futuro, a partir dos autores de atos infracionais violentos pelos adolescentes em cumprimento de medida restritiva de liberdade no Centro de Internação de Adolescentes de Governador Valadares/MG, e que será desenvolvido pela equipe já evidenciada

acima, ou por seus colaboradores, entre os meses dezembro de 2015 a dezembro de 2016.

Você foi selecionado para participar de uma pesquisa realizada por professores do Curso de Direito e Pedagogia da Univale. Você poderá recusar-se participar ou mesmo de afastar a qualquer tempo, sem que este fato venha causar qualquer constrangimento ou penalidade por parte da instituição envolvida.

Antes de emitir qualquer consentimento válido acerca da realização da pesquisa, leia atentamente as explicações que informam sobre o procedimento. Para a coleta de dados será realizada entrevista individual, com a presença dos entrevistadores e do entrevistado e/ou dos pais dos menores de 18 anos ou seu representante legal. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Em ambos os momentos – entrevista e transcrição – não haverá identificação pelo nome, apelido, ou qualquer outra forma de identificação pessoal.

A sua participação na pesquisa será voluntária, e não autorizará a percepção de nenhum benefício ou privilégio de qualquer natureza. Durante a realização da pesquisa lhe serão asseguradas todas as condições indispensáveis para o regular exercício dos direitos e garantias para preservação da saúde física e psíquica. A sua participação poderá envolver risco ou desconforto quando versar sobre assunto relacionado, especificamente, sobre suas atividades e práticas – individuais e institucionais. Tais riscos quando identificados levarão os pesquisadores a interromper a exposição e a investigação.

Os dados coletados a partir das entrevistas não terão destinação diversa dos fins científicos a que se destinam, e ainda serão alcançadas pela CONFIDENCIALIDADE, cujo acesso será permitido apenas aos responsáveis pelo projeto. Os seus dados pessoais ou qualquer outra forma de identificação individual não constarão do conteúdo da pesquisa, bem como não serão objeto de divulgação pública ou particular. A equipe de pesquisadores se obriga a não revelar sua identidade em publicações resultantes deste estudo, assim como poderá interromper, a qualquer tempo, sua participação. Somente os pesquisadores envolvidos neste estudo terão acesso a estas informações, as quais serão utilizadas apenas como propósitos científicos.

Os resultados desta pesquisa poderão ser divulgados ulteriormente, nos mais diversos veículos de comunicação, em eventos acadêmicos – locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais, periódicos e publicações científicas, a ainda, perante a comunidade local.

Se após a leitura do presente termo ainda houverem dúvidas a serem esclarecidas, os entrevistadores poderão prestar quaisquer esclarecimentos, sem que isto importe em qualquer forma de constrangimento. Em qualquer fase da elaboração da pesquisa, inclusive após o seu encerramento, a equipe poderá ser contatada, pessoal ou institucionalmente, para prestar quaisquer esclarecimentos.

Declaração

Depois de lido o presente documento, e esclarecidas as dúvidas acerca da minha participação na presente pesquisa, aceito, voluntariamente, em dela participar, pelo que assino presente termo, em duas vias.

_____ de _____ 2015.

Assinatura do entrevistado / e Responsável legal

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO II – GRADE DE ENTREVISTA

DO ANTES – QUEM EU ERA

- 1 - É seu primeiro acautelamento?
- 2 - Se não, quantas vezes já aconteceu? Passou por outras instituições? Quais?
- 3 - Se sim, qual a idade em que foi acautelado?
- 4 - Qual cidade/bairro onde residia?
- 5 - Com quem morava? Qual configuração familiar? Na sua casa haviam regras? Quais?
- 6 - Estava estudando? Qual grau de escolaridade?
- 7 - Estava trabalhando? Onde?
- 8 - Você usava drogas? Quais? Quando?
- 9 - Você tinha envolvimento com o tráfico?
- 10 - Há algo de interessante em sua vida antes de você ser acautelado e que queria me contar?

DO DURANTE – NO TERRITÓRIO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

- 1 - Como é ser jovem e estar acautelado?
- 2 - Quanto tempo já permaneceu acautelado?
- 3 - Quem se faz mais presente durante esse período?
- 4 - Das pessoas que trabalham no Centro Socioeducativo, de quem você mais gosta? E de quem você não gosta? E por quê?
- 5 - E com os demais adolescentes internados?
- 6 - Sua família te visita? Quem? Se sim, o que sente quando está com eles?
- 7 - Já se envolveu em algum ato incorreto aqui? Qual? Quantas vezes? Por quê?
- 8 - O que na rotina interna obrigatoriamente você tem que realizar aqui? De qual atividade você mais gosta? Por quê? De qual você menos gosta? Por quê?
- 9 - Como você vive sua sexualidade aqui?
- 10 - Caso exista(m) acautelamento(s) posterior(es): o que mudou do primeiro para este acautelamento?
- 11 - De que serviu o acautelamento para você?
- 12 - Há algo de interessante em sua vida aqui no acautelamento que você queria me contar?

DAS OFICINAS – DO PROJETO UNIVALE PARA O FUTURO

- 1 - Qual seu maior desejo a ser realizado assim que sair daqui?
- 2 - Neste momento em que você está prestes a sair do Centro Socioeducativo, quais são suas expectativas? Você tem algum projeto para o futuro?
- 3 - As oficinas do grupo da UNIVALE interferiram nas suas expectativas?
- 4 - De que maneira o cumprimento da medida socioeducativa interfere em suas escolhas para o futuro?
- 5 - Pensa em estudar? Se sim, o que? Por quê? Se não, por quê?
- 6 - Profissionalmente, deseja ser o quê?)
- 7 - Há algo que não te perguntei e você queria me contar?